

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Anita Pereira Ferraz

**Serviço Social e Extensão Universitária: reflexões sobre formação
profissional**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

São Paulo

2019

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Anita Pereira Ferraz

**Serviço Social e Extensão Universitária: reflexões sobre formação
profissional**

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Doutora em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social: Fundamentos e Prática Profissional. Linha de Pesquisa: Serviço Social: Identidade, Formação e Prática.

Orientadora: Prof. Dra. Rosangela Oliveira Dias da Paz.

São Paulo

2019

Autorizo - exclusivamente para fins acadêmicos e científicos - a reprodução total ou parcial desta tese de doutorado por processos de fotocópias ou eletrônicos, desde que citada à fonte.

Assinatura: _____

Local e data: _____

E-mail: anitapereiraferraz@gmail.com.

BANCA EXAMINADORA

À Maria Denise, a pessoa que mais me ensinou sobre o amor e permitiu que eu fosse a mulher que sou hoje.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001”.

Número de processo 88887.165170/2018-00

AGRADECIMENTOS

A cada membro da minha família, que com suas singularidades permitiu com que eu chegasse até aqui.

Aos amores que a vida me deu: Demétrius, Heloisa, Leandro, Nathalia, Priscila, Raquel e Rúbia, por tudo o que fizeram para que eu chegasse até aqui.

A minha orientadora, Rosangela, por todo apoio e paciência.

Aos amigos que estiveram comigo nessa caminhada: Aline, Ana Paula, Caroline, Cláudia, Fernando, Gustavo, Karina, Letícia, Reginaldo e Vanessa.

A Zalex e Jobson, pelo suporte profissional fundamental.

Ao Instituto Federal de Brasília pelo fundamental incentivo para a continuidade desse estudo.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento dos estudos.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Levantamento de dados CBAS e ENPESS _____ 76

Tabela 2 – Distribuição geográfica e número de produção de trabalhos _____ 78

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

ANDES - Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior.

CBAS - Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social.

CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras.

CPCs - Centros Populares de Cultura.

CIEE - Centros de Integração Empresa Escola.

CODAE - Coordenação de Atividades de Extensão.

CUTRAC - Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária.

DAU - Departamento de Assuntos Universitários.

ENESSO - Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social.

ENPESS - Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

FORPROEX - Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária.

FOREXT - Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias.

FOREXP - Fórum de Extensão das Instituições de Educação Superior Particulares.

FORPROEXT - Fórum de Extensão da Rede Federal de EPCT.

GERES - Grupo Executivo para a reformulação da Educação Superior.

IESP – Instituições de Ensino Superior Privadas.

IEL - Instituto Euvaldo Lodi.

MUDES - Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social.

MCPs - Movimentos de Cultura Popular.

PDI - Planos de Desenvolvimento Institucional.

PNE - Plano Nacional de Educação.

PNU - Programa Nova Universidade.

PROUNI – Programa Universidade para todos.

PROEXT - Programa de Extensão Universitária.

PROEXTE - Programa de Fomento à Extensão Universitária.

PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador.

REUNI – Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

UDF - Universidade do Distrito Federal.

UEG - Universidade do Estado da Guanabara.

USP - Universidade de São Paulo.

FERRAZ, A. P. Serviço Social e Extensão Universitária: reflexões sobre formação profissional. 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2019.

RESUMO

A presente tese pretende contribuir na discussão acerca do Serviço Social, da formação profissional e da extensão universitária, sopesando suas interfaces. Realiza considerações sobre a universidade brasileira, sobre extensão universitária e formação profissional em serviço social. Para tanto, o estudo realizou pesquisa bibliográfica e revisão bibliográfica sistemática nos anais dos Congressos Brasileiros de Serviço Social e Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social, ocorridos após o ano de 2001. O trabalho foi organizado em três capítulos: Universidade Brasileira e a Extensão: retrospectiva e bases teóricas; o serviço social e a extensão universitária: algumas aproximações; as extensões no serviço social: análise e reflexões a partir das produções teóricas publicadas nos Congresso Brasileiro de Serviço Social (CBAS) e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). São analisadas seis principais categorias, sendo elas: contexto extensionista, financiamento da extensão, estágio e extensão, interdisciplinaridade, indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, extensão e referenciais teóricos. Assim, o trabalho capta as características do cenário contemporâneo da extensão universitária relacionada ao serviço social, buscando discutir as principais características e a articulação possível entre extensão universitária e serviço social.

Palavras-chave: Serviço Social. formação profissional. extensão universitária.

FERRAZ, A. P. **Social work and university extension: reflexions about professional training.** 2019. Thesis (**doctorate in social work**) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2019.

ABSTRACT

The present doctoral dissertation aims to contribute to the debate about social work, professional training, and university extension, pondering on their interfaces. This present doctoral dissertation makes some considerations about the Brazilian university, the university extension and the professional training in social service. For this purpose, this study presents and discusses the mission of the Brazilian university inserted in the tripod of education, research, and extension, as well as the development of the academic debate and the legislation regarding the extension. This present work also made a systematic bibliographic review in conference proceedings of Brazilian congresses of social work and national encounters of researches in social services that happened after 2001. This work was organized in three chapters: Brazilian University and the Extension: a look-back and theoretical bases; The Social Work and the University Extension: some approaches; The Extensions in the Social Work: analyses and thoughts based on theoretical works published in the Brazilian Congress of Social Work (Congresso Brasileiro de Serviço Social – CBAS) and the National Meeting of Researches in Social Work (Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social - ENPESS). This work examines six main categories, including the extension context, the funding for the extension, internship and extension, interdisciplinarity, dissociability between teaching, research and extension, extension and theoretical frameworks. Therefore, this work captures the characteristics of the contemporary scenario of the university extensions related to the social service, aiming to discuss the main features and the possible articulation between university extensions and social work.

Keywords: Social Service. professional training. university extension

SUMÁRIO

Introdução	14
1. Capítulo 1 - UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A EXTENSÃO: retrospectiva e bases teóricas; o serviço social e a extensão universitária: algumas aproximações	19
1.1. Apontamentos sobre a universidade brasileira	19
1.2. Advento da Extensão na Universidade Brasileira	25
1.3. A Extensão Universitária Brasileira no Governo Militar	32
1.4. Extensão Universitária no período da redemocratização nacional	44
1.5. Extensão universitária pós 2003	54
2. Capítulo 2 – O SERVIÇO SOCIAL E A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Algumas aproximações	61
2.1. Serviço Social: a dimensão interventiva influencia os projetos de extensão	61
2.2. Serviço Social: marcos teóricos e a extensão	67
2.3. Serviço Social: projeto de formação e a extensão	70
3. Capítulo 3 – AS EXTENSÕES NO SERVIÇO SOCIAL: análise e reflexões a partir das produções teóricas publicadas nos CBAS e ENPESS	80
3.1. A presença do tema da extensão no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS)	80
3.2. Leitura dos dados e construção de categorias	82
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	118

INTRODUÇÃO

Este trabalho debruçou sobre a temática da extensão universitária e sua interlocução com o Serviço Social, ponderando sua interface, especificamente, com a formação do Serviço Social. Resulta de conclusão do curso de doutorado em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, cabendo destacar que este projeto foi reformulado, repensado e recriado pela pesquisadora durante o curso.

O vínculo da pesquisadora com a temática vem desde a graduação quando teve oportunidade de observar e vivenciar as atividades de grupos de extensão que promoviam interlocuções fundamentais para a formação em Serviço Social, mas que abordavam temas transversais e interdisciplinares na UNESP-Campus Franca.

Durante o mestrado no Programa de Pós-Graduação da UNESP-Campus Franca, foi possível transformar esta apreensão em uma pesquisa científica junto aos sujeitos extensionistas. Como a pesquisadora sempre teve grande preocupação com o processo de formação, estabeleceu como objeto de análise a contribuição da extensão universitária para a formação em Serviço Social, indagando os contributos que esta participação nos grupos de extensão trazia para o fortalecimento do projeto ético-político profissional. Para isto foram eleitos sujeitos que participaram de grupos de extensão que se entendia como tributários da perspectiva crítica e extensionista de Paulo Freire e que já se encontravam inseridos no mercado de trabalho. As conclusões foram muito motivadoras: os sujeitos reconheciam a experiência extensionista como fundamental para a formação profissional. Ao final da dissertação foram destacadas questões relevantes que a pesquisa trouxe, das quais destacam-se quatro, apenas como elementos motivadores da continuidade do trabalho que veio a ser objeto deste tese de doutorado: a extensão fomentava não apenas a humanização do estudante, mas destacou a próprio papel da universidade no âmbito da sociabilidade; a extensão fomentava a alteridade que trazia uma melhor compreensão da dinâmica da realidade por parte dos sujeitos envolvidos e isto era identificado pelos sujeitos no âmbito do trabalho profissional; e ainda que a extensão, dependendo de suas características, ao estabelecer vínculos com a classe trabalhadora, fomentava e fortalecia uma postura ético-política a ser incorporada na vida profissional.

Em outro ângulo constata-se que a disputa da direção social dada a extensão em relação ao tripé universitário é desigual, deixando a extensão sempre com menos destaque e menor importância. Tais conclusões motivaram a continuidade dos estudos de maneira a apreender, de que forma, afinal, o Serviço Social tem participado da extensão universitária nos últimos anos.

A formação universitária em Serviço Social, tal como a formação universitária de forma

geral, tem nas últimas décadas sofrido retrocessos devido ao persistente avanço da agenda neoliberal e de uma reforma universitária imbuída de diretrizes tais como: um padrão de avaliação acadêmica baseado principalmente na produtividade e na titulação, relegando a docência ao descaso; a distribuição de recursos públicos para pesquisa a partir da ideia de “linhas de pesquisa”, critério que faz pouco sentido para as humanidades e para campos de pesquisa teórica fundamental; a ideia de racionalização modernizadora calcada na privatização e na terceirização das atividades universitárias; a colocação das universidades na posição de prestadoras de serviço a empresas privadas; o crescente financiamento advindo do setor privado, direcionando e desvirtuando as finalidades da pesquisa científica; o aumento da oferta da educação à distância e de cursos semipresenciais, o que não respeita a composição do ensino superior por ensino, pesquisa e extensão.

O Serviço Social, por meio de suas entidades, reconhece a importância do tripé universitário e o destacam em várias publicações e normativas. Este reconhecimento está nas diretrizes curriculares da ABEPSS, na Política Nacional de Estágio, nas apresentações da ENESSO e do conjunto CFESS/CRESS. Aliás, as três entidades entendem que o tripé é um dos elementos que contribui para a formação profissional. As publicações das entidades sobre o Ensino a Distância destacam e problematizam a ausência deste tripé na formação.

Pondera-se que o ensino superior brasileiro se desenvolveu de forma distinta dos países da chamada América Hispânica. Enquanto Peru, México e Argentina tiveram suas primeiras universidades criadas respectivamente em 1551, 1551 e 1610, a primeira universidade brasileira foi criada no século XX. Esse investimento, tardio do Brasil, na implantação de universidades se agrava quando se considera que focavam apenas nas atividades de ensino em detrimento das atividades de pesquisa e extensão.

Além do desenvolvimento atípico das universidades brasileiras quando comparado com países de contexto colonial semelhante, cabe discutir como ocorreu também o desenvolvimento da oferta do tripé da missão universitária de integrar ensino, pesquisa e extensão. Considerando a extensão universitária como construto a ser discutido, será apresentada sua definição contemporânea a partir de sua evolução histórica onde sua função e possibilidades foram repensadas de acordo com os diferentes ideais de contemplar as necessidades da sociedade brasileira, ou contemplar formalidades burocráticas.

Percebe-se, inclusive, um grande contrassenso entre a previsão constitucional de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contida no art. 207 da Constituição Federal de 1988, e o processo de vulgarização e sucateamento que esses elementos do tripé universitário vêm sofrendo no cenário atual ante a reforma universitária e a agenda neoliberal em curso, com

seu modelo privatizante de educação superior. A extensão, especialmente, vem sendo marginalizada e reduzida à mera prestação de serviços à comunidade e a cursos de curta duração. Isso quando não é utilizada, como em muitas ocasiões, como propaganda institucional ou é realizada como simples cumprimento de uma obrigatoriedade pelas instituições de educação em nível superior.

A consolidação do Serviço Social enquanto profissão, a profusão de vertentes e perspectivas teóricas, a autoimagem e as representações sociais da categoria profissional dos assistentes sociais, as demandas colocadas pela dinâmica da sociabilidade capitalista dependente, todos esses elementos refletem sobre a institucionalização do Serviço Social enquanto formação universitária, não apenas sobre as grades curriculares e conhecimentos estruturantes do curso, mas também sobre a identidade e a qualidade da formação, bem como sobre os sentidos do fazer profissional. A constatação da inserção do Serviço Social no meio acadêmico leva a reflexões sobre a própria inserção da universidade no campo mais amplo da totalidade social. Isso porque, segundo Chauí (2001, p. 35), “a universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada. Assim, sendo a universidade uma instituição originada no baixo medievo da Europa ocidental, sua existência atravessou formas de sociabilidade bastante diversas no decurso histórico, o que levou a transformações não apenas em sua estrutura e cultura próprias, mas em sua função social. Para as intenções desta proposta de pesquisa, convém particularizar a problematização a fim de sinteticamente registrar algumas notas sobre a história da universidade e da educação em nível superior no Brasil no decurso de sua origem no séc. XIX até meados do séc. XX, contexto histórico-social coincidente àquele da consolidação do Serviço Social como profissão.

Considerando a complexidade da realidade brasileira não apenas quanto à extensão territorial e desigualdade socioeconômica, mas também quanto às desigualdades que afetam também as próprias universidades com áreas e serviços mais privilegiados que outros, cabe ressaltar que o recorte da extensão universitária relacionada com o Serviço Social trata-se de um recorte específico que pode não guardar semelhanças com a prática de extensão de outras áreas acadêmicas.

A presente tese, então, traz este debate: o que se define como trabalhos de extensão no Serviço Social? qual é a perspectiva dos trabalhos de extensão nos quais o Serviço Social se insere? Se se realizam, em qual contexto e quais condições? Dialogam com a perspectiva

hegemônica da profissão? Dialogam com outras áreas de formação? Caminham no sentido da indissociabilidade do tripé universitário ensino, pesquisa e extensão?

Assim busca explicitar os contributos da extensão universitária para o Serviço Social, abordando um panorama das experiências extensionistas registradas nos principais eventos da categoria profissional a partir de 2001, Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social.

O trabalho aqui apresentado resulta de leituras e análises bibliográficas, considerando obras e autores direta ou indiretamente ligados à temática de estudo, bem como revisão bibliográfica sistemática realizada nos anais dos referidos encontros e congressos. Para realização das análises e leitura do material, foram utilizadas referências da obra de Marx. Foram identificados um total de 91 artigos que citavam o termo “extensão” no título, entretanto, desses foram analisados 65, que eram os que se referiam a experiências de extensionistas. Em face disso, foi elaborada a tese que aqui se apresenta.

A apresentação do trabalho se dá em três capítulos. O primeiro, intitulado “Universidade Brasileira e a Extensão: retrospectiva e bases teóricas”, busca apreender brevemente a universidade no contexto histórico brasileiro até os dias atuais, realizar uma retrospectiva histórica de extensão no Brasil, apontando suas bases legais e qual sua configuração atual, como pressuposto para aproximação posterior da interlocução da extensão e serviço social.

O segundo capítulo objetiva um conciso estudo a respeito da extensão universitária e serviço social, apontando a dimensão interventiva como possível interlocutora da extensão, os marcos teóricos da formação profissional e o projeto de formação profissional e a extensão, considerando as significativas contribuições da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social para a temática.

O terceiro e último capítulo, intitulado “as extensões no serviço social: análise e reflexões a partir das produções teóricas publicadas nos CBAS e ENPESS”, expõe uma breve caracterização dos eventos que geraram os anais que serviram de base para a revisão bibliográfica sistemática, seguido de uma breve apresentação da proposta de metodologia adotada, tributária das reflexões de Marx sobre método, e à apresentação das seis categorias: contexto extensionista, financiamento da extensão, estágio e extensão, interdisciplinaridade, indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, extensão e referenciais teóricos.

Assim, o trabalho empreende refletir sobre as características do cenário contemporâneo da extensão universitária relacionada ao serviço social, buscando discutir as principais características e a articulação possível entre extensão universitária e a formação profissional.

Por fim, apresentam-se as considerações finais do estudo, referências para sua construção e apêndice.

CAPÍTULO 1

UNIVERSIDADE BRASILEIRA E A EXTENSÃO: retrospectiva e bases teóricas; o serviço social e a extensão universitária: algumas aproximações

Este capítulo pretende apresentar brevemente reflexões sobre a universidade brasileira e sobre a extensão universitária nacional, pressupostos para a discussão da extensão universitária e Serviço Social.

A análise da extensão universitária vinculada ao Serviço Social demanda não apenas o reconhecimento da evolução do projeto ético-político do qual faz parte, mas também do ambiente institucional em que é produzida: a universidade. Considerando que as universidades também evoluem e se transformam de acordo com o contexto socioeconômico e ideológico em que se inserem, este estudo se limitará ao contexto brasileiro.

Este capítulo apresentará um breve histórico da educação de nível superior e da universidade brasileira, buscando contemplar o contexto social desde sua origem no século XIX até o século XX. Em seguida será apresentada a universidade na contemporaneidade e sua crise da forma de sociabilidade burguesa. E finalmente serão apresentadas as distintas definições e finalidades atribuídas à extensão universitária, que em última instância demonstram a disputa entre projetos ideológicos contrários.

1.1. Apontamentos sobre a universidade brasileira

Em *Universidade e Desenvolvimento*, o sociólogo Florestan Fernandes (1968) discute, dentro de seu tempo, temas que mantêm sua pertinência no debate contemporâneo: a função da universidade e como a dinâmica social a afeta. O autor discute ambos os temas de forma crítica à ideologia desenvolvimentista e autoritária da ditadura militar. Para Florestan, o chamado “milagre econômico” decorrente da industrialização brasileira através de investimentos estrangeiros tratava-se da continuidade da condição de economia periférica no capitalismo, de forma que não seria possível superar o subdesenvolvimento econômico.

Para discutir a universidade nessa perspectiva, devemos compreender o conceito de instituição para Florestan:

A instituição é uma sociedade em miniatura. Possui uma estrutura, pessoal e cultura próprias; e conta com padrões organizatórios específicos, que regulam sua capacidade de atender aos fins e às necessidades sociais que dão sentido à sua existência, continuidade e transformação. Graças a essas peculiaridades, a instituição tem seus ritmos próprios e, em certos limites, pode-se impor aos condicionamentos e à evolução do meio societário inclusivo. [...] As instituições compõem ou formam as sociedades. No entanto, estas é que determinam, por sua estrutura e evolução típicas, os ritmos das instituições – ou seja, o que suas potencialidades de ‘render algo socialmente’ significam como aperfeiçoamento e crescimento ou como estagnação e regressão. (FERNANDES, 2004, p. 275).

Nessa perspectiva, diferentes instituições - universidades inclusas, responderão de formas distintas a um mesmo contexto social em que se encontram inseridas, não reproduzindo/repetindo automaticamente as expectativas dos poderes políticos e econômicos. Nessa perspectiva de uma dinâmica institucional própria, Florestan apresenta a implantação do ensino superior no Brasil quando alçado à condição de Reino Unido com a instalação da Corte Portuguesa no início do século XIX, mas cujos resultados foram distintos ao modelo português original:

As possibilidades de absorção da sociedade brasileira impuseram [...] um drástico empobrecimento funcional aos modelos institucionais assim importados. O que a ‘escola superior’ precisava formar era um letrado com aptidões gerais e um mínimo de informações técnico-profissionais, habilitado para preencher certos papéis específicos na burocracia, na estrutura do poder político e na esfera das profissões liberais. (FERNANDES, 2004, p. 278-279).

Ainda que tenhamos a presença de um discurso de “educação europeia”, a realidade social, política e econômica colonial com demandas profissionais distintas determinaram um percurso distinto da incipiente educação superior brasileira. Esse ensino superior foi implantado de forma limitada com o objetivo de atender somente a necessidade de formação e capacitação profissional da elite econômica, sem buscar a produção científica ou transformação da sociedade. Aliás, Florestan observa que “[...] as transformações estruturais da sociedade global, associadas à transição para o século 20 e à expansão do regime de classes, não repercutiram no antigo padrão de escola superior.” (FERNANDES, 2004, p. 287).

Mesmo diante das diversas transformações da transição do século XIX para o XX como a Primeira República, declínio e fim da escravidão até a intensificação da urbanização e industrialização da chamada Era Vargas não implicaram na transformação do modelo de ensino

superior no Brasil. Além disso, essa dinâmica institucional se reproduziu e expandiu sem grandes transformações mesmo sob a alcunha de instituições universitárias a partir de 1930.

Para Florestan, somente a partir da década de 1950 é possível observar a transformação institucional do ensino superior em universidades onde ocorria o desenvolvimento de pesquisas científicas porque “[...] as comunidades urbanas dotadas de funções metropolitanas requeriam um tipo de ensino superior que fosse capaz de responder às exigências intelectuais, sociais e culturais da civilização urbano-industrial.” (FERNANDES, 2004, p. 288). Entretanto, a adoção dos valores científicos dedicados ao desenvolvimento econômico não implica diretamente em transformação social e benefícios para a população, ou o fim do papel periférico e subdesenvolvido para o Brasil como nação. Para Fernandes a mudança:

Requer que se constituam certas disposições coletivas de mudança sociocultural, orientadas no sentido de modificar a posição do Brasil no fluxo da moderna civilização industrial. Uma alteração, em suma, que permitiria transferi-lo, gradualmente, da ‘periferia’ para o ‘núcleo’ dos países que produzem culturalmente essa civilização e monopolizam as vantagens que ela proporciona no plano internacional. Desse ângulo, o subdesenvolvimento não pode ser corrigido, preservadas as condições de dependência, por mais vantajosas que estas pareçam ser (para as classes sociais que especulam com o subdesenvolvimento; ou, mesmo, para a nação como um todo). A alternativa é a conquista de uma posição independente ao nível histórico em que se dá o crescimento e a difusão do padrão compartilhado de civilização. Portanto, para a ‘sociedade subdesenvolvida’, desenvolvimento não é qualquer tipo de transformação estrutural interna: é a mudança social que, além de destruir os laços de dependência para com o exterior, permite àquela sociedade a conquista de semelhante posição de autonomia civilizatória em crescimento. (FERNANDES, 2004, p. 296).

Sem uma mudança estrutural na constituição das instituições e da sociedade como um todo, a universidade brasileira seguiu reforçando a continuidade de uma sociedade desigual e subdesenvolvida.

Se Fernandes (2004) observou em 1968 que o ensino superior brasileiro refletiu as ideologias vigentes reforçando a continuidade da desigualdade socioeconômica em atendimento aos interesses da elite econômica portuguesa, e posteriormente a brasileira, a análise de Chauí (2001) permite a compreensão da evolução desse processo até a contemporaneidade. Para Chauí, a universidade pode ser objeto de análise quanto ao impacto que as ideologias vigentes proporcionam a uma instituição porque:

A universidade é uma instituição social. Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada. (CHAUÍ, 2001, p. 35).

Para ilustrar o impacto que uma política de Estado pode exercer sobre uma instituição, Chauí (2001, p. 36) descreve o desmonte do sistema público de ensino fundamental e médio promovido pela ditadura militar. Apesar do argumento genérico de combater a “subversão”, a precarização das escolas públicas atendeu aos interesses da elite econômica proprietária de instituições privadas de ensino. Como consequência, o sistema de ensino público sofreu o empobrecimento do currículo enquanto a manutenção e expansão das escolas ficou em contenção de recursos. A redução salarial e repressão política dos trabalhadores da educação também integrou essa estratégia.

Para Chauí (2001), a desarticulação e enfraquecimento do ensino fundamental e médio público no Brasil, onde o direito a educação perdeu o status de garantia e passou a ser tratado como mercadoria, demonstrou a perspectiva neoliberal da elite econômica a ser implantada no ensino superior. A definição de neoliberalismo utilizada por Chauí (2000, p. 31) é sintetizada pelo conjunto de reformas propostas pelo Consenso de Washington onde:

[...] o mercado é portador de racionalidade sociopolítica e agente principal do bem-estar da República. Esse pressuposto leva a colocar direitos sociais (como a saúde, a educação e a cultura) no setor de serviços definidos pelo mercado. Dessa maneira, A Reforma encolhe o espaço público democrático dos direitos e amplia o espaço privado não só ali onde isso seria previsível – nas atividades ligadas à produção econômica, mas também onde não é admissível – no campo dos direitos sociais conquistados.

Chauí (2001, p. 35) aponta a *Reforma Universitária* como política pública, que refletindo os ideais neoliberais passou a reconhecer a universidade como prestadora de serviços a empresas privadas, perspectiva que afasta/impede a relação da universidade com desafios socioeconômicos da população majoritária porque este modelo pressupõe a redução de custos quanto ao ensino, tendendo à precarização do mesmo devido à redução de custos, e a pesquisa somente seria realizada quando financiada pela iniciativa privada. Chauí critica a justificativa para essa *Reforma Universitária*:

Agora temos de ouvir essa mesma classe dominante pontificar sobre como baixar custos e ‘democratizar’ essa universidade pública deformada e distorcida que nos impuseram goela abaixo. Que é proposto como remédio? Para ‘baixar os custos’, privatizar a universidade pública, baixar o nível da graduação e realizar, para a universidade, como versão-90, o que foi feito para o primeiro e segundo graus na versão-70. (CHAUI, 2001, p. 37).

Esse cenário somente apresentou alguma mudança de cenário a partir do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que criou o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Foram criadas 14 novas universidades federais, totalizando 59 universidades em 123 novos municípios, alcançando um total de 237 municípios oferecendo educação superior pública federal e gratuita.

Apesar de aparentemente fortalecer as universidades públicas federais, Martoni (2015) observa que o REUNI não buscou superar o desafio de “atender a demanda nacional com a qualidade necessária, seja ao que se refere a permanência do estudante, seja ao que se refere às condições de trabalho de docentes e técnicos” (MARTONI, 2015, p. 230) porque privilegiou a “empregabilidade” como:

[...] o princípio e o desígnio de padronização da escola, sua organização e sua pedagogia. A escola torna-se gradualmente um sistema hierárquico de empresas produtoras de ‘capital humano’ a serviço da ‘economia do conhecimento’, onde as pessoas passam a ser incorporadas pela máquina econômica. (MARTONI, 2015, p. 230)

Martoni (idem, ibidem) observa que essa perspectiva de expansão do ensino público superior seguiu os princípios preconizados pelo Banco Mundial, buscando atender as demandas da burguesia nacional e internacional. Como resultado, o REUNI integra o processo de continuidade da dependência enfrentando a crise estrutural do capital. As consequências diretas do REUNI foram de expansão de vagas sem garantir o incremento da qualidade do ensino oferecido devido a pressão por incremento de índices como os de aprovação, relação alunos/professor e prazo para conclusão do curso, etc. Entretanto, a busca por estes indicadores quantitativos não reconhece/contempla as peculiaridades qualitativas de cada universidade, curso, corpo discente e docente.

Há ainda o Programa Universidade para todos – PROUNI instituído através da Lei 11.096 de 13 de janeiro de 2005. Souza e Menezes (2014) observam que se trata de uma

política pública para oferta do ensino superior através das Instituições de Ensino Superior Privadas – IESP mediante a concessão de isenções tributárias.

Mesmo que Souza e Menezes (2014) reconheçam que o PROUNI permitiu o incremento do ingresso da população brasileira ao ensino superior, em especial no segmento com renda familiar de até três salários mínimos, eles apontam a má qualidade do ensino oferecido pelas IESP como típica. Os autores acrescentam ainda que:

[...] as IESP lograram êxito em modificar todas as regras da política que lhes trariam benefício, reduzindo a quantidade de bolsas, os controles institucionais das exigências de investimentos, sem, contudo, reduzir em nada os benefícios tributários. Nota-se que a única regra importante do programa que não foi alterada foi aquela relativa às isenções fiscais, pois manteve-se a supressão das alíquotas do IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. (SOUZA; MENEZES, 2014, p. 628).

Em última instância os autores apontam que o resultado concreto do PROUNI foi de conceder maiores benefícios para as IESP que, além de aumentar a ocupação das vagas ociosas, obteve benefícios fiscais sem oferecer um incremento da qualidade do ensino.

É possível inferir, portanto, que se as IESP lograram um sucesso que aumentou expressivamente seus recursos e reduziu suas obrigações, o mesmo não ocorreu com as universidades públicas federais. Chauí (1999, p. 3) pondera que o caráter da universidade pública tem privilegiado a instrumentalidade em detrimento da universalidade.

Em 2016 foi aprovada a Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016, conhecida como “Emenda Teto dos Gastos Públicos”, que limita os recursos para Saúde e Educação durante 20 anos em um patamar insustentável para a oferta das políticas públicas, colocando em ameaça a continuidade das ações universitárias de ensino, pesquisa e extensão. As universidades anunciaram demissões e reorganização de algumas atividades para que pudessem manter seu funcionamento.

Quanto ao governo Bolsonaro (2019 – em andamento), em seus primeiros meses de governo foram contingenciadas as verbas das universidades públicas federais sob a justificativa de “balbúrdia¹” e de “ineficácia dos resultados”. O Ministro da Educação Weintraub aparentou desconhecer o princípio da autonomia universitária ao declarar que contingenciaria recursos

¹Essa fala controversa do Ministro da Educação Weintraub foi amplamente noticiada nacional e internacionalmente.

das universidades públicas federais que não comprovassem “*publicações científicas, avaliações em dia e estar bem no ranking*”. O argumento não se sustenta porque conforme reportagem do Estadão de São Paulo, as Universidades Federais da Bahia (UFBA), de Brasília (UnB), de Juiz de Fora (UFJF) e Fluminense (UFF), nomeadas pelo Ministro apresentam bons resultados, sendo que UFBA, UNB e UFF constam entre as melhores do mundo do ranking *Times Higher Education*. Cabe observar ainda que além do evidente desconhecimento da missão, funcionamento e missão de uma universidade, a fala do Ministro Weintraub também é carregada de moralismo e ignorância quando alega a realização de “seminários absurdos” e que “estudantes fazem festas”.

Mesmo que sem argumentos ou justificativas além do pesado discurso moralista, o ministro é validado pelo Presidente Jair Messias Bolsonaro que declarou a intenção de contingenciar, em especial as verbas para cursos nas áreas de humanas. É possível observar uma retomada do discurso tecnicista, de ênfase as ciências exatas e criminalização das ciências humanas, com discurso de combate ao “marxismo cultural”. Há ainda o principal agravante que é o retorno do ideário de privatização das universidades públicas através de programas como o Future-se (Brasil referencia), que propõe “novas formas de financiamento” que na prática favorecerão segmentos acadêmicos integrados ao sistema econômico e prejudicarão o financiamento de atividades sem retorno financeiro evidente.

1.2. Advento da Extensão na Universidade Brasileira

Ao longo da história é possível identificar diversas atividades que são denominadas extensão universitária, baseadas em diferentes concepções. Convém destacar que tais variações acompanham os períodos históricos em que são empregadas, tal como refletem condições políticas, econômicas e sociais que marcam os projetos societários e universitários em disputa. É consensual pelos estudiosos² da temática, que a extensão se originou no século XIX, na Inglaterra, impulsionada pela necessidade da universidade de atender as necessidades oriundas da Revolução Industrial, sortindo suas atividades e ultrapassando o papel de atuar apenas na

²Entre os autores que produzem construtos sobre a temática extensão universitária e que foram utilizados neste trabalho estão: Paulo Freire, José Francisco de Melo Neto, José Fagundes, Maria das Graças Medeiros Tavares, Maria das Graças Martins da Silva, Maria das Dores Pimentel Nogueira e Ana Luiza Lima Sousa.

formação das elites, voltando-se a preparação técnica e educação continuada, conforme aponta Tavares (1997, p. 29):

Visando, por um lado, preparar técnicos e, por outro lado, dispensar o mínimo de atenção às pressões das camadas populares, ainda que cada vez mais expressivas e reivindicativas, a extensão universitária se consolida através de cursos voltados para os ausentes da instituição que, sem formação acadêmica regular, desejam obter maior grau de instrução.

A partir de 1860, a extensão universitária se desenvolve também nos Estados Unidos, com atividades nas áreas urbanas e rurais, impulsionadas pela promulgação de leis e repasse de recursos destinados ao desenvolvimento do ensino superior e trabalho com a comunidade.

A aprovação da Land Grant Colleges Law(1862), concede terras aos Estados para a criação de centros de educação superior em áreas rurais e da Experiment Station Law(1887), destinando recursos aos Colleges para o desenvolvimento da pesquisa, capacitando esses centros de ensino à prestação de serviços comunitários, realizados na forma de cursos rápidos para as comunidades, nos campi das universidades rurais. Em 1914, com a Extension Law, foram implantados programas permanentes de apoio aos agricultores, registrando-se o deslocamento de especialistas às regiões a serem atendidas, o que intensificou o relacionamento entre universidade e comunidades rurais. (TAVARES, 1997, p. 30).

Os modelos britânicos e norte-americanos inspiraram as práticas extensionistas brasileiras, que acompanharam o movimento societário e refletiam a universidade à sua época. A primeira experiência extensionista registrada no Brasil acontece na Universidade de São Paulo³, em 1912, com a Universidade Popular, que realizava conferências semanais abertas à população, conforme aponta Cunha (2007).

As conferências tinham temas diversos como: “o fogo sagrado na Idade Média”, “a latinidade da Rumânia”, “o progresso da otorrinolaringologia”, não sendo permitido “propaganda política, religiosa, comercial ou polêmica de caráter pessoal” e intencionavam o contato dos intelectuais com a população. Convém evidenciar que a população de São Paulo

³A Universidade de São Paulo aqui citada, foi fundada em 19 de novembro de 1911 e solenemente inaugurada em 23 de março de 1912, registros apontam que ela cessou suas atividades em 1917, sendo uma sociedade entre vinte profissionais de nível superior e um sócio-capitalista. A Universidade de São Paulo que permanece até os dias atuais foi criada em 1934.

neste período era composta majoritariamente por trabalhadores do setor primário (69,7%), seguida do setor terciário (16,5%) e secundário (13,8%), caracterizando-se assim pela prevalência de trabalhadores rurais, sinalizando um índice significativo de analfabetos (Tavares, 1997). Face aos temas e o público que poderia aderir às atividades, é possível apreender que prevaleciam temas pouco atrativos e que pouco ou nada tinham a ver com os habitantes, denotando opção de classe e a dificuldade dos acadêmicos em se aproximar da população e suas reais demandas, mantendo assim um caráter elitista e distante da realidade social marcada pela erupção de greves e repressão policial. Aparentemente aliado aos interesses da classe dominante, O Jornal do Comércio (1917) noticiou que a Universidade Popular era “infelizmente ainda mal compreendida ou, talvez, ignorada pelas classes populares a que ela se destina.” (Cunha, 2007), omitindo quaisquer críticas à desconexão entre o projeto e a realidade social da época.

Em 1920, foi inaugurada a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa/MG, inspirada no modelo dos Land Grant Colleges, permitindo o desenvolvimento de extensão tal como a norte americana, voltada as necessidades da população local organizada, como prestação de serviços, oportunizando relações mais próximas entre a universidade e a comunidade local. No ano de 1929, a Escola de Viçosa realiza a “Primeira Semana do Fazendeiro”, objetivando levar assistência técnica à agricultores, sendo a primeira atividade registrada nesses moldes, apesar de omitir demandas sociais e dedicar-se somente a questões de produção e comércio.

Ainda que se registre a influência norte americana, prevalecem nas atividades extensionistas cursos e conferências realizados por docentes para divulgar os resultados da pesquisa às camadas populares, ainda que esses não fossem atrativos para a população, não dialogassem com sua realidade e não atendessem suas demandas, conforme aponta Tavares (1997, p. 40):

A extensão se constituía em veículo de divulgação do que internamente, nos meios universitários e em determinados setores da intelectualidade brasileira, era considerado conhecimento científico e relevante sem que houvesse qualquer relação com os interesses, mediatos e imediatos, da maioria da sociedade em que a instituição estava inserida.

Até o ano de 1930 não há um processo normativo que reconheça a existência da Extensão Universitária, sendo o registro pioneiro no Primeiro Estatuto das Universidades

Brasileiras – Decreto-Lei nº19.851. Tal decreto aponta que os Institutos das Universidades devem propor cursos e conferências de extensão universitária, constituindo a organização destes como uma atribuição dos Institutos Universitários, mediante autorização do Conselho Universitário.

Art. 42. A extensão universitaria será effectivada por meio de cursos e conferencias de character educacional ou utilitario, uns e outros organizados pelos diversos institutos da universidade, com prévia autorização do conselho universitário.

§ 1º Os cursos e conferencias, de que trata este artigo, destinam-se principalmente á diffusão de conhecimentos uteis á vida individual ou collectiva, á solução de problemas sociaes ou á propagacção de idéas e principios que salvaguardem os altos interesses nacionaes.

§ 2º Estes cursos e conferencias poderão ser realizados por qualquer instituto universitario em outros institutos de ensino technico ou superior, de ensino secundario ou primario ou em condições que os façam accessiveis ao grande publico.

Acrescentando:

Art. 35. Nos institutos de ensino profissional superior serão realizados os seguintes cursos:

f)cursos de extensão universitária, destinados a prolongar, em beneficio colectivo, a actividade technica e scientifica dos institutos universitarios.

O decreto menciona também que a extensão universitária está entre as organizações fundamentais da vida social universitária, junto com associações de classe, congressos universitários e museu social, além de apontar a que se destina a extensão:

Art. 109. A extensão universitaria destina-se à diffusão de conhecimentos philosophicos, artisticos, litterarios e scientificos, em beneficio do aperfeiçoamento individual e colectivo.

§ 1º De accôrdo com os fins acima referidos, a extensão universitaria será realizada por meio de cursos intra e extra-universitarios, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações praticas que se façam indicadas.

§ 2º Caberá ao Conselho Universitario, em entendimento com os conselhos technico-administrativos dos diversos institutos, effectivar pelos meios convenientes a extensão universitaria.

Face a isso pode-se apreender que a extensão no período consistia na realização de cursos e conferências, destinando-se a difusão de conhecimentos produzidos no meio universitário, sendo eles filosóficos, artísticos, literários ou científicos, com intuito de elevar o nível cultural da população. Cabe notar que que embora se mencione benefício coletivo e resolução de problemas sociais, aparentemente tem-se uma destinação utilitarista da extensão e uma perspectiva de salvaguardar os interesses nacionais, presentes neste período histórico, além de expressar a influência educativa da universidade na sociedade, corroborando para a manutenção do poder hegemônico e expansão dos pensamentos elitistas, como aponta Tavares (1997, p.42):

Considerar como ‘elevação de nível cultural da população’ a introjeção da nova lógica capitalista é, no mínimo, utilizar a universidade como aparelho de hegemonia de setores dominantes da sociedade, em detrimento do conjunto de interesses presentes da sociedade como um todo, fato comum na história brasileira.

Conforme registros de Tavares (1997), foram realizados diversos cursos de extensão de forma gratuita, marcados pela vinculação ao ensino, haja vista que a extensão atuava na atualização de pessoas já formadas, reproduzindo construtos universitários e não na produção de novos conhecimentos e trocas com a sociedade. Convém destacar que o público alvo era majoritariamente composto pela nova burguesia urbano-industrial, que dividia poder com os cafeicultores. Assim, é possível inferir ainda que o objetivo de “elevar o nível de cultura geral do povo” não foi alcançado.

O decreto reflete também de um documento que lhe é contemporâneo, o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932), que aponta a Universidade como um espaço de difusão de saber e cultura, superando a ideia de ser apenas um espaço de formação profissional, ensino e pesquisa.

A criação da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade do Distrito Federal⁴ (UDF), respectivamente em 1934 e 1935, marca a defesa da institucionalização da pesquisa. Entretanto, em ambas a extensão segue no papel de cursos ofertados por docentes voltados majoritariamente ao público egresso das universidades. No caso da primeira, o objetivo era

⁴Criada por Anísio Teixeira, era considerada um projeto “liberal e foi extinta em 1939 com a criação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil”, um projeto centralizador e elitista. Por sua vez, a Universidade do Brasil foi transformada na Universidade Federal do Rio de Janeiro com a Reforma Universitária de 1965.

“realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, filmes científicos e congêneres” (Decreto nº 6.283/42, art.,2, d.), servindo ao intuito da classe detentora do poder, que intuía formar seus dirigentes nas universidades. A segunda vincula a extensão à divulgação dos conhecimentos produzidos na universidade, atrelada a uma das finalidades institucionais “propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular” (Decreto nº 5.513/35, art.2, c). O idealizador da UDF, Anísio Teixeira, compreendia a necessidade de socialização da cultura universitária, socializando os meios de adquiri-la (Tavares, 1997, p. 45).

A UDF apresentava um corpo discente composto por grande número de ouvintes, alunos de cursos extraordinários e de aperfeiçoamento/especialização, além de estudantes que já formados em escolas tradicionais ou que cursavam ambas simultaneamente, denotando um destaque a extensão, porém em uma reprodução de conhecimentos já construídos na universidade, como ilustra Tavares (2017, p.46):

A interlocução com a sociedade se deu, portanto, a partir dos interesses acadêmicos e de acordo com esses mesmos interesses, cabendo aos alunos o papel de receptores, de destinatários, daquilo que era produzido nas universidades.

Em ambas universidades é possível identificar que as atividades de extensão como reprodutoras de conhecimentos logrados pela universidade junto as classes dominantes, sem vínculo com a democratização da universidade e com atender as reais demandas da população em geral. O excerto de Tavares condensa a extensão universitária nesse período:

A extensão, ao se constituir como a terceira função da universidade, desempenha uma atividade isolada, porém dependente do ensino e da pesquisa, de importância vital para o fortalecimento da hegemonia urbano-industrial, já que objetivava realizar a propagação do saber produzido dentro da nova ótica capitalista ou do saber acumulado, não se constituindo em instrumento redefinidor de políticas ou de metodologias que possibilitassem, no contato com setores populares da sociedade brasileira, a inserção de seus interesses e necessidades, enquanto objeto de pesquisa. (TAVARES, 1997, p.48).

Sousa (2010) aponta que no período que antecede o Estado Novo, foi possível identificar o movimento dos estudantes em assumir compromisso com a sociedade. Ainda que de forma pontual, os estudantes participavam das lutas populares da época.

No período seguinte, em que o Brasil vivenciou o Estado Novo, a concepção de universidade é de “uma comunidade de professores e alunos consagrados ao estudo”, defendendo o ministro Gustavo Capanema, responsável pela pasta de Educação e Saúde Pública entre os anos de 1934 e 1945, à época que fossem criadas cidades universitárias, onde os docentes iriam residir, podendo dedicar-se prioritariamente a universidade, reforçando ainda a ideia da universidade sem contato com a população e sem inserção na dinâmica social, não havendo assim espaço destinado à extensão, como aponta Tavares (1997, p. 49):

Com essa concepção de universidade limitada a seus próprios muros, a extensão parece inexistir enquanto propósito de divulgar, vulgarizar e difundir ao saber científico. O que se pleiteia é a formação de um profissional fechado a um contato orgânico com a realidade. O modelo de universidade presente na Lei nº 452/37 desconhece a dimensão socializadora da produção de conhecimentos, mesmo dentro da própria classe dominante. A busca pelo controle do ensino superior em todo país, dentro da orientação política do governo ditatorial vigente, torna-se imperativa.

Sousa (2010) indica que, do período do Estado Novo até o Golpe de 1964, as atividades extensionistas restringiram-se às descritas no Primeiro Estatuto das Universidades Brasileiras, indicando ainda que neste período as universidades atendiam diretamente os interesses governamentais. Há registros esparsos de projetos desenvolvidos pelos movimentos estudantis nas ações voltadas para a sociedade que não serão descritas em maiores detalhes pela falta de informações mais detalhadas.

Após um longo período a extensão volta a aparecer em um texto legislativo no artigo 69 da Lei nº4.024, de 20 de novembro de 1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, como cursos que podem ser ministrados: “cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, ou quaisquer outros, a juízo do respectivo instituto de ensino abertos a candidatos com o preparo e requisitos que vierem a ser exigidos”. Como apontam Nogueira (2005) e Tavares (1997) essa redução da extensão a cursos, restringia seu público a pessoas que já frequentavam as universidades (matriculados ou portadores de diplomas).

Ainda que institucionalmente a extensão tenha sido inexpressiva entre os anos de 1960 e 1964, há registros de ações realizadas por estudantes, como aponta Tavares:

Ao se engajarem nas campanhas de alfabetização de adultos e cultura popular e ao participarem, ativamente, do Centros Populares de Cultura (CPCs) e dos Movimentos de Cultura Popular (MCPs) com intuito de conscientizar a população, visando a sua integração efetiva no processo de autoconstrução e de construção da nacionalidade para se libertar das condições adversas impostas pelo sistema capitalista em vigor. (TAVARES, 1997, p. 51)

Convém destacar que tais ações não tinham apoio das universidades, mas são apontadas como ações extensionistas dado sua organização e caráter.

1.3. A Extensão Universitária Brasileira no Governo Militar

No período pós golpe militar de 1964 a extensão é mencionada no Decreto-Lei nº 252, de 28 de fevereiro de 1967: “Artigo 10: A universidade em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes.”. (BRASIL, 1967)

Tal artigo vincula à extensão função de alargar junto a sociedade os construtos da pesquisa e do ensino universitário, não acrescentando assim nada inovador ao que até então já fora desenvolvido, reafirmando que a universidade pode existir sem a extensão. O período também é marcado pelo Estado assumindo as ações e utilizando os estudantes apenas como mão de obra, servindo a seu projeto de integração e segurança nacional.

No ano de 1968, a Lei nº 5.540/68, trata a Reforma Universitária e vincula a extensão a prática discente de caráter assistencialista, desvinculando-a da característica anterior de transmitir os conhecimentos produzidos na universidade à população. O artigo 40 da lei traz:

As instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, propiciarão aos corpos discentes oportunidades de participação de programas de melhoria das condições de vida da comunidade e do processo geral de desenvolvimento. (BRASIL, 1968).

Tal concepção aponta e mantém a extensão como uma opção institucional, e atividade secundária, com papel diverso do atribuído ao ensino e pesquisa, como aponta o excerto de Tavares (1997, p.55):

A extensão nunca teve outra função dentro do sistema universitário brasileiro do que veicular, divulgar isoladamente, o que se produzia e ensinava dentro das universidades. Não existia uma terceira função desempenhada por ela com características próprias, diferenciadas das demais, nem tampouco se constituía em elemento de articulação do ensino com a pesquisa, visando atender, em conjunto, os interesses da sociedade geral. A tônica sempre foi de ser instrumento ou atividade cujo objetivo se restringia a cursos, conferências. Serviços que nada mais eram do que formas diferenciadas de socializar o ensino e a pesquisa para alguns poucos ou para muitos, dependendo dos interesses determinados pela política vigente em cada momento histórico.

Como é possível ver nas obras de Fagundes (1986) e Tavares (1997), no decurso do governo militar a extensão atuou na prestação de serviços assistenciais, corroborando na manutenção da hegemonia da classe dominante, através da prestação de serviços assistenciais e integração social. A lei nº 5540 traz tal ideia e colabora para que a extensão se coloque como compulsória à universidade, ainda que tenha um caráter utilitarista e de instrumento de cooptação dos estudantes para o modelo desenvolvimentista do governo militar. Vários documentos oficiais tratam da extensão e a nova ênfase dada a ela pelos militares. Um desses documentos, o Decreto Lei nº 916, de 17 de outubro de 1969 chama a atenção por tratar a possível articulação da extensão universitária e estágio, em ações desenvolvidas no processo de interiorização da universidade brasileira⁵. Para a época foram implantados programas e projetos de iniciativas públicas e privadas, intentando a integração cultural de estudantes e população ao modelo político-econômico e prestação de serviços assistencialistas (Tavares, 1997. p. 56), destacando-se os Centros Rurais de Treinamento e Ação Comunitária (CUTRAC) e o Projeto RONDON.

Os CUTRACs, surgiram inicialmente na Universidade Federal do Rio Grande do Norte e foram difundidos pelo país pela Comissão Incentivadora dos CUTRACs, obtendo 22 núcleos. Lopes apud Tavares aponta que seu objetivo era “a formação de profissionais adequados às necessidades e exigências das áreas interioranas do Brasil e, como consequência lógica, a promoção e benefícios para as populações rurais.” (1972, p.81/82). Nesse formato o estágio em

⁵ A articulação entre extensão universitária e estágio é perceptível no decurso histórico do Serviço Social, como será visto nos capítulos seguintes.

meio rural se tornou obrigatório e dava-se na prestação de serviços sociais relacionados as áreas de formação dos estudantes.

O Projeto Rondon é idealizado em 1967, pelo professor Wilson Choari e instituído em 1968, com o decreto nº 62.927, de 28 de julho de 1968 que cria o Grupo de Trabalho “Projeto Rondon” e posteriormente pelo decreto nº 67.505, de 6 de novembro de 1970, que o denomina Projeto Rondon e o coloca como um órgão autônomo da Administração Direta, vinculado ao Ministério do Interior. Em 1975, a Lei nº 6.310 o transforma em Fundação Projeto Rondon. Tavares aponta que sua meta era:

A integração das regiões carentes e distantes ao projeto de desenvolvimento definido pelo governo e a mudança de mentalidade do universitário para inseri-lo na perspectiva governamental de desenvolvimento. O Projeto Rondon se constituiu em um órgão mediador da visão governamental de desenvolvimento e integração, por ser uma das experiências extensionistas de âmbito nacional mais sistemática e duradoura do que as anteriores até então tentadas. (TAVARES, 1997, p. 57)

O Projeto Rondon era subordinado ao Ministério do Interior, tendo em seu grupo de trabalho representantes de outros ministérios: Educação e Cultura, Marinha, Exército, Aeronáutica, Transportes, Agricultura, Planejamento e Coordenação Geral, Saúde, além de representante do Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social – MUDES, do Conselho de Reitores – representando as entidades de ensino superior e um representante da Universidade do Estado da Guanabara⁶ – UEG (pioneira no Projeto). É instituído para promover estágios de serviço e conduzir a juventude ao processo de integração nacional, sendo responsável pela organização de planos e projetos específicos, podendo coordenar outras atividades da mesma natureza em todo o país.

O decreto aponta que os órgãos da Administração Federal (direta ou indireta) darão apoio aos grupos regionais do Projeto Rondon e que as atividades seriam financiadas pelo Ministério do Interior com recursos próprios ou por ele obtidos. Também destaca que as

⁶A UEG foi criada em 4 de dezembro de 1950 com o nome de Universidade do Distrito Federal – UDF. Tornou-se Universidade do Rio de Janeiro (URJ) em 1958, e somente recebeu a alcunha de UEG em 1961 após a transferência da capital para Brasília. Em 1975 tornou-se Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Apesar de ter sido criada como UDF, não confundir com a homônima criada em 1935 e extinta em 1939 também citada no texto.

atividades seriam desenvolvidas nos períodos de férias. Registra-se que 22 núcleos do projeto em áreas estratégicas do país.

São registradas ainda duas atividades semelhantes ao Projeto Rondon que foram executadas pelos ministérios da Saúde e do Transporte, nomeadas Operação Oswaldo Cruz e Operação Maúa. A primeira deu-se na Amazônia, realizando ações na área da saúde no período da construção da Transamazônica e a segunda ofertando estágios no setor de transporte e viagens de estudos em obras de todo Brasil.

Além das iniciativas do poder público, cabe destacar três experiências do setor privado, tidas como extensionistas na época, sendo elas: o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), o Centros de Integração Empresa Escola (CIEE) e a Fundação Movimento Universitário de Desenvolvimento Econômico e Social (MUDES). Convém destacar que as três experiências se mantêm até os dias atuais, ainda que tenham se adaptado as demandas contemporâneas, em especial voltadas a estágios.

Foi instituída uma comissão mista entre os Ministérios da Educação e do Interior, para organização e integração dos programas de ambos os ministérios - CRUTAC e Projeto Rondon. O relatório da comissão aponta que às universidades cabia apenas a execução das atividades extensionistas, distantes de qualquer protagonismo, ainda que o documento produzido pela comissão aponte que as propostas extensionistas devessem sair dos departamentos das universidades, trazendo novas possibilidades às instituições e maior integração a sociedade, como aponta Nogueira (2005, p.30):

O documento acena para a possibilidade de a extensão vir a constituir-se em ponto de partida para a atualização e reformulação de currículos dos cursos de graduação, e dar novas perspectivas aos trabalhos de pesquisa. E ainda, constituir-se em instrumentos de retroalimentação das universidades e demais instituições, possibilitando maior inserção da primeira nas realidades regional e nacional e no momento histórico do país.

O relatório assinala também que se deve buscar a institucionalização da extensão nas universidades, visando sua maior inserção na vida acadêmica e vinculação ao estágio curricular, sugerindo que haja na estrutura organizacional universitária um órgão responsável pela extensão.

Em 1974, uma avaliação realizada pela Universidade da Bahia atendendo a solicitação do MEC para diagnosticar a implantação da reforma universitária apontou a dificuldade da

extensão se firmar e integrar a cultura universitária, não estando conceituada e nem tida com a mesma natureza do ensino e da pesquisa. A avaliação apontou também que essa perspectiva “tenderia” a mudar quando a universidade estivesse efetivamente mais integrada a sociedade em que se inseria.

Nesta ocasião, as atividades extensionistas caminhavam conforme a ótica desenvolvimentista e assistencialista, refletindo a lógica dominante pautada pelo regime militar ditatorial, servindo a manutenção e fortalecimento de tal governo. Fagundes (1986) aponta que embora os objetivos declarados da extensão fossem outros, a reafirmação do regime era central, como pode-se apreender no excerto seguinte:

Essa avaliação revela que a inserção da extensão na estrutura da universidade continua sendo problemática, assim como a integração de suas atividades com aquelas do ensino e da pesquisa. Porém o problema central, que deve ser colocado e discutido, diz respeito a duas ordens de objetivos da extensão. Junto com o objetivo formal declarado – de estender as atividades de ensino e de pesquisa à comunidade, no sentido de servi-la e, ao mesmo tempo, trazer informações capazes de realimentar essas funções da universidade, adequando-a às necessidades do meio – existe o objetivo real, não declarado, que faz da extensão um mecanismo político de ajustamento e acomodação social. (FAGUNDES, 1986, p. 74-75)

No ano de 1975, assim como proposto pela comissão mista supracitada, é criada a Coordenação de Atividades de Extensão – CODAE, que se vincula ao Departamento de Assuntos Universitários – DAU, composta pelos Ministérios da Educação e do Interior e centralizando a pauta extensionista. Convém destacar que não há registro legal dessa coordenação. Os documentos do CRUB compõem as influências da concepção e atuação dessa coordenação, bem como as ideias do consultor norte-americano Rudolph Atcon, que aponta para a necessidade de ensino, pesquisa e extensão estarem interligados e para um possível papel de destaque da extensão permear as atividades científicas e culturais das universidades.

O CRUB defendia que a extensão deveria colaborar com as necessidades e progresso da sociedade, ligadas ao ensino e pesquisa, com proximidade da sociedade e a comissão mista entre Ministérios da Educação e do Interior, aponta que a universidade deve estender suas atividades de ensino e pesquisa à comunidade através de cursos e/ou serviços. Como aponta Tavares (1997):

A Extensão teria de ser encarada como algo próprio e permanente na vida das universidades, constituindo-se na terceira função, além de eficiente instrumento de reforma universitária e, também, como forma de participação das comunidades, em função processo de desenvolvimento. (TAVARES, 1997, p. 60)

Fagundes e Tavares apontam que para a época o CRUB tinha definido a extensão como uma função inerente à universidade, um desdobramento da função didática universitária, sem a qual universidade não existiria, porém, também são categóricos em afirmar que essa posição não era hegemônica sequer em nível de governo.

A criação da CODAE amplia a responsabilidade do MEC junto a extensão, colocando-o no patamar de coordenador nacional. Embasado na lei nº5540/1968⁷, em abril de 1975 o MEC publica o Plano de Trabalho de Extensão Universitária, que seria executado pela CODAE.

Através desse Plano, o MEC assegura para si a competência de propor a política de extensão para as universidades brasileiras, traçando diretrizes e normas em âmbito nacional e estimulando o intercâmbio de experiências desenvolvidas pelas IES. Estabelece ainda como sua função acompanhar a execução dos trabalhos de extensão realizados pelas universidades. (NOGUEIRA, 2005, p. 31)

Conforme aponta o trecho supracitado, é possível observar que o Plano traz novas perspectivas, aproximando o MEC das atividades extensionistas e dos estudantes extensionistas. Entretanto, não aponta limites para atuação do Ministério, deixando as universidades sem autonomia e no papel de executoras. O Plano aponta para o compromisso da extensão pelo MEC e CRUB, e indica também para o discurso crítico inspirado em Paulo Freire, como aponta Tavares (1997, p. 63):

⁷A Lei nº 5540/1968 fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Altera a organização do ensino superior brasileiro, promovendo uma reforma universitária que atendia aos interesses do regime militar. Direccionava a formação para a mão de obra de mercado e o controle político das universidades públicas brasileiras. Propiciou aumento de matrículas em cursos universitários, com destaque aos cursos ofertados pelas instituições particulares.

Na definição operacional de extensão está contemplada a ideia de comunicação com a sociedade onde a troca entre os saberes acadêmico e popular possibilitava a efetivação de uma política extensionista mais comprometida com as necessidades vivenciadas pela população, possibilitando, assim, que o ensino e pesquisa desenvolvidos na universidade estivessem mais integrados com a realidade social.

Nogueira (2005) também aponta para as trocas entre academia e população, assinalando além disso para a ideia de articulação da extensão com a dimensão do ensino e da pesquisa:

Introduz, assim, o elemento novo que é a troca de saberes acadêmico e popular que se daria através da extensão. Formula ainda a relação entre as atividades acadêmicas, o ensino, a pesquisa e a extensão, sendo que, através desta última se faria o repensar das outras. (NOGUEIRA, 2005, p. 36)

Embora o Plano se aproxime a ideia de extensão e comunicação freireana, ao invés utiliza o termo ‘retroalimentação’. O plano supera a ideia de extensão apenas como cursos e prestação de serviços, versando sobre as atividades possíveis:

A extensão da universidade se processa sob a forma de cursos, serviços, difusão de resultados de pesquisas, projetos de ação comunitária, difusão cultural e outras formas de atuação exigidas pela realidade da área onde a Instituição se encontra inserida, ou exigências de ordem estratégica. (NOGUEIRA, idem, p. 39)

No ano de 1976, a CODAE realizou treinamentos e seminários de capacitação, ampliando as discussões sobre extensão e envolvendo instituições que apoiavam o trabalho extensionista, além dos representantes das universidades. Essa seria uma das possibilidades de ampliar o envolvimento da sociedade e dos estudantes nas atividades extensionistas, aproximando-os da proposta extensionista que se aproximava das ideias de Paulo Freire já citadas, que distanciavam a educação de mera transferência de saberes, requisitando um processo de trocas, diálogo e reciprocidade nessa situação, entre universidade e sociedade.

Tavares (1997) aponta as ideias centrais do Plano de Trabalho de Extensão Universitária:

Retroalimentação, representando o movimento dialético de ida e volta, a relação em duas mãos, possibilita mudanças nos dois sentidos – na universidade e na sociedade, integração com as funções de ensino e pesquisa e com o sistema geral que é a sociedade; articulando-se com seus subsistemas científico, tecnológico e cultural; abertura ao meio, no sentido de cumprimento de uma missão social; equilíbrio com as duas demais funções, de ensino e pesquisa, formando novas posturas profissionais favoráveis ao processo de desenvolvimento; mentalização, no sentido de uma atuação participativa da universidade, e projeção da instituição de ensino como uma totalidade, participando de um processo maior de transformação. (TAVARES, 1997, p. 64 – 65)

É possível identificar em Fagundes, Lima e Tavares que a extensão pode ser considerada como uma das principais possibilidades de integração universitária da comunidade, além de importante para que se analise qual o impacto da universidade na sociedade, sendo assim fundamental para o desenvolvimento e envolvimento social da universidade.

Convém destacar também que as análises do Plano apontam que, embora se propusessem ações diferenciadas, observou-se a reprodução das atividades extensionistas que eram anteriormente praticadas, além da política educacional corroborar para a manutenção dos ideários governamentais, como aponta Tavares (1997, p.67):

A política educacional, especialmente a desenvolvida nas universidades, estava voltada, prioritariamente, para o reforço do modelo político-econômico adotado pelo Governo, que utilizava esse organismo da sociedade civil para persuadi-la a aceitar a direção imposta pelo regime militar.

As ações extensionistas e o Plano de Trabalho da Extensão Universitária submergem no período marcado pelas mudanças no cenário nacional, com a dita “distensão política”, permeada pelo crescimento de movimentações populares em busca de mais liberdades; insustentabilidade do modelo econômico ditatorial; tensões entre as forças armadas e os militares radicais – que almejavam a manutenção da repressão e regime totalitário, e governo, marcando a abertura política como uma alternativa de saída dos militares do comando do país, evitando maiores desgastes, já que se fazia visível que a manutenção do regime não seria possível por muito tempo. Neste cenário, o governo diminui investimentos em ações de caráter extensionista e redireciona as ações no campo de estágios curriculares. Convém destacar que a intervenção junto à comunidade foi um facilitador para a aproximação da universidade de sua função social,

superando o vínculo universitário majoritário com as classes dominantes, além da importância desse período para uma nova concepção universitária, como bem anota Tavares (1997):

É durante o processo de fortalecimento da sociedade civil, nos setores comprometidos com as classes populares, em oposição ao enfraquecimento da sociedade política, ocorrido na década de 80, principalmente nos seus últimos anos, que vai ocorrer, mais consistentemente, uma nova concepção de universidade baseada na redefinição das práticas de ensino, pesquisa e extensão até então vigentes. (TAVARES, 1997. p. 69)

Com a extinção da CODAE as ações preconizadas no plano ficam sem continuidade, como aponta Nogueira (2005):

Transcorrem alguns anos sem que um órgão instituído pelo MEC ou outro ministério desempenhe a função de coordenar em nível nacional a discussão e a reflexão sobre a extensão universitária, embora sejam registradas algumas publicações de caráter acadêmico sobre o tema. As discussões, no entanto, prosseguem em níveis locais e regionais, sedimentando em torno de questões comuns a proposta vinda das universidades públicas, qual seja, a criação de um fórum que passava coordenar em nível nacional, a discussão de extensão universitária e a proposição de diretrizes políticas para sua realização. (NOGUEIRA, 2005, p.38)

Tavares atenta para o período de redemocratização, que gerou mudanças nas perspectivas educacionais em âmbito nacional de forma geral, assim como na perspectiva de extensão universitária:

O processo de redemocratização que estava a se desencadear na sociedade brasileira possibilitou que a extensão universitária fosse resgatada, tanto pelo Conselho de Reitores como pelo movimento docente, consubstanciando a ideia de autonomia da universidade e a sua inserção na realidade social, temas que estiveram no centro dos debates durante toda a década e continuam ser objeto de discussão. (TAVARES, 1997, p. 75)

Convém marcar que nos primeiros anos da década de 1980 a extensão universitária não foi tratada como tema prioritário. O Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB e o movimento docente, impulsionam as discussões sobre a extensão universitária ao

ponto que intensificam os debates sobre autonomia universitária e relação da universidade com a realidade social.

O CRUB até o início da década de 1980 apontava que autonomia universitária devia ser consentida legalmente, cogitando até a possibilidade de uma supervisão ministerial no interior das universidades e pactuava com a ideia de extensão universitária na ótica de prestação de serviços e integração da população no modelo econômico desenvolvimentista. O processo de redemocratização nacional leva o CRUB a repensar sua posição sobre autonomia universitária e compromisso social que a universidade deveria assumir junto a sociedade, como bem assinala Tavares):

Levou o CRUB a perceber que, mais do que legal, a autonomia seria um pressuposto para que a universidade pudesse sair da rotina e ampliar seus compromissos e a sociedade que a mantinha. Contudo, isto não significa que a perspectiva, ora romântica ora tecnicista, tenha sido abandonada de vez em proveito de uma perspectiva crítica; elas coexistem nas diretrizes do CRUB. (TAVARES, 1997, p. 78)

A criação do CRUB data de 1966, entretanto a mudança de perspectiva torna-se mais evidente na plenária do conselho realizada no ano de 1983, em Campinas. Nesta rediscute-se a posição que a universidade deveria assumir frente a sociedade, destacando-a como uma das possíveis conhecedoras dos problemas nacionais, podendo contribuir nas soluções que caminhem para liberdade e transformação social. Aponta-se para a necessidade de alargar as discussões dos problemas nacionais, regionais e locais; ampliar a participação dos estudantes nas ações; expansão de debates na perspectiva de interdisciplinaridade e pluralidade; bem como proximidade com lideranças comunitárias para se implantar planos e programas vinculados as necessidades comunitárias. Neste contexto a extensão se coloca, de acordo com Tavares:

A extensão universitária, sendo um desdobramento dessa universidade que se queria autônoma e que pretendia colocar a serviço da sociedade, foi redimensionada, passando a ser, no discurso oficial, elemento indispensável para viabilizar a comunicação entre a instituição universitária e a sociedade, por meio da prestação de serviços, constituindo-se em função inerente à universidade, ou seja em outra função junto ao ensino e a pesquisa que também se constituíam em funções distintas, porém indissociáveis. (TAVARES, 1997, p. 79)

Assim é assinalado o discurso da extensão universitária como uma das funções da universidade, ao lado do ensino e da pesquisa, concomitante ao discurso da universidade contribuindo para a democratização social e produção de conhecimentos que corroborassem para tal. Embora esse discurso já estivesse presente no cenário pós golpe, no novo contexto pode-se apreender uma rediscussão e reafirmação da indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, bem como do compromisso social da universidade.

Convém anotar que o CRUB em sua origem – durante o período ditatorial militar, surge para dentre outras coisas, favorecer a privatização das universidades, sendo posteriormente espaço para outras discussões, como as supracitadas, que contrapõe seu pressuposto original.

Desde o ano de 1976 há registros do surgimento de associações de docentes do ensino superior, na perspectiva de defesa dos ataques do regime ditatorial militar. No ano de 1981, a Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – ANDES, é fundada, exercendo protagonismo que se mantém até a contemporaneidade. No final da década de 1970, as associações pautaram como bandeiras de luta o ensino público e gratuito; autonomia e democratização da universidade; e isonomia salarial e regime único de trabalho. Tavares (1997) aponta que essa perspectiva de democratização dos construtos universitários, favorece a extensão:

A preocupação em colocar a universidade voltada para “os interesses majoritários da população” torna necessária a explicitação da extensão universitária junto ao ensino e a pesquisa como forma de democratização do conhecimento elaborado e transmitido pela universidade, ou seja, a extensão passa a ser instrumento da democratização e da autonomia universitária ao vincular o saber produzido nessas instituições às necessidades da maioria da população. (TAVARES, 1997, p. 82)

No ano de 1982, o 1º Congresso Nacional da ANDES inicia uma campanha nacional pelo ensino público e gratuito, apontando a ideia de que o ensino universitário deve ser voltado a população, devendo contemplar suas demandas. Como assinala o trecho seguinte, uma nova perspectiva se põe à extensão:

Aqui começa a se delinear uma outra concepção de extensão universitária dentro de um projeto político global que veicula democratização com a necessidade de relacionamento com a sociedade, relacionamento este passível de acordos e negociações entre as partes interessadas, criando, assim as condições de qualificação dessa população ao se elaborarem conhecimentos acessíveis a todos os seus membros e não a uma elite cultural ou econômica. (TAVARES, idem, ibidem.)

Nessa perspectiva, o movimento docente vê na extensão a possibilidade de vinculação direta do ensino e pesquisa com a sociedade, colaborando para democratização universitária. É possível notar que a prestação de serviços ainda era bastante presente neste contexto, ainda que não fosse consenso dentro do movimento docente. No texto elaborado no congresso, a extensão aparece como um dos objetivos universitários, ao lado do ensino, da pesquisa e das atividades assistenciais. É importante destacar que de forma diversa de outrora é realizada distinção entre extensão e serviços assistenciais. Além do já citado, defendia-se ainda a unificação das condições de pesquisa, ensino e extensão, um fator de extrema relevância para o desenvolvimento da extensão.

O movimento abarcava docentes de instituições públicas e privadas, gerando algumas diferenças dentro do movimento, entretanto ambas as categorias tinham consenso sobre a relevância da extensão. Apontavam para a necessidade de o governo financiar a agenda extensionista, de forma que esta não dependesse da captação de recursos – ação frequente por parte das instituições privadas. Dentre as contradições perceptíveis, nota-se a oscilação da compreensão da perspectiva de extensão, ora apontada como participe da transformação social atrelada ao ensino e pesquisa, ora como ação focalizada na prestação de serviços, como comenta Tavares (1997, p.87):

A indefinição do que deveria ser a extensão universitária impossibilitou a sua percepção enquanto dimensão político-pedagógica, processual-orgânica ao próprio ensino e pesquisa, estes sim, comprometidos com a transformação social. Sinalizava-se para um novo paradigma de universidade mas ainda se mantinha a visão compartimentada entre ensino, pesquisa e extensão, talvez pela própria incapacidade de se perceber que, naquele momento histórico, a indissociabilidade se daria pela redefinição do ensino e da pesquisa dentro de uma perspectiva de trabalho social cuja condição *sine qua non* é a intervenção no processo social, para transformá-lo. (grifo do autor)

No período histórico seguinte, com a redemocratização, novas perspectivas são destinadas a educação como um todo e ao ensino superior.

1.4. Extensão Universitária no período da redemocratização nacional

No período de abertura democrática pode-se notar por parte do governo propostas de reestruturação pelo social e dirigentes universitários e docentes reorganizando suas propostas, direcionando-as à um projeto político de implantação de saber, que acreditava-se atender as necessidades da maioria da população. No ano de 1985 é criada a Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior – conhecida também como “Comissão de Alto Nível”, composta por membros com interesses heterogêneos e que após seis meses de trabalho produz um relatório. Neste aponta-se para a ideia de modernizadora, como aponta Tavares (1997, p.90):

A concepção de universidade presente no documento pode ser sintetizada, em geral, como a de uma instituição modernizadora, voltada para a pesquisa, sendo a avaliação de desempenho determinante para a concessão de recursos financeiros. A extensão se apresentou como ‘uma das atividades essenciais da universidade em qualquer sociedade moderna’, com objetivo de transferir conhecimentos a mesma.

O documento assinala a extensão e treinamento profissional como negligenciados dentro da esfera universitária, sendo estes considerados relevantes para os vínculos com a sociedade, demarcando também uma inadequação da universidade com a realidade social. Aponta grande valor pedagógico para a extensão, bem como possibilidade de prestação de serviços efetivos para a população. Traz ainda a extensão na perspectiva da função social da universidade, objetivando a difusão de conhecimentos obtidos, a continuidade da oferta de serviços à população e ação contínua e recíproca entre a extensão e o ensino e a pesquisa.

Ao abordar a falta de incentivos financeiros para extensão o documento, de forma contraditória a proposta de isonomia salarial dos docentes, assinala a possibilidade de remuneração aos professores que realizem pesquisa e prestação de serviços. De forma geral, as funções universitárias se atrelavam a quem as financiasse apontando para uma mercantilização do trabalho acadêmico e apropriação privada dos construtos universitários.

O que se pode inferir da análise desse relatório é que a priorização dada à dimensão social da universidade, ou seja às atividades de extensão, tinha, na verdade, objetivos identificados com a desobrigação do governo quanto à manutenção do ensino superior público e gratuito. A própria fragilidade política desse começo de governo não permitia uma defesa mais contundente dessa obrigação. (TAVARES, 1997, p. 92)

O descompromisso governamental com o ensino superior foi um traço intensificado durante o regime ditatorial militar, que almejava inclusive a privatização deste setor. Entretanto, vale lembrar que a extensão militar foi utilizada por este governo como um dos serviços voltados a manutenção do regime, com destaque ao Projeto Rondon. A extensão vinculada a serviços oferecidos à sociedade também tem caráter de apaziguar a distância presente entre universidade e sociedade.

A extensão, mais uma vez, tenta encobrir o caráter classista das IES, assumindo a responsabilidade de suprir uma falsa desarticulação ou alienação da universidade com os problemas da sociedade, o que é uma falácia. Se essa alienação ou desarticulação existe, deve-se mais a uma política social que não privilegia as necessidades da maioria da população do que um possível afastamento da universidade com a realidade social em que está inserida. (TAVARES, idem, p. 93)

O excerto de Tavares traz uma reflexão fundante para se pensar a extensão universitária e o ensino superior, desde seu surgimento no Brasil até o período de redemocratização. O desenvolvimento histórico do país revela que o ensino superior sempre foi acessado pelas elites nacionais, sem que houvesse qualquer política pública que buscasse o acesso de forma equânime de toda a população, resultando na elitização do acesso e da divulgação dos construtos universitários. Pondera-se ainda que embora durante o regime ditatorial militar haja registro da instalação de campus universitários em regiões menos centralizadas do país, majoritariamente o ensino universitário brasileiro desenvolveu-se nos maiores centros urbanos e suas pesquisas centravam-se em temáticas distantes da realidade social da maioria da população. Convém ainda ponderar a desresponsabilização governamental com o financiamento do ensino superior e a ideia tecnicista reforçada no regime ditatorial militar. No tangente a extensão, pode-se ver até então que ela é reflexo dos fatores citados, chegando a ser utilizada durante o militarismo para manutenção do status do governo. Como em outras políticas públicas (exemplo a de saúde), a redemocratização traz novas perspectivas para a

política de educação e para o papel da extensão universitária, mais próximas da classe trabalhadora e da possibilidade de democratização dos construtos educacionais universitários.

No ano de 1985, o MEC publica o Programa Nova Universidade, que abarca algumas das propostas da Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior, vislumbrando apoiar e fomentar ações universitárias, com vistas na melhoria da qualidade de ensino. Uma das linhas de ação do programa era: acompanhamento e avaliação institucional e relacionamento da universidade com a sociedade, tendo a extensão como um dos instrumentos para vinculação da universidade e realidade social.

O programa atrela a qualidade universitária ao comprometimento com a realidade social e a formação de profissionais críticos e comprometidos com a transformação social. Nesta perspectiva, a extensão era vista como principal possibilidade de lançar a universidade junto a sociedade, favorecendo sua inserção no processo social e a possível formação de profissionais conscientes e capazes de atuar como agentes transformadores, corroborando para o fortalecimento do papel da extensão na universidade e de sua indissociabilidade junto ao ensino e a pesquisa.

O Programa Nova Universidade previa que o MEC realizasse supervisão das IES, visando promover, estimular, orientar e acompanhar as atividades institucionais, com vistas no compromisso da universidade com a comunidade e na extensão dos construtos universitários com a consequente devolutiva da comunidade para o repensar do fazer institucional. “Extensão passou a ser, portanto, o paradigma para a ‘nova universidade’ de um governo denominado de ‘nova república’ e, ao mesmo tempo, instrumento justificador da intervenção do MEC nas IES.” (TAVARES, 2019).

O programa indica que os repasses financeiros serão feitos por negociações casuísticas entre as instituições e o MEC, acrescentando:

Os projetos de extensão considerados prioritários para financiamento teriam de fazer parte de um programa institucional onde os objetivos educacionais predominassem sobre os de natureza assistencialista ou de prestação de serviços, visando se constituir num mecanismo de transformação, em nível de conteúdo e de metodologia de ensino, além de promover mudanças em segmentos da sociedade, o que coincidia com a proposta do movimento docente organizado. (TAVARES, 2019)

O PNU coloca a extensão em um lugar diverso do até então ocupado, incorporando demandas dos docentes e dirigentes que militavam no sentido de sua consolidação no cenário educacional brasileiro, que acompanha também o movimento social da “nova república”. Convém ponderar que é possível identificar diferenças no discurso e na ação governamental, já que a extensão acaba por assumir uma função avaliativa dentro da estrutura universitária, responsável por divulgar ações e colaborar na modernização das atividades de ensino e pesquisa, ao invés de se consolidar como terceira função universitária de forma pareada ao ensino e pesquisa.

Em 1986, o MEC cria o Grupo Executivo para a reformulação da Educação Superior (GERES), que almejava elaborar uma proposta operacional em resposta às demandas elaboradas pela Comissão Nacional para a Reformulação da Educação Superior direcionadas ao segmento federal, retomando uma perspectiva anterior de autonomia universitária para desobrigar o ente governamental a custear o ensino superior.

No relatório elaborado pelo GERES, consideram dois modelos de instituição de ensino superior, sendo a primeira a universidade de ensino – que não tem como atividade fim a pesquisa científica e tem o método científico aliado à prática didática, e a segunda a universidade do conhecimento – que apoiada no desempenho acadêmico científico, busca não vincular-se a interesses imediatistas, estimada como modernizadora. O segundo modelo aponta para a privatização do conhecimento produzido nas universidades, atrelando o controle das atividades da extensão e da pesquisa a quem as financiasse, distanciando-se totalmente das propostas apresentadas anteriormente pelo ANDES.

De forma diversa ao previsto em legislação desde o ano de 1968, o documento não preconizava a indissociabilidade do ensino e da pesquisa. Apontava para a necessidade de autonomia financeira das instituições conectando-a autonomia acadêmica. Reforça ainda as desigualdades entre as IES, quando vincula os repasses financeiros à avaliação de desempenho, beneficiando “centros de excelência” e vinculando extensão à produtividade. O trecho de Tavares elucida os apontamentos já citados:

Fica bastante evidente que a extensão universitária, na proposta do GERES, que reproduz o pensamento explicitado pela ‘Comissão de Alto Nível’, se constituiu num instrumento de privatização do conhecimento produzido pela universidade além de ser um mecanismo de captação de recursos financeiros para manutenção do ensino superior, através da prestação de serviços. (TAVARES, 1997, p.99)

Assim, pode-se observar que de forma contraditória ao movimento social e as discussões feitas pelos agentes que atuavam de forma direta nas universidades, as propostas do GERES se distanciavam da aproximação da universidade com as camadas mais vulneráveis da população no sentido de trocas e construtos coletivos, colocando-se na ótica da prestação de recursos e arrecadação de fundos, de forma a isentar o governo e favorecer um modelo de ensino superior privatista, que mantém distante do ensino superior a classe trabalhadora brasileira, como reforça Tavares (idem, p.100):

Embora todas essas conceituações visassem granjear a legitimidade por parte da sociedade, ao destacar a necessidade de democratização do saber produzido pela e na universidade, o que estava por trás de tudo era a efetivação do objetivo maior da política educacional do Governo, qual seja, o de desobrigar-se da manutenção do ensino superior gratuito ao tentar implantar a autonomia financeira nas universidades, via prestação de serviços pagos.

Tavares e Fagundes apontam que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ganha força no contexto em que os agentes que compõe a vida universitária começam a mobilizar-se para a necessidade de que a instituição esteja voltada aos interesses da maioria da população, considerando a extensão como fundamental para a aproximação com a sociedade. O cenário da época marca também um período de democratização interna das universidades. O movimento docente, que lutava pela isonomia salarial⁸ também foi importante articulador desse processo. A citação extraída de Tavares aponta estes e outros fatores:

As propostas de redefinição da extensão universitária fazem parte de um conjunto de fatos que ocorreram no processo de reestruturação das IES, efetivado pela comunidade universitária, na ‘*contra-mão*’ das propostas oficiais, dentre as quais, se pode destacar a democratização interna, através das eleições de dirigentes universitários pelo voto direto e o compromisso destes de situar as universidades mais próximas da população; a reorientação global da política institucional, destacando como funções principais, qualificação da formação, produção do saber e prestação de serviços à comunidade em que se encontra; a revisão dos critérios de avaliação; o debate curricular; a redefinição de pesquisas, visando interferir nas transformações da sociedade através da produção de um conhecimento crítico e inovador,

⁸ A administração das universidades federais deu-se através do modelo de fundações sobre o argumento governamental de que se teria um formato centralizado, autárquico, de pessoa jurídica de direito público, vinculada ao controle da administração central, em um formato muito próximo das características de uma organização privada. O movimento docente apontava que a escolha por esse modelo se dava pelo ensejo do Governo de privatização do ensino superior, eximindo-se de seu financiamento.

além da legalização do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. (TAVARES, 1997, p. 111, grifo do autor)

Em 1985, a Portaria nº 742 do MEC, que trata da carreira de magistério superior nas instituições federais vinculadas ao ministério, aponta a extensão em dois itens:

VI - Relativamente ao pessoal docente, a promoção levará em conta a respectiva titulação, em termos de pós-graduação *stricto sensu*, especialização ou aperfeiçoamento, associada ao mérito funcional, que será avaliado em função do desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

XV - A estrutura da carreira do magistério superior deverá observar o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão. (BRASIL, 1985)

Pode-se observar que aparece na Portaria o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ainda que legalmente só haja previsão de indissociabilidade entre ensino e extensão. A extensão é tratada nesta portaria, ao lado do ensino e da pesquisa, inclusive para que sejam pensadas as atividades docentes e sua posterior avaliação de desempenho.

Aliado aos pontos supracitados, tem-se o movimento da sociedade, na década marcada pela redemocratização nacional. No contexto educacional intensificam-se os debates sobre a reestruturação dessa política – expressos posteriormente na Constituição de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394, de 1996), e pode-se observar a organização de fóruns como um dos agentes significativos deste processo, organizados pelos entes governamentais e sociedade civil. O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras, criado em 1987 tem papel fundamental para pensar a extensão desde este período até a contemporaneidade. Registram-se também algumas ações que discutiram novas perspectivas para extensão, destacando-se um documento elaborado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1985, que traz uma conceituação de extensão posteriormente utilizada no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em 1987.

O I Encontro de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas do Nordeste (abril de 1987), o II Encontro de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas do Nordeste (setembro de 1987) e o Fórum dos Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas da Região Sudeste (setembro de 1987) ; na região sul, são realizados anualmente Seminários de Extensão Universitária da Região Sul /

SEURS, divulgando as atividades de extensão das universidades; na Amazônia e Pará também registram atividades, que focam especialmente na ideia de interiorização da universidade, dialogando com a extensão universitária; movimento estes que se colocam na gênese do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX. Os eventos além das mobilizações, produziram documentos e impulsionaram a realização do I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, sediado em Brasília em novembro de 1987, reunindo representantes de trinta e três IES.

O encontro propiciou a concepção do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária das Universidades Públicas Brasileiras, composto por Pró-Reitores ou ocupantes de cargos congêneres das instituições públicas das esferas federal, estadual e municipal, com intuito principal de elaborar a política de extensão para as IES públicas brasileiras. Tavares (1997) aponta os objetivos do FORPROEX:

Objetivando formular políticas e diretrizes básicas que permitissem a articulação e o fortalecimento das ações das Pró-Reitorias das IESPs da área, em nível regional e nacional; articular-se com o CRUB e com o Fórum de Pró-Reitores de Ensino e o de Pesquisa e Pós-Graduação, visando garantir a análise das questões referentes à extensão e integrar as práticas acadêmicas; manter contatos com os órgãos governamentais e de outros segmentos da sociedade, atuando como interlocutor sobre questões e políticas relacionadas com a área de atuação; e divulgar as atividades e projetos de Extensão, desenvolvidos nas IESPs, o Fórum procurava trazer para si a direção do processo de elaboração da política de extensão a ser desenvolvida pelas IES públicas. (TAVARES, 1997, p.121).

Convém ressaltar que as atividades de ensino e pesquisa já contavam com políticas próprias, no MEC e no Ministério de Ciência e Tecnologia, enquanto a extensão se realizava de formas distintas nas diferentes instituições nacionais, sem uma política que a unificasse e sem financiamento específico. Nogueira (2013) aponta em sua análise que o clima do FORPROEX era de cooperação, e que ainda que houvesse temas conflituosos, o ensejo era de criação de diretrizes comuns direcionadas a institucionalização da extensão universitária. Garrafa aponta a concepção de extensão que é afirmada no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade.

A extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados – acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade.

Além de instrumentalizadora deste processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social. (GARRAFA apud TAVARES, 1997, p. 124-125)

Pode-se perceber que a concepção de extensão trazida pelo encontro amplia e qualifica positivamente o conceito. Aproxima-se da concepção de Paulo Freire que coloca a ideia de comunicação com a sociedade, troca de saberes e construtos de novos saberes que reflitam de forma mais próxima as reais demandas e perspectivas da sociedade, em especial da classe trabalhadora que não acessa as universidades. Essa perspectiva passa a ser perseguida pelo FORPROEX, que também persegue a articulação com o MEC, busca pela consolidação da extensão universitária e busca por recursos governamentais específicos para a execução das ações extensionistas.

Tavares relata algumas das definições do 1º Encontro Nacional que permitem elucidar essa nova perspectiva extensionista:

Defendia-se que as atividades de extensão seriam aquelas que estivessem referenciadas nas diretrizes do documento aprovado pelo Fórum Nacional; os estágios e as avaliações de pesquisa e do ensino deveriam obedecer a essa nova concepção de universidade, comprometida com a transformação social; a extensão teria representação específica nos órgãos colegiados superiores, responsáveis pelas atividades fins; o grau de envolvimento de cada departamento em atividade de extensão seria decisivo para a contratação de pessoal; era garantida a participação das comunidades envolvidas com os trabalhos na elaboração, execução e avaliação de projetos de extensão das Universidades; quanto ao financiamento, deveria haver recursos orçamentários nas IES para os programas/ projetos de extensão; criação, no MEC, de um fundo especial para financiamento de Programa/ Projetos de extensão, restabelecimento do sistema de bolsas de extensão no MEC, nos mesmos níveis das bolsas de iniciação científica e monitoria, além das bolsas próprias, já existentes em algumas IES, ou oferecidas por outras agências. (TAVARES, 1997, p. 127)

Convém destacar que no movimento de redemocratização da sociedade e as mobilizações na área da educação garantem que o texto constitucional de 1988 avance na concepção de educação como política pública. A Constituição Federal de 1988 traz em seu artigo 207 a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, temática reafirmada pelo FORPROEX. O artigo 213 acrescenta ainda que as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderia receber apoio financeiro do poder público.

Nem todos os objetivos do Encontro e FORPROEX foram atingidos. Como exemplos cita-se o Fórum não conseguir garantir sua participação formal no CRUB e só no ano de 1993 que o MEC institui a Comissão de Extensão Universitária e cria o Comitê Assessor de Extensão. A articulação do FORPROEX permanece até os dias atuais, bem como seus encontros, já sua articulação com o MEC se dá de formas diversas em cada período histórico, que também reflete o contexto social do período em xeque.

Nogueira (2013) aponta, que em pesquisa sobre a legislação das universidades brasileiras, pode-se perceber que o conceito de extensão cunhado pelo FORPROEX foi integrado. Junto ao MEC, O FORPROEX articulou três políticas de extensão universitária brasileira: o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), de 1993, o Plano Nacional de Extensão, de 1998 e a Política Nacional de Extensão Universitária, de 2012.

O PROEXTE abarca em suas diretrizes os conceitos do FORPROEX, sendo elaborado pela já citada, Comissão de Extensão Universitária - composta de forma mista pelo Fórum e pelo MEC. O Programa atende à reivindicação levantada pelo FORPROEX desde 1997. O programa colabora para a efetivação da almejada aproximação com a realidade social e a função social da universidade, como pode-se vislumbrar no fragmento de Nogueira (2005, p.51):

A extensão deve procurar implementar o processo de democratização do conhecimento acadêmico, estabelecer mecanismos de integração entre os saberes acadêmicos e popular, de forma que a produção do conhecimento se efetive no confronto com a realidade, com permanente interação entre teoria e prática. Deve contribuir para reformular concepções e práticas curriculares e para rever o conceito de 'sala de aula' para além do espaço tradicional, para qualquer lugar onde o ato de aprender ocorra, caracterizado pela interação recíproca entre professores, alunos e sociedade, dentro ou fora dos muros da universidade.

O PROEXTE assinala a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a interdisciplinaridade como uma meta a ser buscada; a necessidade de parcerias com a sociedade

para atender suas demandas, sem suprir as ações que são dever do estado; sugere programas integrados e a avaliação deve contar com a comunidade; colaborando para que a institucionalização da extensão universitária se dê em uma perspectiva crítica e comprometida com a sociedade para além dos muros universitários.

Até 1995, o programa mantém seu funcionamento regular, ainda que suas convocatórias sofram alterações. Entretanto, no ano seguinte poucas universidades percebem o repasse de recursos para execução dos projetos deferidos. O FORPROEX insistiu na articulação e reivindicação de recursos para continuidade do PROEXTE, porém ao não lograr êxito nas negociações com a Sesu/MEC, investe em debates nacionais para a feitura de uma nova política de extensão.

O reflexo legal desse movimento social e institucional pode ser observado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394, de 1996) que estabeleceu a extensão como uma das finalidades da universidade. E em julho de 2010, o Decreto nº 7.233 representou um importante avanço ao inserir a extensão universitária na matriz que definiu a alocação de recursos orçamentários para universidades federais.

Em 1998, o FORPROEX constrói coletivamente o Plano Nacional de Extensão, que é publicado no ano seguinte pelo MEC. Permanecem neste plano os princípios e diretrizes do PROEXTE, acrescidos de elaborações posteriores feitas pelo Fórum em seus encontros.

O preceito legal da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é reafirmado, assim como a interdisciplinaridade é preconizada, na perspectiva de aproximação da realidade social qualificando além da extensão, a pesquisa e o ensino universitário.

A extensão é considerada como essencial na formação cidadã dos alunos e na qualificação dos docentes. Defende-se que a produção do conhecimento via extensão é mais rica, pois considera o saber popular e ao testar, na prática, o conhecimento produzido ou preservado pela universidade, esse conhecimento retorna à academia reelaborado. (NOGUEIRA, 2013, p. 41)

O Plano Nacional de Extensão propõe o desenvolvimento de programas de maior duração, compostos por projetos, cursos e outras atividades desenvolvidos articuladamente. Dentre suas metas estão concretização de um sistema nacional de informações e a inclusão das universidades à Rede Nacional de Extensão, bem como de um sistema avaliativo das ações extensionistas.

Nogueira (2013) assinala que PROEXTE e Plano Nacional de Extensão convergem em diretrizes conceituais, políticas e operacionais semelhantes, entretanto ambas não receberam o mesmo apoio do MEC. No PROEXTE houve um envolvimento da equipe do MEC e financiamento de atividades extensionistas, ainda que por um curto período, entretanto em relação ao Plano Nacional de Extensão, observa-se apenas sua publicação por parte do ministério, sem que haja ações ou investimentos para sua efetivação até o ano de 2002.

1.5. Extensão universitária pós 2003

Com a chegada do governo PT na presidência, conforme já mencionado, novas perspectivas foram dadas à educação e a extensão universitária. O fragmento seguinte, de Nogueira (2013), indica os pressupostos em que o FORPROEX centrará seus esforços a partir de 2003 em um novo momento de vinculação entre Fórum e Ministério, coadunando com o início do Governo Lula:

Observa-se que a partir de 2003 o Fórum elege cinco dessas diretrizes para orientar a reflexão e a prática sobre a extensão nas IPES brasileiras, quais sejam: a indissociabilidade entre o ensino, a extensão e a pesquisa, a interdisciplinaridade, a interação dialógica, o impacto na formação do estudante e o impacto social. (NOGUEIRA, 2013, p. 41)

Pimentel aponta em seu estudo que no governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) foi possível identificar a aproximação do FORPROEX com ministérios, objetivando parcerias para ações extensionistas. Aborda que durante esse governo foi possível vislumbrar parcerias que ligavam ações extensionistas para a execução de políticas públicas voltadas à população, que em sua leitura essa atuação converge com perspectiva do Plano Nacional de Extensão, em especial no tangente a vincularem-se ao compromisso com o enfrentamento da exclusão e vulnerabilidade sociais e combate a todas as formas de desigualdade e discriminação” (FORPROEX, 1998, p. 84) e traz uma nova perspectiva para a extensão junto a esse governo, beneficiando o governo e as ações extensionistas.

A relação entre governo federal e IES na articulação de políticas públicas foi um fator estratégico de apoio às diretrizes políticas desenhadas pelo novo governo. Essa possibilidade de atrelar a extensão universitária na efetivação das ações governamentais, com financiamentos disponibilizados via editais nacionais, além de representar um ponto 'positivo' perante a classe universitária extensionista, que há muitos anos clamava por recursos para suas ações, também representou positivamente perante os movimentos sociais que são os receptores das políticas públicas. (PIMENTEL, 2015, p. 84)

A mesma autora informa que as ações extensionistas não cumpriam o papel do Estado nas políticas públicas, apenas colaboravam na formação e construto de novos conhecimentos. Registra-se que no período entre 1996 a 2003 a extensão teve que buscar meios diversos ao MEC para obter financiamento. Cabe citar o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR do Ministério do Trabalho e Emprego, originado em 1995, que financiou atividades extensionistas em algumas IES.

Em 2003, primeiro ano do Governo Lula o FORPROEX pauta junto ao MEC a importância e relevância do PROEXTE, que é reativado, embora apenas em 2008 é publicado o Decreto 6.495 que institui o Programa de Extensão Universitária – PROEXT e em 2010 publica-se o Decreto 7.416/2010 que regulamenta a concessão de bolsas para atividades de ensino e extensão, inscritas na Lei 12.155, de 23 de dezembro de 2009. Pimentel cita a publicação de editais do PROEXT, que tiveram áreas temáticas diferenciadas:

O primeiro edital do Programa de Apoio à Extensão Universitária voltado às Políticas Públicas – PROEXT foi lançado em julho de 2003 pela SESu/MEC, para que as atividades se desenvolvessem no ano subsequente. Consequentemente a partir deste, em todos os anos do Governo Lula, foram publicados editais, sempre com ênfase na inclusão social. Da proposta de articulação do Fórum com os Ministérios do Governo Lula também foram publicados os Editais PROEXT MEC/Cidades, com o objetivo de ampliar as potencialidades do Programa Nacional de Capacitação das Cidades – PNCC, do então recém-criado Ministério das Cidades. Nesta abertura proporcionada pelo governo federal e das iniciativas de articulação do FORPROEX com a experiência anterior, foi publicado também o PROEXT MEC/Cultura, com recursos do Ministério da Cultura, para atendimento das ações extensionistas de cultura desenvolvidas pelas universidades. (PIMENTEL, 2015, p.98)

Nos demais anos observou-se parcerias e financiamento de outros ministérios governamentais, favorecendo a institucionalização da extensão universitária. Os editais do PROEXT foram mantidos até o Governo Dilma Rousseff, em 2016 e após seu impeachment não voltaram a ser publicados.

Em 2009, o FORPROEX inicia debates no Fórum e nas universidades públicas, e posteriormente, em 2012, publica a Política Nacional de Extensão Universitária. Tal política reflete os acúmulos históricos do Fórum, desde sua criação em 1987 e conta também com adesão das instituições não participantes do Fórum. Esta política é um marco ao se pensar a extensão no Brasil, haja vista que resulta de um longo processo de amadurecimento da extensão no país e se coloca em um momento profícuo para a educação nacional, com a expansão das instituições e em especial o apoio financeiro governamental para as ações extensionistas por vários anos consecutivos, de forma inédita.

A Política Nacional de Extensão Universitária acena para uma perspectiva extensionista vinculada ao compromisso com o desenvolvimento da sociedade, com grande potencial para qualificação dos docentes e para a formação dos estudantes. Objetiva também que a extensão reflita um novo entendimento de universidade pública, comprometida com a realidade social e atuante na resolução de problemas sociais, favorecendo ainda seu reconhecimento junto a sociedade. Busca-se ainda o fortalecimento das relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais, participação na elaboração de políticas públicas voltadas a maioria da população e inserção também no acompanhamento e avaliação delas; apoiar o desenvolvimento, produção e preservação cultural e a artística nacional e regionalmente; desenvolvimento de ações interinstitucionais e de cooperação internacional, além de requerer financiamento público para as ações extensionistas, de forma transparente, e de forma a colaborar para o desenvolvimento de atividades continuadas.

A Política traz o seguinte conceito de extensão:

A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade. (FORPROEX, 2012, p. 28)

E aponta suas diretrizes: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão, Impacto na Formação do Estudante; e Impacto e Transformação Social. Um dos pontos relevantes percorridos na política é o financiamento da extensão. Conforme já explicitado, a extensão universitária foi a última função institucional a ser reconhecida, sendo ainda a função que menos recebeu incentivos financeiros governamentais. Assim, a Política trata da importância dos repasses financeiros

contínuos e suficientes, superando a forma residual e temporária que marca os poucos investimentos governamentais voltados a extensão até a data da formulação do documento, e até os dias atuais.

A Política destaca ainda a importância da integração da extensão universitária com políticas públicas e movimentos sociais, bem como os construtos que podem surgir dessas parcerias. Outro ponto de extrema relevância é a necessidade da inclusão da extensão nos currículos de graduação, que reforçam a ideia de universalização da extensão e valoram seu papel na universidade, além de contribuir para a formação dos estudantes de forma qualitativa.

Além do FORPROEX, outros fóruns atuam na perspectiva da extensão universitária: o Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT) – criado em 1999; o Fórum de Extensão das Instituições de Educação Superior Particulares (FOREXP) – criado em 2003, e o Fórum de Extensão da Rede Federal de EPCT – FORPROEXT – criado em 2009, reunindo os Institutos Federais, os Centros Federais de Educação Tecnológica e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná, que compõem a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Vale ressaltar também os destaques feitos na extensão nas edições do Plano Nacional de Educação (PNE). Na edição de 2001-2010, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, uma das metas para o ensino superior:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para graduação no ensino superior no país será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

Nogueira (2013, p. 45) discorre sobre o movimento que foi perceptível pela influência desta meta:

Após a publicação do PNE, iniciou-se em algumas universidades e intensificou-se em outras o processo de atribuição de créditos curriculares pela participação de alunos em ações de extensão, como parte de um processo mais amplo de flexibilização curricular, constituindo um movimento nas IPES federais, mas também entre IPES estaduais, comunitárias e particulares na direção de repensar seus currículos acadêmicos numa perspectiva contemporânea de flexibilização dos currículos dos cursos superiores.

O Plano Nacional de Educação - 2014-2024, Lei nº13005/2014 reafirma essa meta: “Assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares, exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária”, com a diferença que no primeiro eram mencionadas “ações extensionistas” e no segundo refere-se a “programas e projetos de extensão universitária”, representando que a participação deve se dar em atividades extensionistas mais complexas, e não em ações pontuais.

Em 2018 o MEC homologou a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014- que aprova o Plano Nacional de Educação – 2014/2024 e dá outras providências. A resolução estabelece as Diretrizes para as políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira, regulamentando conceitos, diretrizes e princípios para a Extensão no Brasil, colocando critérios para avaliação, registro e planejamento das ações de extensão.

A Resolução destaca que as ações extensionistas devem ter relação com a formação dos estudantes, estarem vinculadas à comunidade externa, e devem desenvolver-se como programas, projetos, cursos e oficinas, eventos e prestação de serviços. A concepção de extensão da resolução é:

Artigo 3º: atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

Ponto importante da resolução é a regulamentação e prazo para que as instituições incluam a extensão em no mínimo, 10% da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação na forma de componentes curriculares, bem como em seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI), a concepção de Extensão; o planejamento das atividades institucionais da área; forma de registro das modalidades extensionistas; estratégias de inclusão da Extensão nos currículos e de participação dos estudantes nas atividades de Extensão; política de implantação do processo de autoavaliação e indicadores; e a previsão e estratégias de financiamento das ações extensionistas, até o dia 14 de dezembro de 2021. Conforme o Relatório Final do Mapeamento da Inserção da Extensão nos Currículos dos Cursos de

Graduação das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, realizado pelo FORPROEX entre dezembro de 2018 e maio de 2019, é possível apreender que a maioria das instituições realizou debate e implantação da inserção da Extensão nos currículos dos cursos de graduação antes da publicação da resolução 07/2018/CNE/MEC. Pode-se notar também que entre dezembro de 2018 e maio de 2019, houve uma redução das instituições que não haviam iniciado os debates.

Tal resolução significa um passo significativo para a consolidação da extensão universitária em âmbito nacional, haja vista que passa requerer a inclusão da extensão nos currículos, tornando-se assim uma necessidade do ensino superior e uma prática participe da formação profissional dos estudantes. Convém destacar que esse novo cenário exige que as instituições se debrucem sobre a temática e que cada curso perceba dentro de suas singularidades as potencialidades da extensão na formação profissional, o que requer inclusive a reformulação dos Projetos Pedagógicos.

Apesar do visível amadurecimento da extensão universitária através dos debates e das normas resolutivas, há o contexto pós governo Dilma Rousseff cujas consequências objetivas ainda são desconhecidas. O cenário é desfavorável para a educação superior, em especial a manutenção do tripé ensino, pesquisa e extensão universitária.

Além da já citada aprovação da Emenda Constitucional N° 95, de 15 de dezembro de 2016, conhecida como “Emenda Teto dos Gastos Públicos”, que limita os recursos para Saúde e Educação durante 20 anos em um patamar insustentável para a oferta das políticas públicas, também ocorreu um “fim informal” do financiamento dos projetos de extensão. Não foram financiados novos projetos de extensão e tampouco ocorreu alguma informação ou justificativa quanto à suspensão do financiamento, tampouco foram divulgadas informações sobre a possibilidade de retomar os projetos.

Face ao exposto, pode-se apreender que o Brasil adentra um período de retrocesso de princípios, valores e processos outrora aplicados, descartados e combatidos não apenas pela falta de resultados, mas porque a fundamentação ideológica é autoritária e vinculada aos interesses da elite econômica que historicamente reforçam as desigualdades sociais. Enquanto esse movimento propõe novamente o esvaziamento das funções de pesquisa e extensão por parte das universidades, hoje há marcos legais que regulamentam a obrigatoriedade do desenvolvimento dessas atividades, justificando a resistência neste campo.

Este capítulo intuiu apresentar os principais construtos que levaram a extensão a ocupar espaço entre o tripé universitário ensino, pesquisa e extensão, de forma que possamos melhor compreender suas manifestações, em especial junto à formação profissional em serviço social e possamos refletir sobre tal contexto colaborando para reflexões e possíveis avanços nessa área temática.

CAPÍTULO 2

AS EXTENSÕES NO SERVIÇO SOCIAL: Algumas aproximações

Este capítulo busca tecer considerações entre o serviço social e a extensão universitária brasileira. Convém mencionar que há grande carência de material bibliográfico na área, refletindo assim dificuldades para maiores construtos. Enfatiza-se nos textos construtos no âmbito da formação profissional.

2.1. Serviço social: a dimensão interventiva influencia os projetos de extensão

No ano de 2019, o serviço social brasileiro comemora os 40 anos do que se convencionou chamar de “Congresso da Virada”, evento que marca o giro teórico metodológico e ético político da profissão na perspectiva de construir uma crítica radical a sociabilidade capitalista. Esta mudança vinha sendo construída pela categoria profissional, culminando na disputa de direção política do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

Desde seu surgimento como profissão nos anos 30 do século XX, o serviço social brasileiro seguia um direcionamento no âmbito da formação e do trabalho vinculado fundamentalmente as requisições institucionais e políticas do Estado, da Igreja e das classes dominantes.

O Serviço social emerge como uma atividade cm base mais doutrinárias que científicas, no bojo de um movimento de cunho reformista conservador. O processo de secularização e de ampliação do suporte técnico-científico da profissão- que se dá com o desenvolvimento das escolas (depois faculdades) especializadas no ensino do serviço social- ocorre sob a influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais nos marcos do pensamento conservador, especialmente de sua vertente empiricista norte americana. (IAMAMOTO, 1995, p. 21, grifo do autor).

Devido a sua dimensão interventiva, o serviço social, pela via do trabalho ou da formação, sempre teve inserção direta nas diferentes realidades sociais e políticas atuando nas diversas refrações a questão social.

O serviço social tem na questão social a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

Ao atuar nas refrações da questão social e, portanto, mantendo proximidade com a realidade dos segmentos mais pauperizados, tanto em espaços urbanos quanto rurais, a profissão vai estar nos espaços onde irão incidir os trabalhos de extensão universitária e, até a década de 1970 - quando o a extensão passar a ter conceitos e normas específicas - o vínculo vai se dar principalmente pelas atividades previstas em trabalhos do chamado “Desenvolvimento de Comunidade” ou em projetos de educação popular.

A partir de projetos de trabalho desenvolvidos em instituições, faculdades ou universidades, os estudantes participavam das atividades junto à comunidade principalmente pela via do estágio ou da militância religiosa ou política. Em determinados contextos históricos, o trabalho era voltado para a integração social ainda que com diferentes direcionamentos, a depender das propostas de desenvolvimento assumidas pelo Estado nas diversas conjunturas entre as décadas de 1940 a 1960, conforme já discutido no capítulo anterior. A partir dos anos de 1960, principalmente na efervescência política do início desta década, outro direcionamento do trabalho é construído que passa a questionar a ordem social, se aproximando assim dos movimentos sociais e segmentos pauperizados com algum nível de organização coletiva.

Amman (1984) descreve esta diferença na direção do trabalho realizado como Desenvolvimento de Comunidade ortodoxo ou heterodoxo. Quando a direção do trabalho era voltada para a integração social e pela busca da harmonização das relações sociais, a autora denomina de ortodoxo: “Os trabalhos realizados sob esta denominação inspiram-se quase que exclusivamente nos postulados funcionalistas, e abordam a comunidade como uma unidade constituída de partes interdependentes que devem colaborar para o equilíbrio do todo” (Ammann, 1984, p 84).

Quando o trabalho com comunidade era voltado para o questionamento da ordem vigente, a autora denominava de heterodoxo:

A crescente mobilização dessas frações, somada à organização de estudantes, professores e intelectuais, dá emergência a um número incontável de programas, movimentos, partidos das mais variadas cores políticas e

ideológicas, aglutinados todos eles em torno de um mesmo objetivo terminal ou tático: as reformas de Base. (AMMANN, 1984, p. 89)

O trabalho de Desenvolvimento de Comunidade não era considerado como extensão universitária, mas quando envolvia estudantes e professores trazia elementos que depois vieram a ser denominados de práticas extensionistas, tendo inclusive a característica da ação contínua da universidade junto às comunidades, independente da direção política que as guiavam.

Conforme supracitado, a construção das mudanças no direcionamento teórico metodológico e ético político dado à profissão se deu de forma gradativa, exigindo articulação prévia entre as lideranças que compunham e requisitavam a mudança de paradigma, que tem como evento simbólico o III Congresso de Assistentes Sociais. Abramides (2017) descreve as articulações em âmbito sindical, a participação nos movimentos sociais e em outras frentes de luta de maneira a construir uma organização da categoria, fruto da própria conjuntura política da época. Como afirmam Abramides e Cabral: “o III CBAS é realizado no momento da vida brasileira da retomada das lutas sociais no país, quando os movimentos sociais- sindicais e populares- se organizam na perspectiva classista e com forte protagonismo da classe operária”. (ABRAMIDES; CABRAL, 2009, p.55).

Este processo teve rebatimento direto sobre as concepções do trabalho a serem realizados junto à população, obviamente. Ainda que alguns estudos evidenciem a importância das articulações políticas da categoria no sentido de construir um novo direcionamento ao trabalho e a formação profissional (ABRAMIDES, 2017; CFESS, 2009), a ênfase é para as ações que permitiram a chamada “virada”, para os elementos mais diretos da organização política. Pondera-se, que esta temática, referente às características do trabalho profissional mereceria um estudo específico, visando analisar a influência dessa movimentação no âmbito da categoria e sua relação com o trabalho profissional, a militância política e aproximação com os movimentos sociais nas décadas de 1960 e 1970. Como não é possível aprofundar esta temática, apenas destacamos que a ebulição política dos diferentes períodos e a aproximação com os movimentos sociais e políticos contribuíram expressivamente para que, no processo de reconceitualização do serviço social, a corrente nominada por Paulo Netto de “intenção de ruptura” conseguisse assumir a direção política da profissão a partir do final de década de 1970. O autor destaca a importância dos três elementos fulcrais que permitiriam o desenvolvimento desta corrente:

[...] a intenção de ruptura seria impensável sem a tendencial hegemonia cultural das correntes progressistas e de esquerda até 1968/1969, sem o desenvolvimento do 'marxismo acadêmico' e sem as marcas do novo irracionalismo que irrompe quando já ia avançada a crise da ditadura. (PAULO NETTO, 1991, p. 163, grifo do autor)

No âmbito da formação é importante mencionar que exatamente em 1979, a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS) havia aprovado, em sua XXI Convenção, um novo currículo mínimo para os cursos de graduação, dando um novo direcionamento a formação.⁹ O currículo aprovado em 1982 pelo Ministério da Educação e Cultura foi originalmente construído a partir de 1975 e aprovado em Assembleia em 1979, refletindo um longo processo de discussão e participação da categoria profissional.

Neste currículo já havia uma nova proposta de formação, indicando uma direção crítica e alinhada as demandas da classe trabalhadora, assim como propunha a superação da dicotomização da formação e do trabalho profissional. Tal dicotomia era marcada até então pelos estudos de caso, grupo e comunidade. A nova proposta alterou isso, apontando que o eixo da formação profissional deveria estar na indissociabilidade entre história, teoria e metodologia do serviço social. Esta nova perspectiva, trouxe novos desafios a profissão, como bem assinala Ortiz:

No entanto, com relação ao currículo de 1982, ressalta-se que o mesmo propunha também superar a fragmentação existente no tripé caso, grupo e comunidade e para tanto, criaram-se as disciplinas de Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social e Teoria do Serviço Social. A tentativa de superação acabou por gerar uma nova dicotomia ao se separar teoria, método e história como compartimentos isolados da vida social. (Ortiz, 2016, p. 257)

O novo currículo não fez menção explícita à extensão universitária, mesmo porque neste período no âmbito das universidades, aquilo que era denominado como extensão pelo governo militar, via de regra, eram projetos voltados para a reprodução da ideologia desenvolvimentista, conforme já mencionado. Os trabalhos pautados em uma outra direção política, frequentemente eram vinculados aos movimentos populares e trabalham na perspectiva da educação popular. Conforme destaca Brandão:

⁹Na época exigia-se um como currículo mínimo para os cursos de graduação. A partir da Lei de diretrizes e Bases (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) passou a serem diretrizes curriculares.

No final dos anos de 1970 e início de 1980, ressurgiram vários movimentos populares e organizações não-governamentais (sic) e sindicais que deram nova vida à Extensão Universitária na perspectiva Educação Popular. (BRANDÃO, 1982)

A atuação sistemática junto às comunidades quando eram realizadas por estudantes de serviço social, majoritariamente vinculavam militância política e/ou às atividades de estágio em projetos da universidade voltados para a assessoria e participação junto aos diversos sujeitos coletivos que estavam se organizando neste período, cuja ambiência política está diretamente vinculada a distensão política do regime militar. O cenário político entre os final da década de 1970 e 1980 é marcado pela presença dos movimentos pela anistia, contra a carestia, por democracia (campanha das diretas já), por saúde (movimento de Reforma Sanitária), por igualdade racial (movimento negro), pelo reconhecimento da diversidade sexual (Movimento LGBT), por Reforma Agrária e Urbana e pelos direitos trabalhistas (o novo sindicalismo que teve grande protagonismo no período). A ascensão do movimento sindical merece ênfase, pois, este foi um dos eixos de articulação da categoria profissional que retomou as unidades sindicais e o sindicato fechado desde 1969. Segundo Abramides (2017, p. 183):

Os profissionais que assumiram essas entidades vinham dos setores de esquerda que atuaram na clandestinidade, que estiveram à frente do processo de reconceituação da profissão, na articulação latino-americana de profissionais, nos movimentos populares que se iniciavam, como o feminista, de saúde, de moradia, do custo de vida, entre outros, e em experiências profissionais nos marcos de intenção de ruptura que eclodiam.

No âmbito da formação, o currículo de serviço social aprovado em 1982 dividia-se em duas áreas: básica e de conhecimento profissional. A última apresentava a proposição de uma disciplina denominada de Desenvolvimento de Comunidade. Convém rememorar que no currículo de 1970, o conteúdo que discutia as diversas formas de trabalho com populações era feito pelo serviço social de comunidade e seguia, de forma geral, uma linha desenvolvimentista, atrelada aos projetos de desenvolvimento da ONU, especialmente os vinculados a linha “Desenvolvimento de Comunidade”. A proposta era integrar os pobres aos projetos de desenvolvimento proposto pelos diversos governos, mantendo a coesão social.

Registra-se que desde a década de 1960, o serviço social iniciava uma crítica a tais projetos e a essa participação atrelada ao Estado. Este questionamento é fruto de uma conjuntura de ampla mobilização social, da entrada de maneira mais incisiva do serviço social nas universidades, da aproximação e participação dos estudantes de serviço social no movimento estudantil, refletindo exatamente nesse caldo político e cultural que a profissão vai construir e que ficou conhecido como movimento de Reconceituação¹⁰. Esse processo que inicia no ano de 1960, depois refluí com o endurecimento da ditadura militar entre 1969 a 1974 e, retorna com mais intensidade no período de maior abertura política no final dos anos 1970¹¹. É neste último período, que a profissão irá aproximar-se mais dos movimentos sociais e, conseqüentemente, repensar a sua direção social e, também, os trabalhos de desenvolvimento de comunidade. É exatamente por isto que se torna paradoxal a permanência desta disciplina no currículo mínimo de 1982.

Belfiore (1993) realizou um estudo a respeito das diferentes concepções de desenvolvimento de comunidade que aparecem nas teses e dissertações de mestrado em serviço social do período de 1970 ao final da década de 1980. Ao mencionar o debate que culminou na aprovação do novo currículo, como membro presente na XXI Convenção da ABESS destaca:

Em minha memória ficaram registradas as discussões em torno da necessidade de se incluir no processo de formação do assistente social uma disciplina que contemplasse o estudo dos movimentos sociais que naquele momento de distensão política ocupavam lugar de destaque no cenário nacional. Por outro lado, havia um interesse mais pragmático, revelado pelas universidades federais- que já possuíam a disciplina de Desenvolvimento de Comunidade em seus conteúdos plenos- em mantê-la no currículo mínimo, pois poderia continuar a ser oferecida pelos departamentos de Serviço Social a outros departamentos. (BELFIORI, 1993, p 102)

¹⁰Denomina-se como Movimento de Reconceituação do serviço social o conjunto de mudanças operadas na base teórica, metodológica e política da profissão na América Latina entre os anos de 1965 e 1975; no Brasil este processo se alarga pelos anos de 1980 devido as próprias restrições do regime militar. Paulo Netto analisa este processo com profundidade e utiliza o termo, no caso brasileiro, de “renovação” e assim o define: “Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das restrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendências do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais. (Paulo Netto, 1991, p.131).

¹¹Paradoxalmente, no entanto, é exatamente em 1972 que ocorre um dos marcos deste processo com o trabalho desenvolvido em Belo Horizonte que ficou conhecido como “método BH”, uma experiência desenvolvida a partir da extensão.

A mesma autora ao tratar do trabalho de Fraga (1986) apresenta a transcrição textual de uma entrevista feita pela autora com Nobuco Kameyama que também participou da Convenção:

Uma preocupação por parte de alguns membros presentes naquela convenção, destacando-se entre eles, a professora Nadir Kfoury, que não mediram esforços para que fosse mantida a disciplina, com a denominação de Desenvolvimento de Comunidade e que esta não fosse englobada na metodologia do Serviço Social pois poderia haver o risco de não serem ministrados os conteúdos referentes aos movimentos populares e ao desenvolvimento de comunidade. (FRAGA, 1986 apud BELFIORI, 1993, p.103)

A direção do trabalho profissional não é mais aquela conhecida como o serviço social ortodoxo, ou no mínimo, convivem posições que tencionam esta concepção e que atuam diretamente junto aos movimentos sociais. Num clima social de desassossego político, a educação popular passa a ser também um dos direcionamentos dado aos trabalhos com a comunidade. Pela via de projetos de educação popular, o serviço social busca esta aliança política com a classe trabalhadora, enquanto vai acumulando teórica e politicamente no sentido de construir uma direção crítica ao trabalho e a formação profissional.

No devir dessa mudança da direção política, vários fatores foram se conjugando para que a partir da década de 1980, o serviço social realizasse a virada ideológica que permitiu nos anos posteriores construir um projeto emancipatório, e ao mesmo tempo apreender o lugar da profissão na divisão sócio técnica do trabalho a partir do reconhecimento do profissional como trabalhador assalariado.

2.2. Serviço social: marcos teóricos e a extensão

Alguns construtos e marcos teóricos e legais foram fundamentais a partir dos anos 1980. Um deles foi à discussão da ética profissional e a aprovação de um novo código em 1986 e, posteriormente código de ética de 1993, ambos numa direção crítica e apreendendo a ética numa perspectiva ontológica, vinculada à historicidade concreta. O código de 1986 avança no sentido de romper com a perspectiva de ética presente nos códigos anteriores (1947, 1965 e 1975). Como a ilustra o fragmento de Barroco e Terra (2012, p.43):

Até a reformulação de 1986, os Códigos se apoiaram em pressupostos do neotomismo e do positivismo, como uma pequena alteração no CE de 1975, que incluiu uma referência ao personalismo, mantendo as demais referências tradicionais, e acentuou a herança conservadora do Serviço Social.

Ainda segundo as autoras supracitadas as conquistas do Código de Ética de 1986 podem ser assim resumidas:

[...] o rompimento com a pretensa perspectiva “imparcial” dos códigos anteriores; o desvelamento do caráter político da intervenção ética; a explicação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de “pessoa humana”; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 48)

O Código de Ética de 1993 segue na mesma direção, mas avança no sentido de aprofundar o debate sobre a ética e direitos humanos e consegue espalhar-se mais no âmbito da categoria profissional. As autoras destacam como sinais deste avanço: “produção de uma ética crítica, especialmente a vinculada à tradição de Marx, de divulgação nacional; o desencadeamento de um debate ético sistemático e de uma intervenção ética política articulada à formação e ao exercício profissional” (2012, p. 49).

Outro elemento importante de mudança de direção do serviço social brasileiro foi crescimento dos programas de pós-graduação, pois isto permitiu que as produções teóricas do serviço social ganhassem maior robustez. Segundo Iamamoto (2014, p. 612) o serviço social brasileiro tinha “34 programas de mestrado e 16 de doutorado, todos de caráter acadêmico, com ênfase em Serviço Social, Políticas Públicas e Políticas Sociais”.

Destaca-se ainda outro marco importante no âmbito da profissão que foi a aprovação da Lei de regulamentação da profissão (Lei Nº 8.662 de 07 de junho de 1993) que estabelece as competências profissionais definindo o que é atribuição específica e aquelas que são compartilhadas com outros profissionais¹². A concepção das competências é pensada a partir da direção ética política que está sendo construída. Como afirma Matos (2015, p. 691):

¹²Posterior a Lei, diversos debates e interlocuções do Conselho Federal ocorreram para discutir aquelas que são as atribuições do serviço social; um material que resultou desse processo foi a brochura publicada em 2002 e reeditada em 2012, que tem como título “Atribuições Privativas do/a assistente social em questão”.

Competência, nos moldes aqui tratados, não é mérito individual, e sim resultado de um projeto que se constrói coletivamente nos serviços, que se retroalimenta da produção intelectual da profissão e da sua organização político-profissional. Assim, a responsabilidade não pode repousar exclusivamente em profissionais nos diferentes serviços dos “quatro cantos” do país. A universidade, por meio da extensão, da pesquisa e do conhecimento que daí gera, tem um papel fundamental. As entidades da categoria, como a Abepss e o Conjunto CFESS-CRESS, também contribuem para a qualificação da formação e na luta pela garantia das condições éticas e técnicas do trabalho profissional.

Matos (2015) destaca a contribuição das entidades do serviço social no sentido de fortalecer direção crítica do serviço social brasileiro e, de fato, podemos afirmar que este trabalho conjunto das entidades e dos estudantes de serviço social foi fundamental para a construção de uma pauta conjunta em defesa da formação e do trabalho profissional.

Na década de 1990, a ABESS e o Centro de Documentação em Políticas Sociais e Serviço Social (CEDPSS) realizaram uma pesquisa sobre a implantação do currículo de 1982 constando que sessenta e seis de serviço social foram convidadas a responderem o questionário e apenas trinta e oito o fizeram. Diversas questões foram abordadas nesta pesquisa, mas é importante destacar aqui o dado sobre a realização de ensino, pesquisa e extensão por parte das unidades de ensino: dentre as trinta e oito escolas participantes, 83% responderam realizar pesquisa; trinta e três responderam sobre extensão e destas, 83% disseram desenvolver este tipo de atividade (ABESS/CEDEPSS, 1995, p 114)

No momento em que é realizada a pesquisa, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão já estava contemplada na Constituição de 1988. A criação do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas também foi um marco importante deste debate, aproximando a definição junto as universidades do conceito e as várias modalidades que compõem a extensão como projetos, cursos e palestras, conforme já discutido.

Cabe frisar que a presença marcante da extensão nos cursos de serviço social não é resultado das normativas, embora a elas tenham se adaptado. O trabalho com as diversas populações em projetos vinculados aos cursos de serviço social fazem parte da história do serviço social brasileiro e ilustra esta assertiva o fato de uma das experiências mais basilares para a mudança na direção social da profissão ocorrida em 1972, ou seja, em plena ditadura militar, foi exatamente vinculado a um projeto de extensão da Universidade Católica de Belo horizonte e que ficou conhecido como Método BH, conforme já mencionado. As produções dos congressos brasileiros e mesmo levantamentos como aquele feito por Belfiori (1993) atestam a

presença do vínculo entre a formação e o trabalho de extensão, ainda que até a década de 1980 não tenha esta denominação, conforme já dito.

Na década de 1990, os trabalhos com a população ou diretamente com os movimentos sociais, quando realizados com a participação da universidade e envolvendo estudantes, estagiários ou não, já estão nominados como extensão universitária.

A aprovação na Constituição Federal de 1988 da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e as normativas criadas posteriormente deram outro direcionamento para pensar o trabalho extensionista junto às universidades. Ainda que o conceito de extensão permaneça bastante amplo, a concepção de troca de saberes já está posta na definição construída, levando o serviço social a identificar suas práticas extensionistas como tal. Amplia-se ainda o leque de ações agora denominadas de extensionistas, incluindo atividades de substituição do Estado ou prestação de serviços não vinculados a sujeitos coletivos.

Na década de 1990, a partir da avaliação da implantação do novo currículo, o serviço social brasileiro inicia um novo ciclo e debates para a construção de um documento para revisão do currículo mínimo. Antes de apresentar este processo, no entanto, é importante mencionar que nas décadas de 1980 e principalmente na década de 1990, o serviço social foi construindo uma série de normativas, fundamentações legais, e acumulando teórica e politicamente para dar corpo àquilo que em tempos atuais convencionamos chamar de projeto ético político profissional.

Nesta rápida retomada do serviço social e de seu vínculo com a extensão, é importante apresentar um pouco do projeto de formação ora em curso que tem desencadeado muitos desafios numa conjuntura de precarização intensa da formação superior no Brasil.

2.3. Serviço social: projeto de formação e a extensão

O projeto profissional construído pelo serviço social brasileiro vai à contramão da conjuntura de acirramento das relações capitalistas, em especial das investidas neoliberais dos governos Collor/ Itamar Franco (1991 - 1994), de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002) e mesmo dos governos do Partido dos trabalhadores (2003 -2016) que trouxeram para a cena política um governo de conciliação de classes, que se propunha desenvolvimentista, mas que seguiu a risca várias determinações do Banco Mundial, em especial no tangente a área de

educação. Após o golpe institucional midiático que gerou o impeachment a presidente Dilma do governo, a situação política do país se agrava ainda mais com a implantação de governos que Mustafa (2018) denomina de neoliberalismo radicalizado.

Não será feita a retomada de todos os elementos conjunturais, tarefa complexa e árdua que extrapola os objetivos desse texto. Considerando que as mudanças no âmbito da extensão já estão descritas em nosso capítulo anterior, destacaremos apenas as mudanças específicas da área da educação, pois estas são fundamentais para entender a relação atual do serviço social com a extensão universitária.

Desde a Lei de Diretrizes e Bases de 1993, o Estado brasileiro abre as possibilidades de avançar a modalidade de ensino da distância como alternativa de formação em nível superior o Brasil. A implantação dessa modalidade de ensino vai avançar nos Governos Lula e Dilma e que, para além de regulamentar o ensino a distância, também criam mecanismos de financiamento estatais para vagas nas universidades privadas. Ainda que a expansão do ensino superior seja uma demanda real e necessária, a forma como a expansão vai se dar, acaba por não beneficiar mais as empresas educacionais do que os filhos dos trabalhadores, pois a ampliação majoritária das vagas vai se dar no setor privado mercantil e com grande incentivo ao ensino a distância. É o que demonstra Pereira (2018):

O mesmo processo ocorre com as modalidades de ensino, de forma ainda mais impressionante: se em 2000, as matrículas em cursos presenciais somavam 2.694.245 e aquelas de cursos EaD totalizavam 1.682 (INEP, 2002)¹¹, em 2015 as matrículas presenciais dobraram para 6.633.545 (crescimento de 146,21%, cursos presenciais), enquanto as de EaD passaram a totalizar o vertiginoso quantitativo de 1.393.752 matrículas, com um crescimento da ordem de 82.762,78% (INEP, 2015). Isto é, ainda que matrículas em cursos de EaD não representem a maioria das matrículas de cursos de graduação no país, em termos absolutos, a tendência é de que, nos próximos anos – permanecendo o crescimento exponencial constatado –, a predominância seja de matrículas em cursos de graduação na modalidade de EaD. (PEREIRA, 2018, p.191)

A expansão das vagas nas universidades se deu por meio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI)¹³. Uma expansão importante, mas extremamente precarizada. A autora supracitada destaca:

13 Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, já mencionado no capítulo anterior.

É crucial reconhecer que a expansão realizada por meio do REUNI foi, ainda que muito parcialmente, uma resposta dos governos Lula/Dilma a demandas históricas de movimentos sociais que exigiam o acesso à Universidade Pública, a uma Política de Assistência Estudantil que garantisse a permanência, à interiorização, a vagas em cursos noturnos para discentes trabalhadores, às cotas para estudantes de escolas públicas e cotas raciais, dentre outros. Contudo, tal expansão veio acompanhada de forte precarização, com recursos insuficientes, porque se manteve o ajuste fiscal e a limitação de alocação direta de recursos nas IFES.¹⁷ A expansão majoritariamente, como vimos, ocorreu via setor privado, que por meio de isenções fiscais – beneficiado com programas governamentais como o PROUNI e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)¹⁸ – pôde se expandir de forma veloz (PEREIRA, 2018, p. 192)

Este processo de precarização vai afetar de maneira direta o serviço social. Ainda que entre 2003 e 2016 um grande número de cursos de serviço social tenha sido criado nas universidades públicas (dentre só 64 existentes na plataforma do E-Mec, 34 foram criados neste período), a maior expansão das vagas vai se dar no Ensino a distância.

Pereira, em 2010, apresentava o seguinte quadro sobre o EAD:

[...] a criação de cursos de Serviço Social na modalidade de Educação à Distância (EaD), com 11 (onze) IES ofertantes de cursos de Serviço Social na modalidade EAD. Se elas representam 5,2% do total de cursos criados no período, o percentual se inverte quando analisamos o quantitativo de vagas de Serviço Social oferecidos por tais IES anualmente: as 11 (onze) IES ofertam 46.620 vagas de Serviço Social na modalidade EAD, enquanto as demais 199 (cento e noventa e nove) IES ofertam 24.824 (vinte e quatro mil oitocentos e vinte e quatro) vagas na modalidade presencial, anualmente. Portanto, ainda que tenha efetivamente ocorrido a abertura de novos cursos de Serviço Social em IES federais, na modalidade presencial, a política educacional do atual governo, apostando na expansão do acesso à educação superior através da EaD como uma das vias principais, também impactou o Serviço Social. Assim, as vagas oferecidas na modalidade EaD correspondem a quase o dobro daquelas na modalidade presencial. (PEREIRA, 2010, p 326).

Diversas foram as formas de resistência do serviço social frente a este processo de precarização da formação e a aliança entre os Conselhos Federais e Regionais de Serviço Social, a ABEPSS e a ENESSO foram determinantes neste processo, pois possibilitou que o serviço social brasileiro não dissociasse trabalho e formação profissional. Um dos elementos de resistência foi a construção de um novo projeto de formação para o serviço social e depois a aprovação pela ABEPSS da Política Nacional de Estágio e da Resolução 533 pelo CFESS, que serão comentadas a seguir.

Outro instrumento de luta frente à precarização tem sido a utilização do documento intitulado “Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço social”, popularmente conhecido como

Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Este documento é resultado de um amplo debate sobre a formação nas unidades de ensino das escolas vinculadas a Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social. Uma das ações importantes desse processo foi que, ao final da década de 1990, a então ABESS passou a se apresentar como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), incorporando em sua estrutura o CEDPSS, favorecendo a integração no processo formativo de graduação e pós-graduação.

As diretrizes curriculares da ABEPSS constroem uma proposta de formação para a área de serviço social que propõe um conjunto de conhecimentos sobre a realidade, o ser social e o serviço social, de maneira a fundamentar sua direção ético política. A direção da formação é estabelecida a partir de 11 princípios, os quais de maneira sucinta estabelecem: flexibilidade na definição do currículo de maneira a incorporar outros componentes curriculares, rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, adoção de uma teoria social crítica de maneira a apreender a realidade numa perspectiva de totalidade social; superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos, padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos; caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, ética como princípio formativo perpassando a formação curricular e, a indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (ABEPSS, 1996, p.7)

A proposta de formação se dá a partir de três núcleos de fundamentação que se desdobram em matérias e outros componentes curriculares. Os três núcleos não devem ser pensados como desconectados entre si, aliás, pelo contrário a vitalidade e robustez da proposta estão exatamente na intersecção entre os conteúdos dos diferentes núcleos. Iamamoto ao se reportar as inovações que as diretrizes curriculares trazem destaca:

Tais núcleos, ainda que por vezes tratados como uma tricotomia e independentes uns dos outros, foram concebidos enquanto diferentes níveis de abstração necessários, complementares e interdependentes para decifrar o Serviço Social inscrito na dinâmica societária. Abrangem, respectivamente, dimensões teórico- -sistemáticas, particularidades históricas (continentais, nacionais, regionais e/ou locais), que determinam o trabalho profissional e nele se condensam, enquanto dimensões indispensáveis à sua análise. (p. 620)

A centralidade do trabalho é um dos pressupostos das diretrizes que tem seu foco na questão social; a proposta é que cada núcleo trabalhe aquilo que é de sua responsabilidade em diálogo como os conteúdos transversais e também os específicos de cada núcleo, de maneira a permitir a formação numa perspectiva de totalidade. O núcleo 1 intitula-se Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social e procura tratar das temáticas que possam permitir aos estudantes o entendimento da formação do ser social na realidade atual e, os rebatimentos deste processo sobre a vida em sociedade.

O Núcleo dois é denominado de Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e tem como foco fornecer subsídios para que o estudante possa entender as particularidades sócio históricas da realidade brasileira e sua relação com a atual configuração da questão social

O terceiro é o núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, que tem como responsabilidade preparar o estudante para o trabalho profissional a partir dos fundamentos trazidos pelos outros dois núcleos e a eles acrescentando mediações e elementos mais específicos do trabalho profissional.

Com base na análise do Serviço Social, historicamente construída e teoricamente fundada, é que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Não se trata apenas da construção operacional do fazer (organização técnica do trabalho), mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do assistente social em seu campo de intervenção. (ABEPSS, 1996, p.14.)

Os núcleos são compostos de diversas matérias que são assim definidas:

As matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. (ABEPSS, 1996, p.15)

No documento da ABEPSS, a extensão aparece como o oitavo princípio e retorna posteriormente como parte das atividades complementares:

2.1- Princípios:

São princípios que fundamentam a formação profissional:

8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; (p.07).

[...] atividades complementares: constituídas por atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho. As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade. (ABEPSS, 1996, p.15)

Na construção do projeto de formação, o documento avança por incluir diversos componentes curriculares e não apenas o ensino e pesquisa. Entretanto, no que se refere a extensão, o conteúdo é lacunar ainda que especifique a participação em projetos de extensão, fica subentendido que está se pressupondo uma atividade contínua nas atividades de extensão para que estas possam ser computadas como atividades extracurriculares. O documento não faz nenhuma interlocução ou indicativo sobre o que é ou deva ser considerado como extensão, ou ainda um maior detalhamento daquilo que a área irá definir como tal.

Ocorre que no processo de embate político para a definição do que é a formação na área de serviço social, quando a ABEPSS aprova seu documento de referência na área, o Ministério da Educação estava modificando em âmbito nacional a formação superior no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996.)

Os currículos mínimos estavam sendo substituídos por diretrizes curriculares. E ainda que o serviço social brasileiro tenha a época oferecido o documento para nortear a construção das diretrizes¹⁴ curriculares para a área, o MEC aprovou um documento que incorpora alguns elementos da proposta apresentada, mas que retira do documento o seu direcionamento teórico político.

Nas diretrizes do MEC a extensão deixa de ser um princípio e aparece apenas como parte das atividades complementares:

6. Atividades Complementares

As atividades complementares, dentre as quais podem ser destacadas a monitoria, visitas monitoradas, iniciação científica, projeto de extensão,

¹⁴Este documento foi construído a partir do documento aprovado pela ABESS/ABEPSS, mas adaptado às exigências formais exigidas pelo MEC por uma comissão de especialistas indicados pela categoria profissional.

participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso. (MEC, p 15.)

Ainda que na Constituição Federal haja a menção a indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão, na proposta do MEC a extensão não figura como princípio, o que é bastante emblemático. Nas diretrizes propostas pela ABEPSS, ainda que não haja uma menção mais detalhada, o fato de parecer como princípio evidencia a preocupação da categoria em pensar o tripé da universidade como princípio formativo do serviço social. No que se refere às atividades complementares, naquele momento se previa que até 5% da carga horária do curso poderia ser em atividades complementares, em suas várias modalidades.

Ainda como um marco na área da formação, a ABEPSS aprova em 2009 da Política Nacional de Estágio, fruto de amplo e democrático processo de debate na categoria e que teve como objetivo orientar e qualificar o estágio em serviço social. A PNE é uma construção coletiva das entidades e da categoria profissional para adensar a formação, em especial, o estágio e, ao mesmo tempo, combater o processo de precarização em curso.

No contexto recente cresceu a necessidade da articulação das entidades representativas da categoria em torno da defesa do estágio qualificado, que se intensificou devido a diferentes fatores. De um lado, nos deparamos com a ampliação do EaD e suas implicações na qualidade da formação profissional do assistente social, notadamente, na realização do estágio supervisionado curricular obrigatório, processo no qual temos constatado descumprimento ao que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares, com destaque para a não realização da supervisão conjunta entre supervisores acadêmicos e de campo e problemas relacionados a carga horária prevista para essa atividade. De outro, a aprovação da lei 11.788, de 25/09/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências; considere-se também, e especialmente, a resolução CFESS N° 533, de 29 de setembro de 2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. (ABEPSS, 2009, p. 03)

Na PNE a extensão aparece como parte do tripé da universidade junto com o ensino e pesquisa e o estágio é visto como um elemento que possibilita esta articulação. Outra menção à extensão é quando o documento destaca a função da coordenação de estágio e aí se menciona a possibilidade de realizar pela via da extensão cursos para a formação de supervisores.

Um debate realizado na PNE diz respeito à diferença entre a articulação prevista entre o estágio e as atividades de pesquisa e extensão; na realidade o documento afirma que embora haja o reconhecimento desta articulação, ela não se confunde com o estágio supervisionado em

si. Ainda que a extensão seja colocada como um instrumento importante do tripé da universidade e como uma possibilidade real de interlocução com a sociedade - conforme previsto na política nacional de extensão-, a falta de recursos e as exigências institucionais para as universidades realizarem extensão, associadas a demanda de estágio em finais de semana, podem descaracterizar aquilo que está previsto como atividade extensionista. É o que destaca o documento:

Deve-se alertar para os precedentes abertos que desvirtuam a Extensão Universitária de seus objetivos, quando se caminha para a busca de alternativas de sustentação dos projetos, com a prática de cobrança de taxas, a realização de convênios com empresas privadas e a transformação de projetos em entidades do Terceiro setor, fortalecendo a privatização dos espaços universitários, onde as relações econômicas de financiamento das ações, passam a indicar a direção da política dos projetos (implícita ou explicitamente). Outro dado corresponde à entrada do trabalho voluntário, chamado a atuar na prestação de serviços sociais, fragilizando ainda mais os sistemas de concurso público para contratação e as relações de trabalho. (ABEPSS, 2009 p.39)

Diante desta problematização, há um reconhecimento da importância da extensão, mas se coloca a necessidade de um posicionamento cuidadoso e crítico para a abertura de campos de estágio na área da extensão:

Levando em consideração o acúmulo das discussões sobre essa temática, vale ressaltar que o mesmo está previsto na Lei Federal 11.788, que permite a extensão como estágio ao afirmar que “as atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo estudante, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no projeto pedagógico do curso”. (ABEPSS, 2009, p.39).

A PNE reafirma a necessidade que o estágio só possa ser realizado na extensão mediante a previsão no projeto pedagógico do curso e, desde que respeitadas a carga horária discente e docente. O documento detalha o que é necessário para que os projetos de extensão possam ser considerados como campo de estágio:

Explicitar objetivos e funções desempenhadas pelo Serviço Social em conformidade com artigo 4º e 5º da Lei que regulamenta a profissão;

- Indicar que os projetos e planos de intervenção do estágio estejam articulados ao exercício profissional do serviço social, considerando a análise e a apropriação crítica do contexto sócio-institucional;
- Que o docente envolvido na atividade de extensão assuma o processo de supervisão de campo, quando não houver outro assistente social devidamente registrado no Conselho;
- Que não haja acúmulo nas funções de supervisor(a) de campo e de supervisor(a) acadêmico(a). O (a) docente, ao assumir a função de supervisor(a) acadêmico(a) de um grupo de estudantes, não poderá acumular a função do supervisor de campo junto aos mesmos. (ABEPSS, 2009, p 40).

No Plano Nacional de Educação de 2001 estava previsto e o de 2014 a 2024 reafirma que 10 % da carga horária seja vinculada as atividades de extensão, conforme mencionado no capítulo anterior, A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, estabelece que até 2021 todos os cursos de nível superior tenham incorporado 10% da carga horária da formação vinculada atividades extensionistas. Isto traz uma nova demanda ao serviço social: pensar como incorporar esta carga horária em atividades que estejam alinhadas a direção ético política definida no projeto profissional.

Para isto, será necessário que a categoria enfrente o debate sobre o conceito de extensão para que possa definir as atividades que deverão ser computadas como parte da grade horária dos cursos. É evidente que este processo terá limites a medida que a precarização da formação profissional hoje é um fato, e a maioria dos estudantes de serviço social sequer acessam o tripé da universidade definido pelo ensino, pesquisa e extensão. Mas ainda assim, as entidades de serviço social já estão se articulando no sentido de construir uma direção para a área na incorporação das atividades de extensão como parte da grade horária.

A ABEPSS criou uma comissão de trabalho para debater esta temática, o que com certeza irá contribuir para que as escolas que se vinculam à entidade possam trabalhar com um conceito de extensão e que este não seja dado somente a partir das determinações legais. Será preciso incorporar a direção ético política construída pela categoria ao longo destes últimos 40 anos e que exige cotidianamente a sua reafirmação. Um desafio grande, para tempos tão adversos e de tamanha precarização do trabalho e da formação profissional.

As breves considerações aqui apresentadas são fundamentais para que se possa avançar na compreensão da articulação entre serviço social e extensão, realizada no capítulo seguinte. O movimento da categoria e de suas entidades representativas se mostra intenso na construção

de perspectivas na luta por uma formação crítica e comprometida, que coaduna com princípios extensionistas.

CAPÍTULO 3

AS EXTENSÕES NO SERVIÇO SOCIAL: ANÁLISE E REFLEXÕES A PARTIR DAS PRODUÇÕES TEÓRICAS PUBLICADAS NO CBAS E ENPESS

O presente capítulo busca abordar o percurso teórico adotado nesta pesquisa, apresentando também os dados e construtos elaborados com base na análise realizada. Objetivando compreender a relação entre extensão universitária e Serviço Social, como essa relação tem se dado no Brasil e quais as possibilidades oriundas dessa articulação buscou-se realizar um estudo sobre esta temática tendo como material de pesquisa as produções científicas nas respectivas áreas. A intenção é construir uma análise que aponte em quais condições se encontram a produção acadêmica nesta área e quais as prospecções possíveis.

Optou-se por realizar uma revisão bibliográfica sistemática. Enquanto a tradicional revisão bibliográfica sofre críticas porque não demanda transparência sobre o processo de sua construção, Boruch e Petrosino (2010) apontam as vantagens da revisão bibliográfica sistemática que prima pela transparência de como se deu a coleta de dados registrando: bancos de dados utilizados, palavras-chave pesquisadas, período de tempo contemplado pelo projeto e momento de realização da coleta. Boruch e Petrosino (2010) apontam que a revisão bibliográfica sistemática favorece a produção de uma revisão bibliográfica mais próxima da realidade quanto ao que vem sendo produzido na área alvo. Essa estratégia não apenas evita favoritismo ou viés ideológico dos autores na escolha do material a ser pesquisado como permite uma melhor compreensão e crítica por parte dos leitores quanto à pesquisa realizada.

Para tal revisão definiu-se a seleção de artigos constantes nos anais do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

3.1. A presença do tema da extensão no Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS).

O Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais é o principal evento da categoria profissional. Sua periodicidade é trienal e no mês de novembro de 2019 terá a realização de sua 16ª edição, com a temática comemorativa aos 40 anos da "Virada" do Serviço Social. O evento tem significado histórico na profissão, e tal comemoração reflete uma importante passagem da

profissão, que conforme já citado neste trabalho, evento que marca o giro teórico metodológico e ético político da profissão, indicando para a crítica radical à sociabilidade capitalista. Desde então esse congresso tem sido um espaço importante de reafirmação e construção do debate crítico no âmbito profissional. Tais apontamentos já justificariam a escolha pelas publicações realizadas no evento, entretanto ainda cabe ponderar que o evento é realizado pelas principais entidades representativas da categoria: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, Conselho Federal de Serviço Social – CFESS e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social – ENESSO.

O outro evento eleito é o Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social com frequência bianual, tendo realizado sua 16ª edição no ano de 2018, sob a temática “Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social”. Conforme já explícito no nome, trata-se do principal evento especialmente voltado a pesquisa em serviço social, organizado pela ABEPSS, que tem relevância singular na defesa da pesquisa e seu desenvolvimento na profissão, além de ser responsável pelas atuais Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.

Como recorte temporal, aderiu-se aos eventos realizados a partir de 2001 porque trata-se do período em que o debate sobre a extensão universitária ganhou maior força com sua inclusão no Plano Nacional de Educação (PNE). Na edição de 2001-2010, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, traz como uma de suas metas para o ensino superior:

Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as Instituições Federais de Ensino Superior no quadriênio 2001-2004 e assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para graduação no ensino superior no país será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas.

Além do PNE 2001-2010 registrar formalmente a inclusão da obrigatoriedade das ações extensionistas, o período também reflete o debate corrente nas universidades. Mesmo que conforme já evidenciado no capítulo anterior, essa previsão legal não tenha garantido que a meta fosse alcançada, voltou a ser reiterada no PNE seguinte de 2014-2024, conforme Lei nº 13.005/2014. No âmbito do serviço social, o contexto era marcado pela movimentação da categoria, que em um processo intenso e participativo elaborou as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social pela ABEPSS de 1996 e consequentes revisões curriculares nas unidades acadêmicas.

A pesquisa selecionou publicações que tivessem a palavra “Extensão” no título, sem fazer distinção por modalidade de apresentação. Apenas 03 artigos de um total de 91 identificados empregou o termo em sentido diverso da definição de “extensão universitária”, sendo assim descartado. Desse universo de 88 trabalhos, foram identificados 65 trabalhos que apresentavam relatos de atividades extensionistas em diferentes modalidades, e 23 artigos que faziam análises sobre a temática sem expor experiências específicas de atividades extensionistas. Foram coletados dados de 06 edições do CBAS e 09 edições do ENPESS. A tabela 1 seguinte apresenta as informações referentes a ano de realização, cidade que sediou e quantos trabalhos foram levantados em cada edição.

Evento	Ano de realização	Cidade /estado sede	Trabalhos que mencionam extensão no título
10° CBAS	2001	Rio de Janeiro/RJ	04
11° CBAS	2004	Fortaleza/CE	05
12° CBAS	2007	Foz do Iguaçu/PR	05
13° CBAS	2010	Brasília/DF	03
14° CBAS	2013	Águas de Lindóia/SP	07
15° CBAS	2016	Olinda/PE	15
VIII ENPESS	2002	Juiz de Fora/MG	01
IX ENPESS	2004	Porto Alegre/RS	05
X ENPESS	2006	Recife/PE	02
XI ENPESS	2008	São Luís/MA	04
XII ENPESS	2010	Rio de Janeiro/RJ	04
XIII ENPESS	2012	Juiz de Fora/MG	10
XIV ENPESS	2014	Natal/RN	06
XV ENPESS	2016	Ribeirão Preto/SP	09
XVI ENPESS	2018	Vitória/ES	08

Fonte: FERRAZ, A. P. Levantamento de dados CBAS e ENPESS. 2019

Convém ponderar que esta análise não se pretende absoluta em relação ao panorama da extensão em serviço social no Brasil, entretanto considera-se que o recorte escolhido permite a realização de um estudo inédito sobre a temática, possibilitando construtos teóricos e fomentando a realização de novos estudos.

3.2. Leitura dos dados e construção de categorias

Dentre a multiplicidade de abordagens teórico metodológicas disponíveis nas ciências sociais, esse trabalho se propõe tributário ao pensamento marxiano. Nesta perspectiva a metodologia não é padronizada, tampouco dispõe de manual de pesquisa como em outras abordagens. Marx busca “[...] apreender a lógica específica do objeto específico.” (2005, p. 108) conforme síntese de sua proposta metodológica:

Quando estudamos um dado país do ponto de vista da Economia Política, começamos por sua população, sua divisão em classes, sua repartição entre cidades e campo, na orla marítima; os diferentes ramos da produção, a exportação e a importação, a produção e o consumo anuais, os preços das mercadorias etc. Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia Política, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isso é falso. A população é uma abstração, se desprezamos, por exemplo, as classes que a compõem. [...] Assim, se começássemos pela população, teríamos uma representação caótica do todo, e através de uma determinação mais precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a esse ponto, teríamos de voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas. O primeiro constitui o caminho que foi historicamente seguido pela nascente Economia. Os economistas do século XVII, por exemplo, começam sempre pelo todo vivo: a população, a nação, o Estado, vários Estados etc.; mas terminam sempre por descobrir, por meio da análise, certo número de relações gerais abstratas que são determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc. Esses elementos isolados, uma vez mais ou menos fixados e abstraídos, dão origem aos sistemas econômicos, que se elevam do simples, tal como o trabalho, divisão do trabalho, necessidade, valor de troca, até o Estado, a troca entre as nações e o mercado mundial. O último método é manifestadamente o método cientificamente exato. O concreto é concreto porque é a síntese de muitas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. No primeiro método, a representação plena volatiliza-se em determinações abstratas, no segundo, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto por meio do pensamento. [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto não é senão a maneira de proceder do pensamento para apropriar-se do concreto, para reproduzi-lo como concreto pensado. (MARX, 1982, p. 14).

Em Marx o concreto é apontado como “pressuposição prévia e efetiva”, estando ligado a noção de *totalidade*. A perspectiva de *totalidade* corresponde a uma “teoria” sobre o que a realidade é, podendo decorrer disso um método para conhecer essa realidade (KOSIK, 2002).

A *totalidade* é maior que a soma simples de seus elementos, dispondo de uma interação dinâmica que transforma inclusive a modalidade da interação de acordo com as mudanças e transformações sociais.

Quanto às *categorias*, elas exprimem [...] formas de modos de ser, determinações da existência.” (MARX, 1982, p. 18) e foram criadas a partir da leitura dos artigos, sendo identificados os elementos que as justificam e serão caracterizadas e discutidas nos itens seguintes. As categorias aqui levantadas são: (a) contexto extensionista, (b) financiamento da extensão, (c) interdisciplinaridade, (d) indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, (e) extensão e referenciais teóricos, (f) estágio e extensão.

Fonte: FERRAZ, A.P. Distribuição geográfica e número de produção de trabalhos. 2019

(a) Contexto extensionista

	Ano	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-Oeste
CBAS	2001	0	1	0	1	0
	2004	0	0	0	3	0
	2007	0	1	1	1	0
	2010	1	0	0	2	0
	2013	2	2	0	2	0
	2016	4	3	3	2	1
ENPESS	2002	-	-	-	-	-
	2004	0	0	0	1	0
	2006	0	0	0	1	0
	2008	0	0	0	1	0
	2010	1	2	0	0	0
	2012	1	2	0	3	0
	2014	0	1	0	2	0
	2016	0	0	0	5	0
	2018	0	3	1	0	0
TOTAL		10	15	5	24	1

Ao analisar as condições em que se realiza extensão com base na revisão bibliográfica sistemática, pode-se identificar o ano de publicação dos artigos e distribuição geográfica das atividades extensionistas, conforme tabela seguinte:

É possível depreender que a maioria das ações extensionistas foram executadas na região sudeste, em uma aproximação maior podemos identificá-las centradas majoritariamente no estado do Rio de Janeiro. Em contraponto, a região centro oeste registra apenas um projeto,

seguida da região sul com apenas 05 relatos registrados. Cabe considerar a expressiva oferta de cursos de serviço social em universidades públicas no Rio de Janeiro, como um indício dessa recorrência. Convém ainda registrar que os primeiros cursos de serviço social no Brasil surgiram nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, além de serem estes os estados que historicamente receberam investimentos públicos para efetivarem seu desenvolvimento econômico, que não necessariamente reflete em desenvolvimento nas áreas de educação, saúde e social. Os dados sobre a distribuição dos relatos extensionistas entre instituições públicas e privadas corroboram com essa compreensão.

Dos 65 artigos analisados, 41 experiências se efetivaram em instituições públicas e 24 em instituições privadas. O dado é inquietante ao ampliarmos as reflexões sobre tal fenômeno. Dentre as muitas questões que envolvem essa temática cabe considerar as especificidades que envolvem as instituições particulares, já que a esmagadora maioria delas paga aos docentes proventos a horas de aula, orientação e preparo de aulas, dificultando que estes desenvolvem atividades além da sala de aula, como extensão e pesquisa. Um dos artigos pesquisados aponta tal aspecto:

Na efetivação de um projeto de extensão universitária numa Unidade de Formação Acadêmica privada, inúmeros são os desafios. A realidade de uma instituição privada determina as condições para o desenvolvimento do trabalho profissional: o enxugamento dos currículos, a forma de contratação e professores horistas são alguns dos limites encontrados para o desenvolvimento dos projetos. Isso tudo num cenário de mercantilização e de privatização da educação universitária. Chega-se a conclusão, portanto, que o desenvolvimento de Projetos de Extensão Universitária em instituições privadas, constitui-se num grande desafio. Compreende-se que as instituições de ensino têm responsabilidade, tanto na formação acadêmica dos alunos, como no retorno para a sociedade e, a extensão universitária pode ser um dos caminhos para se assegurar esses preceitos na formação universitária. (MOYA et. all., 2016.)

Moya ainda acena para a função social das instituições de ensino e a possibilidade da extensão de favorecer o compromisso com a sociedade. No âmbito das instituições privadas, destaca-se ainda que a extensão está intrinsecamente relacionada ao estágio supervisionado, despontando como uma possibilidade de baixo custo de cumprimento dessa obrigatoriedade, atendendo ainda a demanda de alunos trabalhadores, cujos horários disponíveis para cumprimento de estágio obrigatório são restritos. O excerto acima é parte de um relato de

extensão atrelada ao estágio. Esse assunto será tratado em outro tópico, sendo aqui mencionado para que se possa vislumbrar os aspectos que diferenciam as instituições públicas e privadas.

Dentro do recorte selecionado podem-se encontrar trabalhos voltados a diversas áreas de atuação, sendo elas: educação, assistência social, questão urbana, questão ambiental, arte, saúde, questão agrária, direitos sociais, idosos, população LGBT, assessoria (a profissionais e movimentos sociais), socio-jurídico, cooperativismo, segurança alimentar e trabalho. As áreas com maior incidência de projetos foram a educação e sócio jurídico. Em relação a educação, são apresentados projetos que atendem a diversas especificidades: profissionais e estudantes de educação nos diferentes níveis de ensino. Já em relação aos trabalhos mencionando projetos na área sócio-jurídica é possível identificar que são experiências em núcleos/laboratório das universidades para oferta de atendimento jurídico. Em tais relatos é possível identificar ações que envolvem além dos estudantes de serviço social, estudantes de direito e em algumas situações de psicologia. Cabe ainda mencionar, que são experiências que envolvem extensão e estágio.

Importa assinalar ainda que são identificados contatos das ações extensionistas identificadas nos artigos com: profissionais de serviço social, com Organizações Não Governamentais (ONGs), agricultura familiar, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), associações de moradores, incubadoras de economia solidária, órgãos de controle social, vereador, prefeituras, escolas, Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), movimentos de defesa dos direitos das minorias sexuais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo e Assexuais (LGBTQIA¹⁵) e Programa Menor Aprendiz. Essa grande diversidade de agentes sociais com que a extensão permite articulação aponta para os contatos estabelecidos durante a extensão universitária variando de órgãos governamentais a movimentos sociais, permitindo diálogo com uma ampla gama da sociedade civil, favorecendo que a universidade cumpra sua função social e não se restrinja apenas a interações endógenas. Se articulados ensino, pesquisa e extensão¹⁶ essa diversidade de contatos se faz fundante para a real aproximação com a sociedade e desenvolvimento de pesquisas relacionadas às necessidades sociais.

¹⁵Existem outras siglas para designar as diferentes minorias sexuais no esforço de contemplar e incluir a todas as minorias que sofrem com a exclusão.

¹⁶A indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão será trabalhada em outro item.

Outro dado que dever ser considerado são as diferenças entre faculdades, centros universitários e universidades. O decreto nº5773, de 2006 registra essas diferenças, apontando faculdades e centros universitários como instituições focadas na oferta de graduação, enquanto às universidades dispõe de mais autonomia e devem também realizar ações de pesquisa e extensão, conforme informações do MEC:

As universidades se caracterizam pela indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. São instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por: I - produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural quanto regional e nacional; II - um terço do corpo docente, pelo menos, com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado; e III - um terço do corpo docente em regime de tempo integral. [...] São centros universitários as instituições de ensino superior pluricurriculares, abrangendo uma ou mais áreas do conhecimento, que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar. Os centros universitários credenciados têm autonomia para criar, organizar e extinguir, em sua sede, cursos e programas de educação superior. (MEC)

Assim, dados o contexto histórico e o atual modelo de precarização e privatização do ensino superior no Brasil, predominam as faculdades e centros universitários, em especial no âmbito privado. A análise dos artigos nos remete a tal dado, considerando a maioria dos trabalhos extensionistas serem oriundas das instituições públicas, que devem desenvolver trabalhos extensionistas por se tratar de universidades.

(b) Financiamento da extensão

Conforme já explicitado em capítulo anterior a extensão foi à última das três funções do tripé universitário a ser reconhecida, sendo também a que menos recebe investimentos. Considerando que a revisão bibliográfica sistemática identificou apenas 06 trabalhos com financiamento para realização das ações extensionistas. Destes, 02 foram contemplados por editais do Programa de Extensão Universitária – PROEXTE, um menciona edital da própria universidade, um refere-se a edital do Ministério das comunicações e outro a edital do Ministério da Cultura. Um dos artigos refere-se a projeto desenvolvido pelo Programa de

Educação Tutorial – PET, que contam com recurso anual para desenvolvimento de suas atividades.

Os dados são alarmantes considerando que as ações são realizadas fora da universidade, e que em incontáveis situações demandam materiais e equipamentos que vão além do fazer de docentes e estudantes. Ao se considerar ações externas a universidade e voltadas a trabalhadores, os horários para realização serão diferentes de horário comercial, acentuando as dificuldades de locomoção, por exemplo. Ribeiro (2018) aponta esse fator em seu trabalho:

Em termos de limites e/ou lacunas que se apresentaram no decorrer do projeto, as extensionistas identificaram de forma consensual as dificuldades com relação a transporte e locomoção até o assentamento em momentos importantes, dada a ausência de transporte da universidade nos finais de semana. (RIBEIRO, 2018).

Em tal exemplo o projeto desenvolveu seu trabalho em um assentamento rural de um movimento vinculado a luta pela terra, composto por trabalhadores, que tem disponibilidade para as ações especialmente aos finais de semana. Esse perfil se repete em diversos outros relatos, evidenciando um dos impasses principais a execução da extensão. Conforme já mencionado neste trabalho, uma das lutas que pautam o FORPROEX é pelo financiamento da extensão universitária e que tal aporte se efetive de forma constante, visando à continuidade e qualificação dos trabalhos extensionistas.

Somadas à ausência de orçamento para a realização das atividades, está à ausência de bolsas para alunos extensionistas. 07 artigos selecionados (aproximadamente 11% da amostra) mencionaram bolsistas entre os extensionistas, registrando-se também a artigos que se referiam a estudantes bolsistas e voluntários. Nota-se que de forma díspar da pesquisa, na extensão é presente um quantitativo majoritário de voluntários, cabendo pontuar com base nos trabalhos que parte desses estudantes se envolvem com a extensão para realização do estágio e parte se insere em ações extensionistas vinculadas a movimentos sociais de lutas por direitos sociais, entretanto, com base nos artigos analisados não é possível afirmar categoricamente qual a motivação principal de para inserção de forma voluntaria em tais atividades.

(c) Interdisciplinaridade

Conforme já mencionado, a interdisciplinaridade está entre as diretrizes para o trabalho extensionista inscritas na Política Nacional de Extensão Universitária (PNEU) bem como entre os princípios das Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social, e com base nos dados elencados na revisão sistemática bibliográfica foram identificados vinte e quatro trabalhos que mencionavam experiências extensionistas que contavam com estudantes de mais um curso de graduação.

Ao se considerar a interdisciplinaridade como diretriz, o quantitativo de trabalhos que se referem a ela se mostra pequeno. Cabe considerar que ações que se aproximem dessa diretriz e das possibilidades advindas dela, que são diferenciais da extensão e podem contribuir de forma singular para a formação profissional dos estudantes. Destaca-se um excerto do trecho da PNEU:

A diretriz de Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade para as ações extensionistas busca superar essa dicotomia [entre visões holísticas ou especializadas], combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações. O suposto dessa diretriz é que a combinação de especialização e visão holísticas pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende. (FORPROEX, 2012)

Percebe-se que a interdisciplinaridade pode favorecer uma compreensão mais ampla dos processos que ação extensionista irá executar, permitindo também organização e metodologias que somem positivamente na ação, qualificando o trabalho e a formação dos estudantes extensionistas. Convém destacar que a discussão da interdisciplinaridade é ampla e diversa no contexto do serviço social brasileiro, entretanto a análise aqui expressa tem enfoque na extensão universitária, não realizando debate pormenorizado da temática. Sobressaem-se destacando a interdisciplinaridade como uma característica positiva e relevante projetos que desenvolveram atividades voltadas à movimentos sociais, em especial da pauta de luta pela terra.

Dos artigos analisados, a interdisciplinaridade é apresentada majoritariamente em projetos da área da saúde e sócio jurídico, em especial nos núcleos de atendimento sócio jurídico à população. Outro destaque importante é que esses mesmos trabalhos são os trabalhos em que a experiência extensionista também é experiência de estágio curricular. Alguns dos fragmentos

escolhidos e agora expostos permitem que vislumbremos a presença da interdisciplinaridade nas atividades relatadas:

Este [projeto] visa à formação de jovens que vivem nas zonas rurais da região Centro-Sul do Ceará, através de ações que promovam uma reflexão sobre a realidade do campo brasileiro, da melhoria na gestão e comercialização agrícola dos assentamentos rurais e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida no semiárido de Iguatu/Ceará. Reconhecendo o grande e espontâneo interesse dos jovens pelos produtos culturais e, principalmente, pelo uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), o projeto foi aprovado mediante abertura de edital, em 2011, via Ministério das Comunicações (MC), Secretaria de Inclusão Digital (SID), como parte da política de apoio à capacitação no uso das TICs para a juventude rural. A equipe do projeto, desde seu início, é composta por docentes dos cursos de Bacharelado em Serviço Social, Licenciatura em Química, Técnico em Agropecuária, além de um analista em Tecnologia da Informação, e treze bolsistas dos cursos de Bacharelado em Serviço Social, Licenciatura em Química e Tecnologia em Irrigação e Drenagem do IFCE – Campus Iguatu. Esses vêm procurando trabalhar de forma interdisciplinar. (PEREIRA, 2012).

O projeto mencionado envolve estudantes e profissionais de áreas do saber distintas e se propôs a um trabalho integrado, que se pautou também pela diretriz da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão objetivando “capacitar à juventude do campo visando o fortalecimento da organização e produção local, no âmbito da agricultura familiar, dos assentamentos e/ou comunidade rurais da região centro-sul do estado” (PEREIRA, 2012) e conforme o trecho seguinte, pode-se captar que experiência foi tida como profícua, tanto no tocante ao formação em serviço social, como na possibilidade de contato com outras áreas do conhecimento.

Desde o início das atividades, observamos a importância da experiência para os discentes graduandos que estão tendo a oportunidade de refletir sobre as condições concretas e históricas em que desenvolverão suas práticas profissionais; de assumir uma postura crítica aliada a competência técnica e compromisso político do seu papel na sociedade; e de vivenciar e desenvolver habilidades na operacionalização de saberes teórico-metodológicos na elaboração, na organização e avaliação de projetos multidisciplinares. (PEREIRA, 2012).

O projeto supracitado apontou também a atuação junto a movimento social, que favoreceu também a aproximação com a realidade, demandando preparo dos extensionistas e articulação dos saberes, assim como o próximo artigo citado:

A cada fase que se iniciava do mesmo ou mediante a entrada de novos extensionistas/pesquisadores (oriundos dos cursos de Serviço Social, Artes, Geografia e Comunicação) espaços de capacitação eram organizados visando a formação, a socialização das ações já ocorridas e compartilhamento dos desafios futuros. (BATISTA, 2016).

Essas características também são mencionadas no trabalho de Katia Marro, desenvolvido junto a movimento social de luta pela terra:

[metodologia do trabalho]: A formação interdisciplinar de um coletivo de professores e alunos de diversos cursos abocados ao estudo e à preparação para a realização do trabalho de campo com movimentos sociais. Nesse sentido, a equipe investe no estudo dos conteúdos trabalhados (na formação política, nas atividades de saúde, nas práticas de agroecologia e na relação com o meio ambiente); como na escolha das estratégias pedagógicas apropriadas (instrumentos, técnicas, linguagens), estando em profundo diálogo com a coordenação política e os representantes dos núcleos de famílias do assentamento. (MARRO, 2014).

No trecho seguinte a autora aponta que as ações extensionistas que se desenvolvem há alguns anos, contando com articulações interdisciplinares e com a sociedade, reforçando a possibilidade da extensão de engajamento social da universidade.

A experiência de extensão que trazemos para a reflexão baseia-se nos projetos e programas criados desde 2010 no seio do Curso de Serviço Social da UFF de Rio das Ostras, nutrindo-se de importantes articulações interdisciplinares com outros cursos e parcerias com entidades vinculadas a movimentos populares. Essas propostas buscam construir um laço mais orgânico entre a Universidade Pública e os movimentos das classes subalternas, acompanhando diversos processos de organização e expressões de luta popular da região, destacando-se o trabalho junto ao então acampamento e hoje assentamento Osvaldo de Oliveira do MST. (MARRO, 2014).

Em outras experiências relatadas o trabalho com extensionistas de outras áreas do apresenta outras perspectivas. Os apontamentos seguintes foram extraídos de um artigo que se centra em discutir a interdisciplinaridade presente no programa em questão, assim serão destacados alguns trechos para posterior reflexão:

O NIAC foi criado em 2006, enquanto Programa de extensão desenvolvido na DIUC e vinculado a Escola de Serviço Social, a Faculdade Nacional de Direito e ao Instituto de Psicologia da UFRJ, configura-se como um programa

interdisciplinar e interdepartamental, buscando efetivar ações interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão que visam a formação e à promoção de políticas e de projetos acadêmicos no campo da educação, dos direitos humanos e no acesso a justiça. [...] Para a realização do trabalho interdisciplinar e para o funcionamento do Escritório utilizamos como recursos: Primeiro Atendimento, Reuniões Indisciplinares, acompanhamento, Reuniões Gerais do Programa e Grupos Terapêuticos (coordenado pela equipe da Psicologia), além da proposição de Grupos Interdisciplinares para debater com os usuários temas de seu interesse. Também efetivamos como ação interdisciplinar o diálogo próximo à rede de serviços, para pensarmos conjuntamente as demandas que nos são encaminhadas e debatermos a função social destas instituições e do próprio Programa.

As autoras do artigo apontam a existência de limites éticos em cada profissão, bem como referenciais teóricos distintos entre as áreas, apontado assim para limites na construção de um trabalho comum, acrescentam também a importância de diretrizes claras no programa e formação:

Talvez fosse possível alcançar algum trabalho coletivo entre as três áreas ele estivesse pautado em diretrizes claras do Programa. No entanto, ao que parece, sua própria constituição, indica visões diferentes de cada profissão sobre o entendimento da natureza e da funcionalidade do NIAC. Além do desafio do programa ter uma característica própria de renovação de quadros, seja profissional, seja de extensionistas (o que faz com que parte das acumulações coletivas e até mesmo da rotina de trabalho sejam muito descontinuadas), temos ainda a não execução de uma metodologia de formação interdisciplinar que fosse pensada para ser constante. Consideramos que este fator exacerba ainda mais as contradições do trabalho interdisciplinar, por não constituir orientações comuns para os novos profissionais/estudantes que ingressam no Programa, o que poderia colaborar com o processo de reflexão coletiva de forma ativa. (MOTA, 2016)

Face ao exposto se faz necessário destacar que o programa mencionado é uma experiência de estágio/extensão, que aponta que as ações desenvolvidas se tratam de ações do cotidiano de trabalho das profissões envolvidas, cabendo ponderar então que se tratam de desafios que também estão presentes no cotidiano de trabalho dos profissionais de serviço social, e desafio da interdisciplinaridade, que requer que os envolvidos no processo se debrucem sobre perspectivas comuns para estabelecer construtos coletivos comuns. A rotatividade de estudantes e ausência de formação, conforme apontado pelas autoras corroboram para as dificuldades da realização dos projetos.

É adequado mencionar que diferente dos trabalhos que envolvem experiências junto a movimentos sociais, os projetos voltados a estágio podem limitar-se a atividades a execução de atividades dos profissionais em programas/projetos que realizam serviços de prestação a

comunidade. Assim, pode-se observar que se trata de perspectivas extensionistas distintas. Enquanto as três primeiras experiências citadas neste tópico tratam da perspectiva de troca de saberes e construtos coletivos com movimentos sociais, a quarta citada discorre sobre uma experiência de prestação de serviços. Enquanto as primeiras permitem vivências em contexto externo a universidade, inserção no espaço de socialização do público a que se dirigem, demandando estudos, construção de metodologia, gerando ainda pesquisas sobre o fazer extensionista, a última mantém seu foco no fazer profissional do serviço social, comum às experiências de estágio que se dá em espaços que não são extensionistas. A relevância de trabalhos como o do referido núcleo é incomensurável, sendo em diversas situações o principal espaço que a população tem para galgar a conquista de seus direitos.

(d) Indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é um dos princípios das Diretrizes Gerais Para o Curso de Serviço Social, além de estar preconizada também como diretriz para o trabalho extensionista conforme a Política Nacional de Extensão Universitária. Assim, através da revisão sistemática bibliográfica identificou-se que vinte e três artigos selecionados mencionavam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O tripé universitário é outro princípio que só é preconizado na execução de universidades, sendo dispensado às faculdades e centros universitários, porém não aparece inscrito sequer no montante de artigos que são frutos de trabalhos realizados nas instituições públicas.

O Plano Nacional de Extensão Universitária aponta que essa diretriz reafirma a extensão como um processo acadêmico, considerando que as ações são mais efetivas se articuladas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa) (FORPROEX, 201).

Para ilustrar as referências feitas ao tripé universitário ensino, pesquisa e extensão e sua indissociabilidade, destacamos três trechos de artigo que relatam e permitem vislumbrar a importância dessa diretriz:

Em 1999, o Curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Ceará criou o Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética, o LABVIDA. Em seguida criou a disciplina Direitos Humanos e Cidadania como proposta empírico-teórica do LABVIDA com a finalidade explícita de aproximar as

discussões acadêmicas dos movimentos organizados da sociedade civil. A finalidade desse polo é, sobretudo, implementar uma rede mais complexa e capacitada para subsidiar estudos e pesquisas envolvendo não só a problemática aparente da criminalidade e da violência social como a sua relação intrínseca com a temática dos direitos humanos, da cidadania e da ética. Privilegiando, assim, os acontecimentos do cotidiano em sociedade e, dessa maneira, sensibilizando os alunos de hoje e os profissionais de amanhã para a relevância e a complexidade desta discussão na compreensão de um mundo marcado pelas diferentes relações sócio-políticas e ético-culturais que nos fazem algumas vezes espectadores e até protagonistas de fatos “demasiados humanos” e em outras vezes de fatos que expressam a “banalidade do mal” como é o caso da criminalidade e da violência social. A discussão tem, ainda, a finalidade de refletir acerca de determinados fatos que nos possibilitem progredir em nossa teorização de base empírica ou seja, da descrição e/ou narração de situações concretas para uma analítica explicativa micro e/ou macro. (BRASIL, 2001)

O trecho citado relata uma experiência extensionista que se realiza de forma articulada ao ensino e a pesquisa. Optou-se por citar o trecho que aborda parte do histórico do projeto e permitir compreendermos sua amplitude.

O fragmento seguinte aborda uma experiência de ensino, pesquisa e extensão que também se efetiva há diversos anos, desenvolvendo uma multiplicidade de ações na área de questão urbana:

O Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU), vinculado a Faculdade de Serviço Social (FASS), do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), vem desenvolvendo um contínuo e progressivo trabalho de capacitação profissional, tanto para docentes quanto discentes, assim como possibilita a vivência fora da sala de aula, que é essencial para a pesquisa, além de aglutinar o ensino, fomentando uma formação acadêmica mais qualificada. [...] o PARU atua na universidade desde 1981 e chega ao ano de 2016 completando trinta e cinco anos de luta em busca da garantia dos direitos sociais, desenvolvendo na academia a discussão sobre cidade na ótica capitalista, e das políticas públicas, direito à cidade, da questão urbana e fundiária, grandes projetos urbanos, bem como forma de resistência. Para isso, suas ações são estabelecidas a partir dos eixos ensino, pesquisa e extensão que ocorrem de forma simultânea. Nesse sentido, o PARU articulando o ensino, a pesquisa e a extensão fortalece a capacitação tanto dos estudantes e como dos movimentos sociais, para a construção de políticas públicas voltadas ao direito à cidade, de forma que garanta a democratização da participação da sociedade civil no exercício da cidadania. (PORTELA, 2016).

O trabalho também aponta para a articulação com movimentos sociais, que conforme já elencada em outro item tem permitido a atuação de projetos extensionistas críticos e comprometidos com a transformação social. O artigo seguinte também aponta para esse

comprometimento e refere-se a experiência que aborda a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão:

Entendendo a importância da educação popular para o jovem, sua importância nos processos educativos com perspectivas emancipatórias (principalmente naqueles destinados à processos de organização popular por libertação) o planejamento coletivo, o conhecimento da realidade, o estudo, a construção compartilhada do conhecimento, a articulação com os movimentos sociais e o resgate da cultura popular foram princípios norteadores ao longo de toda a execução do projeto. (BATISTA, 2016).

Destaca-se ainda nesse fragmento a menção ao resgate da cultura popular e a construção compartilhada de conhecimento, fatores fundamentais para a construção de projetos universitários que se voltem à realidade social, apoiando-a e elaborando construtos que de fato colaborem para mudanças que atendam a parte da população que não tem acesso aos espaços universitários.

(e) Extensão e referenciais teóricos

Um dado levantado na revisão bibliográfica sistemática que se destaca é a baixa quantidade de artigos que mencionam em suas “referências” utilização de material teórico sobre a temática da extensão universitária. Foram identificados vinte e um artigos que aludem as referenciais da extensão, sendo que destes, a maioria dirige-se apenas a citação da Política Nacional de Extensão Universitária elaborada pelo FORPROEX.

A Política resulta de um longo processo histórico de construção, apresentando conceitos, diretrizes e importantes reflexões, entretanto indaga-se qual a proximidade dos autores com a temática extensionista, quais conhecimentos possuem sobre sua conceituação e suas múltiplas possibilidades. Ao considerar-se que menos de um terço dos artigos a incluem nas referências, embora todos abordem a extensão, considera-se que este é um ponto crucial para se pensar extensão e serviço social brasileiro.

Tal como a categoria profissional, a extensão caminhou historicamente se metamorfoseando conforme as possibilidades e conjuntura de cada época, tendo um significado relevante no contexto de aproximação da universidade com a realidade social, tencionado especialmente pelo FORPROEX no período pós-ditadura militar.

Dadas as experiências apresentadas pelos artigos consultados, pode-se depreender que a ausência de referências não se faz por terem os autores uma leitura única sobre extensão, tampouco por terem suas diretrizes intrinsicamente incorporadas a seu saber. Contrário a isso, a análise dos artigos, aponta para o distanciamento da extensão e do serviço social, dadas as diferenças apontadas entre os trabalhos, número reduzido de trabalhos sobre a temática extensionista dentro do contexto geral dos eventos, bem como o pouco material bibliográfico (livros, artigos, teses e dissertações) disponível no Brasil com a temática. A inexpressiva produção que discorra sobre serviço social e extensão universitária é um dos desafios enfrentados na construção deste trabalho.

Convém ainda destacar que a formação profissional em Serviço Social oferece subsídios para uma leitura crítica da realidade, possibilitando que as ações extensionistas sejam desenvolvidas de forma crítica e condizentes com a realidade social em que se inserem. Assim, ainda que poucos trabalhos tenham feito menções a referenciais teóricos de extensão universitária, em diversos trabalhos, em especial os articulados aos movimentos sociais, pode-se apreender a perspectiva de troca de saberes com a população e trabalhos voltados aos interesses dos sujeitos envolvidos na ação. Como no trecho seguinte:

Nestas páginas buscamos refletir sobre o significado de uma experiência de extensão universitária realizada junto ao MST, resgatando seus impactos positivos na democratização e abertura progressiva desta instituição às necessidades das massas subalternas; na possibilidade de pautar novas agendas de ensino, pesquisa e extensão realmente articuladas com as necessidades das maiorias sociais – que raramente têm acesso à educação pública –; no redimensionamento crítico da formação universitária de docentes, estudantes e profissionais de Serviço Social; na construção de criativas propostas coletivas de trabalho que desafiam as rotinas de produção e as lógicas meritocráticas e individualistas próprias da universidade burguesa; e no enriquecimento da vida político-acadêmica e da função social da universidade Pública. [...] Especificamente para o Serviço Social, esta experiência representa uma oportunidade que abre novos horizontes para o exercício profissional – na medida em que as lutas dos sem terra tensionam as correlações de força na relação com a política pública; colocam novas requisições que desafiam os procedimentos institucionais que individualizam o acesso aos direitos sociais; questionam as rotinas que reproduzem relações clientelistas que despolitizam e esvaziam a cidadania –, assim como trazem novas temáticas, competências e conhecimentos que enriquecem o perfil profissional do Serviço Social. É uma experiência de formação que constitui a possibilidade de criação de novas bases de legitimidade da profissão junto aos grupos subalternos, constituindo-se, na atualidade, num momento importante do processo de concretização dos compromissos e princípios apontados no projeto ético-político. (MARRO, 2014).

Em diversos trabalhos não foi possível identificar a concepção de extensão adotada, e, conforme será citada no subitem sobre estágio, a concepção de extensão como prestação de serviço se faz presente. Foi identificada ainda a concepção que extensão colaborando e suprimindo uma carência de recursos humanos de função do Estado, como aponta o trecho seguinte:

Os projetos de extensão são de grande valia ao poder local, uma vez que as dificuldades enfrentadas pelas prefeituras brasileiras são, em boa parte, causadas por falta de profissionais qualificados e escassez de recursos. Assim, a presença da Universidade, através de projetos de extensão, cumpre um importante papel. Disponibiliza o saber acadêmico através de assessorias técnicas e possibilita aos alunos o contato direto com serviços e políticas públicas. Coloca saber acadêmico a serviço. Desta forma contribui na formação de futuros profissionais. (GALVÃO, 2006)

Convém mencionar as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, que falam sobre o tema:

Outro dado corresponde à entrada do trabalho voluntário, chamado a atuar na prestação de serviços sociais, fragilizando ainda mais os sistemas de concurso público para contratação e as relações de trabalho. Por outro lado afirma-se que historicamente a Extensão se legitimou na Universidade como um espaço de interlocução e permanência da relação desta instituição com a sociedade civil (movimentos sociais de base, luta pelos direitos, diversidade cultural, etc), que demanda uma outra postura e compromisso da universidade face aos problemas sociais do seu contexto. (ABREU, 2008, p. 08 apud ABEPSS, 2010, p. 39).

Assim, cabe reafirmar que a extensão não deve suprir o papel do Estado, tampouco alunos em formação devem suprir a necessidade de profissionais graduados.

Ainda considerando a temática de referencial teórico, cabe reflexão sobre o trecho seguinte, coletado da revisão bibliográfica sistemática:

Compreende-se que a extensão universitária tem obrigação de causar impacto no que se refere a formação dos envolvidos, uma vez que proporciona uma ampliação do olhar, através de diversas perspectivas, sob um mesmo enfoque. Tal prática deve possibilitar a troca de experiências e saberes, que provém da associação de diferentes áreas de conhecimentos. Ademais, propicia um contato de diferentes realidades sociais através do envolvimento com a comunidade, políticas públicas e seus serviços bem como relações entre estudantes de diferentes etapas de seus respectivos cursos e professores. O

conhecimento agregado a partir destas trocas orienta, assim, uma formação que implica a consideração e reconhecimento de uma multiplicidade de aspectos internos e externos ao saber universitário nas atuações pretendidas, permitindo relevante engajamento na contribuição de uma mobilização social na busca pela efetivação de seus direitos, no despertar das políticas públicas frente ao desamparo e invisibilização da mesma, no despertar da equipe para a realidade de exclusão e estigmatização que se coloca a determinada camada da sociedade, e no despertar do segmento acadêmico frente à necessária interlocução ensino, pesquisa e extensão. (REIDEL, 2016)

A afirmação categórica das autoras requer que se considere uma concepção de extensão e leitura de realidade social embasadas em referencial teórico crítico, possivelmente adquirido durante a formação profissional do assistente social, que se coloca hegemonicamente crítica, haja vista que só o ato de realizar extensão não causará obrigatoriamente impactos significativos na formação profissional, tampouco na sociedade.

(f) Estágio e extensão

Na revisão bibliográfica sistemática foram identificados vinte e dois trabalhos que relatam experiências extensionistas que também são campos de estágio curricular, em diversificadas áreas de atuação profissional. Tal dado requer que se debruce sobre o movimento da categoria profissional e das entidades representativas, na busca pela realização de estágio que de fato contribua para a formação profissional e que esta esteja atrelada ao projeto ético-político e profissional. Historicamente ações extensionistas são também campos de estágio. Face a isto, é importante considerarmos as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social (1996) e a Política Nacional de Estágio – PNE (2010), para compreendermos o papel do estágio na formação dos assistentes sociais, sua possível, ou não, relação com a extensão universitária e analisarmos os dados obtidos na pesquisa.

Conforme as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social o estágio curricular:

É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio- institucional objetivando capacitá- lo para o exercício do trabalho profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Essa supervisão será feita pelo professor supervisor e pelo profissional de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em planos de estágio, elaborados em conjunto entre unidade de ensino e unidade campo

de estágio, tendo como referência a Lei 8662/93 e o Código de Ética (1993)”. (ABESSP, 1996, p. 19).

Que tem como princípios para sua realização os seguintes pontos:

- Consonância como os princípios ético- políticos, do Código de Ética de 1993;
- Indissociabilidade entre as dimensões teórico- metodológica, ético- política e técnico- operativa;
- Articulação entre Formação e Exercício Profissional;
- Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo;
- Articulação entre universidade e sociedade;
- Unidade teoria- prática;
- Interdisciplinaridade;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

A efetivação do estágio se dá com a inserção dos estudantes em espaços sócio institucionais em que atuam os assistentes sociais, capacitando- os nas dimensões teórico- metodológica, ético- política e técnico- operativa para o exercício profissional. (PNE, 2010, p. 14)

Face ao exposto pode-se entender que três princípios do estágio também são princípios extensionistas (articulação entre universidade e sociedade, interdisciplinaridade e articulação entre ensino, pesquisa e extensão), entretanto, o estágio apresenta especificidades que não serão alcançadas em qualquer experiência extensionista. O princípio da “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e de campo” requer a existência de assistente social na ação extensionista realizando supervisão direta dos estudantes para que tal ação seja considerada estágio, bem como para a efetivação de outros princípios e objetivos do estágio curricular. A Política Nacional de Estágio em Serviço Social aponta que atividades de extensão podem ser consideradas de estágio, respeitando a carga horária docente e discente prevista no projeto pedagógico e se faz necessário aos projetos:

- Explicitar objetivos e funções desempenhadas pelo Serviço Social em conformidade com artigo 4º e 5º da Lei que regulamenta a profissão;
- Indicar que os projetos e planos de intervenção do estágio estejam articulados ao exercício profissional do serviço social, considerando a

análise e a apropriação crítica do contexto sócio-institucional;

- Que o docente envolvido na atividade de extensão assuma o processo de supervisão de campo, quando não houver outro assistente social devidamente registrado no Conselho;
- Que não haja acúmulo nas funções de supervisor(a) de campo e de supervisor(a) acadêmico(a). O(a) docente, ao assumir a função de supervisor(a) acadêmico(a) de um grupo de estudantes, não poderá acumular a função do supervisor de campo junto aos mesmos. (ABEPSS, 2010, p.40)

Com base no levantamento realizado serão elencados fragmentos extraídos dos relatos em que consta a parceira de estágio e extensão.

O Núcleo Sócio-jurídico foi instituído com o intuito de ofertar atividades de extensões como estratégia de estágio para os acadêmicos do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Estácio da Amazônia, além de atender as demandas postas pelo Núcleo de Práticas Jurídicas no que diz respeito ao direito da família. (LOPES, 2016)

O trecho citado aponta a oferta de atividade de extensão como uma estratégia de estágio em uma instituição de ensino superior. Na condição de centro universitário a instituição não precisa desenvolver atividades extensionistas para garantir seu funcionamento, porém precisa garantir estágio curricular obrigatório a seus estudantes, utilizando-se assim de ação extensionista. O relato aponta para uma ação de atendimento às famílias em núcleo de prática jurídica, remontando uma atividade extensionista de prestação de serviços à sociedade.

A Política Nacional de Estágio da ABEPSS versa sobre isso:

Com a ausência de recursos para o desenvolvimento das atividades de extensão e a necessidade de ampliação de vagas de Estágio, algumas UFAs desenvolvem atividades provisórias e precárias, sem a devida estruturação de projetos no âmbito institucional, fragilizando a riqueza e o potencial de experiências significativas de estágios nessa área. Deve-se alertar para os precedentes abertos que desvirtuam a Extensão Universitária de seus objetivos, quando se caminha para a busca de alternativas de sustentação dos projetos, com a prática de cobrança de taxas, a realização de convênios com empresas privadas e a transformação de projetos em entidades do Terceiro setor, fortalecendo a privatização dos espaços universitários, onde as relações econômicas de financiamento das ações, passam a indicar a direção da política dos projetos (implícita ou explicitamente). (ABEPSS, 2010, p.39)

O fragmento seguinte aponta para a mesma perspectiva de extensão para atender a demanda de estágio:

O Projeto de Extensão Serviço Social Educação Ambiental (PROSSEA), do Centro Universitário Estácio da Amazônia, implantado em 2013, surgiu através de debates entre acadêmicos e profissionais do Curso de Bacharelado em Serviço Social, tendo em vista a necessidade de campo de estágio para os acadêmicos. No ano de 2015, o projeto contava com 15 estagiárias no turno vespertino. No entanto, devido a demanda institucional do Centro Universitário Estácio da Amazônia, hoje conta 30 estagiárias por semestre onde são supervisionadas pela Coordenadora de Campo. (COSTA, 2016)

O projeto relata uma experiência de estágio que se realiza em um projeto do Centro Universitário e chama atenção pelo número de estagiários envolvidos: trinta estagiários com uma assistente social supervisora. Conforme a Resolução CFESS N° 533, de 29 de setembro de 2008, que Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social:

Art. 3º. O desempenho de atividade profissional de supervisão direta de estágio, suas condições, bem como a capacidade de estudantes a serem supervisionados, nos termos dos parâmetros técnicos e éticos do Serviço Social, é prerrogativa do profissional assistente social, na hipótese de não haver qualquer convenção ou acordo escrito que estabeleça tal obrigação em sua relação de trabalho.

Parágrafo único. A definição do número de estagiários a serem supervisionados deve levar em conta a carga horária do supervisor de campo, as peculiaridades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário para cada 10 (dez) horas semanais de trabalho. (CFESS, grifo nosso, 2008).

Frente ao exposto o número de estagiários é dez vezes superior ao número permitido a um profissional que trabalhe as trinta horas de trabalho previstas para os assistentes sociais. Cabe retomar a reflexão sobre a precarização do trabalho, e em especial da formação no cenário de mercantilização do ensino. As autoras relatam que desenvolvem as atividades divididas em dois períodos: tarde das 14h00min às 17h30min e noite das 18h00min às 21h30min, reiterando, para além do descumprimento da resolução do CFESS, a fragilidade da formação e da vivência de estágio em tais condições.

Sobre o projeto apontam que “sua missão é sensibilizar os acadêmicos e comunidades adjacentes com programas e ações de caráter socioeducativos na conservação do meio ambiente”, estabelecendo parcerias com Centro de Referências de Assistência Social, para atuação junto ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e com duas escolas da rede pública de ensino, para realização de ações pedagógicas tais como palestras, oficinas educativas, rodas de conversa. Concluem apontando a área ambiental como um importante espaço de atuação do assistente social. É crescente a atuação do serviço social na área ambiental, e é de extrema relevância que a aproximação com essa temática se dê desde a graduação. Entretanto, a aproximação não deve ser feita por uma via fragilizada, tampouco o estágio deve consolidar-se em um formato que não propicie as condições mínimas de supervisão.

O trecho seguinte refere-se a uma experiência de extensão articulada ao estágio na área da saúde, em que é possível perceber também a articulação com ensino e pesquisa, articuladas por um núcleo universitário dentro da universidade pública:

O Núcleo implementa a extensão articulada ao estágio curricular, na medida em que este é um dos instrumentos que a viabiliza como momento da prática profissional. As unidades de saúde, campos de estágio na área de saúde reprodutiva, são acompanhadas diretamente pelo Núcleo, o que permite a apreensão dinâmica da realidade vivida pelos usuários e a produção de trabalhos acadêmicos, solicitados aos alunos, que vão ao encontro dessa demanda. O acompanhamento às atividades de estágio é mediatizado por visitas institucionais, reuniões com os profissionais nas unidades de saúde e na unidade de ensino, realização de eventos, assessoria às unidades de saúde (para elaboração e realização de programas e projetos) e trabalhos acadêmicos solicitados aos alunos. Este acompanhamento potencializa a produção de conhecimento dos assistentes sociais e estagiários, através de trabalhos acadêmicos que sistematizam a prática profissional, sendo apresentados em vários espaços científicos. (ZUCCO, 2004)

O trecho seguinte aponta para uma experiência de estágio oriunda de um projeto na área da educação, sendo uma das frentes de trabalho de um grupo que desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação. Destaca-se ainda que conforme relato expressa uma atividade de estágio e extensão para alunos trabalhadores:

No caso específico dos estudantes de Serviço Social da UERJ, falamos de sujeitos que fazem um curso noturno dentro de uma universidade pública, o que traz características importantes a serem consideradas, como o fato de que parte considerável deste público constitui-se de alunos trabalhadores. A opção da Faculdade de Serviço Social da UERJ em manter unicamente o horário

noturno numa Universidade Pública e ter este como exclusividade sua no Estado do Rio de Janeiro, exige a construção de estratégias de enfrentamento para a garantia da qualidade da formação de seus estudantes. Neste caso, no que se refere ao processo de supervisão, o oferecimento de campos de estágio de final de semana é fundamental para oportunizar a experiência prática para este segmento de alunos do curso de Serviço Social que necessitam de horários especiais para a continuidade da sua formação profissional. (ALMEIDA, 2007)

O excerto seguinte também se refere à experiência que desenvolve trabalhos no final de semana para atenção a demanda dos alunos trabalhadores:

O Projeto de Assessoria identifica as demandas destas comunidades possibilitando a visualização das temáticas mais pertinentes e necessárias a serem trabalhadas naquele determinado local, analisando a necessidade da execução do projeto de capacitação. O acompanhamento realizado nestes espaços ocorre através dos professores envolvidos e diretamente mediante a realização dos estágios em Serviço Social. A realização destes, ocorre nos finais de semana para que os acadêmicos/trabalhadores que não dispõem de horários no período semanal possam realizá-lo. (SANTOS, 2007)

O relato seguinte menciona uma experiência extensionista que se desenvolve junto da temática da questão ambiental e que objetiva a abertura de um campo de estágio, bem como criação de núcleo de estudos e outros:

Os objetivos específicos deste projeto são os seguintes: fomentar o contato direto dos discentes do curso de Serviço Social com uma das possíveis esferas de intervenção profissional e novos espaços sócio-ocupacionais que se trata da questão ambiental; qualificar o grupo de discentes para a atuação neste campo, fomentando a atividade prática e reflexiva; possibilitar a abertura de campo de estágio em Serviço Social através das atividades extensão e da possível criação de um núcleo de estudos sobre meio ambiente e assuntos correlatos; apoiar ações socioambientais que tenham como foco a comunidade adjacente e temas de relevância social, priorizando os projetos de extensão e responsabilidade social, bem como, as parcerias existentes na instituição; estimular a manutenção da diversidade cultural, de valores e práticas sociais, que constituem a identidade local; organizar e desenvolver ações preventivas e educativas em favor da qualidade de vida dos cidadãos, buscando parceria com as formas organizadas das comunidades. (PIMENTEL, 2010)

Com base nos artigos pesquisados pode-se ter uma perspectiva geral das produções bibliográficas apresentadas nos principais eventos da área, considerando seus referenciais, a interlocução com o tripé universitário, os registros de ações extensionistas, o financiamento das

atividades e as ações que reúnem experiências de estágio atreladas à extensão universitária. Convém registrar que vários artigos apresentavam relatos das mesmas ações extensionistas, alguns relatando estágios diferentes de projetos contínuos, outros identificados nos diferentes eventos.

Registra-se ainda que vinte e três artigos que constam nos apêndices não foram aqui considerados para análise, considerando que após a leitura dos mesmos identificou-se que tratavam de assuntos diversos aos abordados na tese. Alguns mencionavam experiências de trabalho em pró-reitorias de extensão, mas em maioria tratavam de pesquisas que se realizaram junto a projetos de extensão, mas que não tinham interface com o objeto de estudo deste trabalho. Dois trabalhos apresentavam considerações teóricas, o primeiro, desta pesquisadora apresentava resultados parciais de sua dissertação com a temática extensionistas e o segundo discutia pesquisa e extensão, com maior ênfase a pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de esgotar as reflexões acerca da temática em estudo, que se mostra ampla e repleta de possibilidades, espera-se que as reflexões aqui apresentadas colaborem para a discussão, principalmente no dado momento histórico, que em contraponto a todos os ataques sofridos pela Educação se coloca favorável a extensão, face a necessidade do cumprimento do Plano Nacional de Educação, que prevê sua inclusão em todos os currículos de cursos de graduação. Nessa perspectiva, considerando as especificidades do Serviço Social, e a histórica luta das atividades representativas da categoria pela formação de qualidade requer que se debruce sobre qual extensão vem sendo desenvolvida, bem como se apontem perspectivas para que a extensão some a perspectiva crítica da profissional, comprometida com a classe trabalhadora e com a construção do saber para além dos muros universitários.

O estudo evidenciou que não há uma compreensão hegemônica sobre a perspectiva extensionista no Serviço Social, fato que pode estar relacionado a quase inexistente produção bibliográfica na área. Ainda que a extensão universitária possua história recente de regulamentação e discussão formal dentro das universidades brasileira, conforme apontado no segundo capítulo, é possível identificar ao longo do desenvolvimento do serviço social brasileiro experiências que tinham interface com a extensão.

Empresta-se aqui a compreensão de extensão universitária de Sant'ana e Carmo “[...] um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade.”. (2012, p. 103), que permite de forma concisa e precisa apreendermos que a extensão universitária pode dialogar e colaborar com a formação profissional em serviço social na perspectiva de seu projeto ético político.

A dissertação desta pesquisadora já havia apontado para a grande relevância da extensão na formação profissional, tendo constatado que inserção em experiências extensionistas que se realizavam de forma interdisciplinar, indissociável ao ensino e a pesquisa e se voltavam a trabalhos realizados junto a movimentos sociais corroborava para a atuação profissional na perspectiva crítica e comprometida com o projeto ético-político profissional. Assim, a presente pesquisa reforça essa compreensão, apontando algumas questões que podem ser superadas e reafirmando alguns pressupostos.

A revisão bibliográfica sistemática evidenciou a ausência de indicativos metodológicos sobre o fazer extensionista, constantemente misturado com o fazer das competências profissionais nos campos de estágio, em outras ocasiões na reprodução de ações como palestras, rodas de conversa, sem que se relacionasse com os objetivos dos projetos em questão. Não há e não é possível elaborar manuais de metodologia extensionista, entretanto a perspectiva teórica ainda hegemônica no Serviço Social, oferece subsídios para a leitura da realidade, aproximação da mesma e construto de formas de fazer que se aproximem dos objetivos propostos.

Foi possível captar que as ações que se pautavam na indissociabilidade do tripé universitário, ensino, pesquisa e extensão, e que de fato se debruçavam sobre ele, superando apenas citá-lo, expressaram consonância com a perspectiva teórica profissional e conseguiram traçar propostas metodológicas que dialogassem com a realidade social, gerando resultados que caminham na direção da busca pela transformação social e fortalecimento da classe trabalhadora.

Foi recorrente na revisão bibliográfica sistematizada artigos que não evidenciavam ações extensionistas, mas que referiam ser extensionistas. Para ilustrar a afirmação mencionase trabalho realizado de uma universidade para sensibilizar sua comunidade em relação a violência contra a mulher. O trabalho relatado aponta um assunto de extrema relevância, apontou as ações realizadas, seus objetivos, porém se manteve dentro da instituição, não envolvendo a comunidade externa, fazendo com que assim não seja compreendido nessa pesquisa como extensionista.

Ainda nessa perspectiva duas outras ações despertam atenção. A primeira relata ações feitas junto a comunidade como parte da carga horária de disciplina, para colaborar com a aprendizagem discente e a segunda menciona realização de oficina por parte de um grupo de estudos para graduandos de serviço social. Considera-se que tais ações também não atendem os requisitos para a prática extensionista, ora por buscarem viabilizar a perspectiva prática de uma disciplina, ora por se manterem dentro da universidade.

Destaca-se ainda relatos extensionistas realizados junto a profissionais de graduados em Serviço Social, em especial na área de educação e previdência social, apontando para um leque de possibilidades de interface da extensão e serviço social. A assessoria, pouco trabalhada na profissão e que aparece majoritariamente ligada a movimentos sociais, se coloca como uma das possibilidades extensionistas que pode favorecer também a perspectiva de formação continuada dos profissionais envolvidos nas ações.

Outro aspecto que se destaca e foi apontado no texto é a contradição da extensão favorecendo a substituição de mão de obra ou suprimindo a função do Estado. É inquestionável que este não é um dos objetivos e nem deve vir a ser em nenhum contexto, ainda mais ao considerarmos a perspectiva do projeto ético político profissional. A extensão deve pautar-se por permitir que os conhecimentos acadêmicos sejam úteis à população e que na troca com a sociedade a universidade potencialize seus conhecimentos na busca pela transformação social.

Ponto crucial para problematizar a extensão universitária é pensar seu financiamento. Conforme levantado na pesquisa, as ações que contam com financiamento são minoria, o MEC retirou seu edital de financiamento e as atuais perspectivas de financiamento frente ao desmonte da educação que vem sendo pautado pelo governo, junto da intensificação de sua mercantilização, coloca um desafio ainda maior ao Serviço Social. Conforme já vivenciado pelas pesquisas da área, o financiamento privilegia as áreas exatas e biológicas. No caso da extensão cabe ponderarmos se não serão financiadas apenas extensões com viés tecnicista e de manutenção do aparato governamental, conforme feito no período da ditadura militar brasileira.

Contudo, dois pontos se destacaram na realização da pesquisa e compreende-se que demandam a realização de outros estudos mais densos: o estágio curricular atrelado à extensão universitária e a articulação com movimentos sociais. Em relação ao estágio, a pesquisa evidenciou diversas ações, distintas entre elas no formato e perspectivas. Se historicamente estágio e extensão caminham juntas, o estudo evidencia que ações extensionistas podem e são usadas como alternativa de estágio para alunos trabalhadores e também para instituições que não conseguem oportunizar campos de estágio a todo seu alunato.

Ambas as possibilidades podem estar atreladas à extensão em uma perspectiva crítica e atrelada ao projeto ético político do serviço social, porém os apontamentos das Diretrizes Curriculares da ABEPSS devem ser considerados e as condições objetivas precisam ser propiciadas. Sem financiamento dessas ações não é possível, por exemplo, efetivar contratação de supervisor de campo. Assim, empreende-se ser como um dos grandes desafios colocados à profissão atualmente.

Em relação à articulação com movimentos sociais, os dados obtidos na pesquisa de mestrado foram aqui confirmados. As experiências extensionistas que se desenvolvem junto a movimentos sociais desenvolvem-se de forma crítica, no direcionamento da perspectiva ético política profissional. Percebe-se em tais experiências a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a perspectiva interdisciplinar, a busca por metodologias que superem as dificuldades encontradas e contribuam para o fortalecimento dos movimentos e principalmente,

permite aos extensionistas assistentes sociais em formação o contato com uma realidade diversa, que raramente avança os muros da universidade, mas que tenciona e contribui na luta por direitos sociais de forma singular e extremamente relevante.

Convém destacar que são encontrados alguns estudos que discorrem sobre extensão e movimentos sociais, entretanto, tal temática e a o estágio relacionado a extensão se tornam demandas emergentes para discussão profissional.

Considerando a meta do Plano Nacional de Educação, da inclusão da extensão universitária nas diretrizes curriculares, a ABEPSS já reuniu uma comissão para debate do tema, que conforme evidenciado pelo trabalho é amplo e requer contínuos estudos.

Assim, considera-se que a relevância e papel da extensão universitária colocam-se como obviedades ao se analisar os artigos e as possibilidades junto a formação profissional. Todavia, muito há que se pensar, articular e organizar para que a extensão que será inclusa como requisito de formação tenha perspectiva atrelada ao projeto profissional, e seja valoriza e financiada.

Ademais, conclui-se que o desafio maior imposto a educação está na realidade social brasileira com o atual ministro da educação e o governo Jair Messias Bolsonaro, com as propostas de contingenciamento, criminalização das ciências humanas, intensificação da mercantilização e privatização. Esse contexto requer que para além dos desafios postos à formação profissional em serviço social, se enfrente os desafios postos a educação de forma geral.

REFERÊNCIAS

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 4^aed. São Paulo: Cortez. 1984.

ABEPSS. **Política nacional de estágio da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social**. Disponível em:<http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf> Acesso em: 15 jan. 2012.

ABRAMIDES, Maria Beatriz; CABRAL. Maria do Socorro. **A organização Política do Serviço /social e o papel da CENEAS/ANAS na virada do serviço social Brasileiro**. CFESS(org), ABEPSS, ENESSO, CRESS/SP (co orgas). 30 anos do Congresso da Virada: 1979-2009. Começaria Tudo outra vez. Brasília, novembro de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010166282017000100181&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 20 jan. 2018.

ABRAMIDES, M.B. C. **Memória: 80 anos do Serviço Social no Brasil: O III CBAS "O Congresso da Virada" 1979**. Serv. Soc. Soc.[online]. 2017, n.128, pp.181-186. ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.102>.

ABEPSS. **Diretrizes Gerais para o curso de serviço social** (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 2006. Disponível em:< http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf>. Acesso em 21 set. 2018.

ALMEIDA, Ney Luiz T. de; et. All. **Projeto de Extensão universitária na área da Educação: Construção coletiva de oficinas sócio-educativas, numa experiência de estágio supervisionado em Serviço Social no final de semana**. CBAS 2010. CD ROW

BORUCH, R. F. & PETROSINO, A. Meta-Analyses, Systematic Reviews, and Evaluation Syntheses. In: J. S. Wholey, H. P. Hatry & K. E. Newcomer (eds.), **Handbook of pratical program evaluation**. (3th ed., pp. 531 - 553). São Francisco, CA: Wiley Imprint, 2010.

BATISTA, Maiara; et. All. **Marcha dos Sonhos: comunicação visual na extensão universitária junto a Juventude Sem Terra**. ENPESS 2016. CD ROW.

BRASIL, Maria Glaucéria Mota; PIO, Conceição. **Laboratório de direitos humanos, cidadania e ética: espaço de estudo, pesquisa e extensão do curso de serviço social da universidade estadual do ceará.** Cbas 2001. 2001. CD ROW

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____. **Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931.** Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados.

_____. Lei nº 5.540 de 28 novembro de 1968. **Lei Básica de Reforma Universitária.** Brasília/DF, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5540.htm> Acesso em: 19 fev. 2018.

_____. Câmara Legislativa. **Decreto nº18851, de 11 de abril de 1931.** Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 de fev. 2018.

_____. **Decreto nº 252, de 28 de fevereiro de 1967.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10252.htm. Acesso em 19 fev. 2018.

_____. Câmara dos Deputados. **Decreto – Lei nº916, de 7 de outubro de 1969.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-916-7-outubro-1969-375250-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 15 jun 2018.

_____. Câmara Legislativa. **Decreto nº 62.927 de 28 de junho de 1968 – Projeto Rondon.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62927-28-junho-1968-404732-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: junho de 2018.

_____. Ministério da Saúde. **A experiência brasileira em sistemas de informação em saúde.** Organização Pan-Americana da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz (Orgs). Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2009. Disponível em:<http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/experiencia_brasileira_sistemas_saude_volumel.pdf> Acesso em 14 jul. 2019.

CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã: da Colônia à Era Vargas.** 2. ed. rev. aum. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.

CURY, C. R. Jamil. **Educação e contradição.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

CONIF – Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Extensão tecnológica:** rede federal de educação profissional, científica e tecnológica. Cuiabá: ConifFMT, 2013.

CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 maio 1999. Mais! p. 3.

_____. **Escritos sobre universidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 2001.

CPDOC. **A Era Vargas:** dos anos 20 a 1945. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos3745/EducacaoCulturaPropaganda/UniversidadeBrasil> Acesso em: 30 maio 2019.

CBAS. **16º Congresso Brasileiro de Serviço Social**. Disponível em: <http://www.cbas.com.br/> Acesso em 12 jun. 2019.

COSTA, E. S; et. All. **Serviço Social e Educação Ambiental:** a experiência no Projeto de Extensão Serviço Social e educação ambiental no Centro Universitário Estácio da Amazônia. CBAS 2016. Olinda/PE. CD ROW

ENPESS. **XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social:** apresentação. Disponível em: <http://enpess.com.br/br/portal/conteudo/apresentacao> Acesso em: 12 jul. de 2019.

FERNANDES, Florestan. **Florestan Fernandes:** sociologia crítica e militante. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **A universidade e poder:** análise crítica, fundamentos históricos. 1930-45. 208 p. (Série Universidade, v. 8). Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

FACEIRA, Lobelia da Silva. **O processo de formação profissional em Serviço Social e a Extensão Universitária**. Raizes e Rumos, Unirio, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.seer.unirio.br/index.php/raizeserumos/article/view/2968> Acesso em 12 jul. 2019.

FORPROEX. Plano Nacional de Extensão, 1998. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileiras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FORPROEX. Política nacional de extensão universitária 2012. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2012.

FORPROEX. Programa de Fomento à Extensão Universitária, 1993. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitárias brasileiras**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

FORPROEX, **política nacional de extensão universitária**. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>> Acesso em 23 maio 2019.

UFMG. **Relatório final mapeamento da inserção da Extensão nos currículos dos cursos de graduação das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras**. Ana Livia de Souza Coimbra; Ana Inês; Ivan Vasconcelos Figueiredo (Orgs.). Coordenação Nacional –

FORPROEX, 2019. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/RELAT%C3%92RIO_FINAL_MAPEAMENTO_INSERTAO_EXTENSAO_FINAL.pdf> Acesso em 12 maio 2019.

FREIRE, Paulo. **Papel da educação na humanização**. Revista Paz e Terra, n. 9, 1969.

GERALDO, Romário. **Programa de Apoio à Extensão Universitária – ProExt na UFJF: um estudo entre o planejado e o realizado**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2011.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária: comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez UFCE, 1986.

IAMOMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. Ensaaios críticos; 3ª ed. São paulo: Cortez. 1995.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez. 1998.

_____. **A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro**. Revista serviço social e sociedade, Nº 120, p. 609-639, out./dez. 2014 . São Paulo: Cortez. 2014.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. 58 p. Conteúdo: Leis de diretrizes e bases da educação nacional – Lei no 9.394/1996 – Lei no 4.024/1961. I Disponível em <

http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf> Acesso em: 12 jun. 2018.

LOPES, M. G. A.; et. All. **Estágio Supervisionado em Serviço Social: um relato de vivência no projeto de extensão do núcleo sociojurídico do Centro Universitário Estácio da Amazônia em Boa Vista-RR**. CBAS 2016. Olinda/PE, 2016. CD ROW

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro: o rendimento e suas fontes**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MATOS, Maurilio de Castro. **Considerações sobre atribuições e competências profissionais de assistentes sociais na atualidade**. Serv. Soc. Soc. no.124 São Paulo out./dez. 2015. disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282015000400678&lng=pt&lng=pt> . Acesso em 22 jan. 2019.

MUSTAFA, Patrícia Soraya. **artigo da mesa coordenada do ultimo Enpess**. CBAS 2016. Olinda/PE, 2016. CD ROW

MEC. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília/DF, 2018. Disponível em:<
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192> Acesso em 19 jul. 2019.

MEC/DAU. Plano de trabalho de extensão universitária. 1975. In: NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

MOYA, Maira K. V.; BRUNO, Tatiana D.; MORENO, Roberta V. **Desvelar da extensão universitária como campo de estágio: desafios na instituição privada**. Enpess 2014. Natal/RN, 2014. CD ROW

MOTA, S. B. M.; et. All. **Apontamentos sobre a interdisciplinaridade enquanto diretriz da extensão universitária – uma visão a partir do Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. ENPESS 2016. CD ROW.
MARRO, Katia Iris. **Serviço Social e Movimentos Sociais: reflexões sobre experiência universitária**. Temporalis, Brasília/DF, 2011. Disponível em:
<<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1652/1589>> Acesso em 12 jun. 2019.

_____. **O que a universidade pode aprender a partir de uma experiência de extensão com movimentos sociais?** ENPESS 2014. CD ROW

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção.** Interfaces: revista de extensão da UFMG. v. 1, n. 1. Belo Horizonte/MG, 2013. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/7/8> Acesso em jun. 2019.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1997- 2000.** Belo Horizonte: PROEX/UFMG, 2000.

_____. **Políticas de extensão universitária brasileira.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. 135 p.

_____. (Org.) **Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras.** Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Avaliação da Extensão Universitária: práticas e discussões da Comissão Permanente de Avaliação da Extensão. Belo Horizonte: FORPROEX/CPAE; PROEX/UFMG, 2013. 165 p.

ORTIZ, Fátima S. Grave. **O serviço social e sua imagem: avanços e continuidades de um processo em construção.** Tese. Programa de PósGraduação em Serviço Social da ESS/UFRJ. Rio de Janeiro. 2007. Disponível em :< <http://canaldoassistentesocial.com.br/wp-content/uploads/2018/08/tese-fatima-grave-ortiz.pdf>> Acesso em 12 dez. 2018.

PORTAL de Legislação. **Decreto nº 92200 de 23 de dezembro de 1985 (PE).** Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/26997-institui-o-programa-nova-universidade-e-da-outras-providencias.html>> Acesso em: junho de 2018.

PEREIRA, Larissa Damher. **Expansão dos cursos públicos de Serviço Social entre os anos de 2003 e 2016: desafios para a formação profissional.** Katálisis, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 189-199, jan./abr. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v21n1/1414-4980-rk-21-01-00189.pdf> Acesso em 25 de janeiro de 2019.

_____. **A expansão dos cursos de serviço social em tempos de contrarreforma do ensino superior brasileiro: impactos na formação profissional em Serviço social.** Revista de Políticas Públicas 1 São Luis N MA 1 Número Especial 1 p. 323 N 331 1 Agosto de 2010. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/426>. Acesso em 12 jan. 2019.

PEREIRA, E. M.; et.all. **Questão Agrária e Juventude:** uma aproximação da realidade cearense a partir do projeto de extensão “juventude e cooperação agrícola”. ENPESS 2012. CD ROW

PIMENTEL, Geyza Alves; GUGLIANO, Alfredo Alejandro. **Extensão universitária e universidade no século XXI.** Olhares Amazônicos - Revista Científica do Núcleo de Pesquisas Eleitorais e Políticas da Amazônia - NUPEPA/UFRR v. 2, n. 2, 2014. Disponível em: <http://ufrr.br/roa/index.php/component/phocadownload/category/51-numero-2?download=456:artigo-03-geyza-alves-alfredo-a> Acesso em 12 jul. 2019.

PAIVA, Vanilda. **Extensão universitária no Brasil.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, INEP. v. 67, n. 155, p. 135-151, jan./abr. 1986. 281 p. 50

PAULA, João Antonio de. **A extensão universitária:** história, conceito e propostas. Revista Interfaces. Disponível em:

PAULO NETTO, José. **Ditadura e Serviço Social-** Uma análise do Serviço social no Brasil Pós-64. São Paulo: Cortez. 1991.

PEDERNEIRAS, Mário Portugal. **Cumprindo propostas de governo:** ProExt voltado para as políticas públicas. Revista do ProExt, MEC\Sesu, n. 1, 2005.

PORTELA, Roselene de Souza; SILVA, Alyne Lima da; SILVA, Milcilene Magalhães da, et. All. **Serviço social e extensão universitária:** 35 anos do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU/UFPA).

PIMENTEL, Geyza Alves. **Universidade e Políticas de Extensão no Brasil do Governo Lula: Período de 2003 a 2010.** 2015. 281 f.

PIMENTEL, J. R. et. All. **Extensão Universitária, prática profissional e Serviço Social.** CBAS 2010. CD ROW

SOUSA, Ana Luiza Lima. **O papel articulador da Extensão Universitária.** Participação Revista Decanato de Extensão Unb, Brasília – DF, v. 4, n.7, p.2-11, 2000.

_____. **Extensão Universitária:** compromisso social ou solidariedade. Revista ADUSP, v. 2, p.23-28, 1998.

_____. **Sociedade, universidade e o papel da extensão.** Cadernos da Educação. Goiania – GO. P.11-27, 1996.

_____. **Concepção da Extensão Universitária:** ainda precisamos de falar sobre isso?. In: Doris Santos Faria.(org.) **Construção conceitual da Extensão Universitária na América Latina.** 1ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2001. (p.107-126)

REIDEL, Tatiana; MARMITT, Anely; PEREIRA, Isadora Ducati. **A contribuição da extensão universitária para o acesso e garantia de direitos.** Cbas 2016. CD ROW

SANT’ANA, Raquel Santos. O desafio da implantação do projeto ético-político do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 62, p. 73-92, 2000.

_____.; CARMO, Onilda Alves. A extensão universitária e os processos de avaliação. In: POZZER, Marcio R. O. (Org.). **Extensão universitária e economia da cultura: a experiência em universidades públicas brasileiras.** São João Del Rei: Malta, 2012.

SANTOS, L. L. **Textos de Serviço Social.** 4ª ed. São Paulo: Cortez. 1987.

SOUZA, Maria Luiza. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação.** São Paulo: Cortez. 5ª ed. 1996.

SANTOS, Rúbia dos; MOURA, Reydy Rolim de. **Desafios e possibilidades do assistente social em comunidade:** algumas reflexões a partir da execução do programa de extensão “Assessoria e Capacitação às Organizações Comunitárias” em Blumenau/SC. CBAS 2007. CD ROW

TAVARES, Maria Das Graças Medeiros **Reformas da educação superior no Brasil pós-85: Desafios à Extensão e à Autonomia Universitárias.** Revista Anped –UERJ, Rio de Janeiro/RJ, 2019. Disponível em:<http://www.anped11.uerj.br/20/TAVARES.htm> Acessado em 12 jun. 2019.

UERJ. **A universidade Guanabara.** Disponível em: <http://www.uerj.br/a-uerj/a-universidade/> Acesso em 12 maio 2019.

UNIRIO. **Boletim nº 11 de 1985.** Rio de Janeiro, 1985. Disponível em: http://www2.unirio.br/unirio/reitoria/chefia-de-gabinete/boletins-1985/bol-11-1985-setembro-e-outubro-i/at_download/file>. Acesso em: 20 abril de 2018.

VICENZI, Leticia Josephina Braga de. A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil. **Fórum Educacional**. Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. 1986.

Disponível em <http://www.bvanisioiteixeira.ufba.br/artigos/federal.html>. Acesso em 19 fev.2018.

VANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfoses do Desenvolvimento de Comunidade**. São Paulo: Cortez. 1993.

ZUCCO, L. P. et, all. **A extensão como origem da construção do núcleo de saúde reprodutiva e trabalho feminino**. CBAS 2004. CD Row

APÊNDICE 1 - LEVANTAMENTO DE ARTIGOS RELACIONADOS AO TEMA *EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA*¹⁷

✓ Congressos Brasileiros de Serviço Social

Quadro Sintético dos Congressos Brasileiros de Serviço Social (2001 a 2018)		
Ano / Local de Realização	Edição / Tema	Publicações
2001 Rio de Janeiro/RJ	10º CBAS: “Trabalho, direitos e democracia”	Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética: Espaço De Estudo, Pesquisa E Extensão Do Curso De Serviço Social Da Universidade Estadual Do Ceará. Autores: Maria Glaucíria Mota Brasil; Conceição Pio.
		A Pesquisa e a Extensão na Formação dos Assistentes Sociais. Autora: Dayse de Paula Marques da Silva.
		Formação Profissional em Serviço Social: Reflexões acerca das atividades de Extensão e Supervisão enfocando a Dimensão Cultural. Autoras: Elaine C. de A. Barboza; Héliida M. de Oliveira; Jaqueline C. Costa.
		Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social. Autores: Verônica Paiva de Andrade; Ney Luiz Teixeira de Almeida.
2004 Fortaleza/CE	11º CBAS: “O Serviço Social e a esfera pública no Brasil: o desafio de construir, afirmar e consolidar direitos”	Política de Extensão: Fortalecimento Do Compromisso Social Das Universidades Públicas Programa Boa Vizinhança – UFJF. Autor: Édina Evelyn Casali Meireles de Souza.
		Núcleo de Ensino, Pesquisa, Extensão e Assessoria sobre Infância e Adolescência / NEPIA: um espaço interdisciplinar de formação profissional. Autoras: Cleide Lavoratti; Eliane Lopes da Silva; Ligia Maria M. Severino. ¹⁸
		A Extensão como origem da construção do Núcleo de Saúde reprodutiva e trabalho feminino. Autoras: Luciana Patrícia Zucco.
		Laboratório de Extensão: Organização de Experiências em Serviço Social, Trabalho e Educação (Lext-Oesste). Autores: Ney Luiz Teixeira de Almeida e Lobélia da Silva Faceira.
		A experiência do Projeto de Extensão Educação Pública e Serviço Social nas áreas de educação, cultura, esporte e lazer. Autores: Ney Luiz Teixeira de Almeida et al.
2007 Foz do Iguaçu/PR	12º CBAS: “Questão Social na América Latina: ofensiva capitalista,	A inclusão social do idoso: A extensão criando oportunidades. Autores: Ferdinando S. de Melo; Flávia A. S. de Melo; Noêmia L. Silva

¹⁷ Levantamento realizado nas publicações por título contendo o termo “extensão”, de acordo com a formatação e as ferramentas para pesquisa disponíveis em cada meio de publicação.

¹⁸ O trabalho foi desconsiderado para análise por conter apenas resumo.

	resistência de classe e Serviço Social”	Projeto de Extensão Universitária na área da educação: Construção coletiva de oficinas Socio-educativas, numa experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social No Final De Semana. Autores: Ney L. T de Almeida; Jurema A. P da Silva. Universidade Neoliberal: Novas questões para a formação profissional a partir da Política de Extensão Universitária. Autora: Maria Helena E. Abreu. Projeto de Extensão Da FSBD: Uma prática acadêmica que interliga a faculdade às demandas da sociedade – O perfil do aluno extensionista da FSBD – Manaus. Autora: Arlete O. C. A. Da Silva. Desafios e Possibilidades do Assistente Social em Comunidade: Algumas Reflexões A Partir Da Execução Do Programa De Extensão “Assessoria E Capacitação Às Organizações Comunitárias” Em Blumenau/Sc. Autores: Rúbia Dos Santos; Reidy R. De Moura.
2010 Brasília/DF	13º CBAS: “Lutas sociais e exercício profissional no contexto da crise do capital: mediações e a consolidação do projeto ético-político do Serviço Social”	Extensão universitária, prática profissional e Serviço Social: Relato da experiência do projeto de extensão Questão Ambiental e Cidadania. Autores: Juliana Rosa Pimentel; Rejane Martins; Adriana Elias Gomes. Serviço Social e Extensão Universitária: A Experiência do Núcleo de Gestão de Programas Sociais da Universidade Castelo Branco. Autores: Elizabeth Rodrigues Felix; Sonia Maria Pinheiro Ayres De Castro. Projeto de Extensão Universitária: Direitos Sociais e a aproximação da realidade dos Idosos. Autores: Giselli De Almeida Tamarozzi Lima; Kathia Nemeth Perez.
2013 Águas de Lindóia/SP	14º CBAS: “Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho de assistentes sociais”	O processo de monitoramento nos contratos de assistência técnica e extensão rural: breves considerações. Autores: Fabiana Pereira de Carvalho ¹⁹ Política de Enfretamento ao Sexismo e a Homofobia: uma proposta de extensão universitária para intervenção no ambiente prisional. Autores: Bruna Andrade Irineu; Cecília Nunes Froemming; et. Al. O profissional de Serviço Social no campo da Educação no ensino superior: a atividade de supervisão curricular em ensino, pesquisa e extensão. Autores: Bárbara Zilli Haanwinckel Supervisão em Ensino, Pesquisa e Extensão: sistematização de uma experiência do Serviço Social em educação em Direitos Humanos no ensino superior – Núcleo Interdisciplinar de Ações para a Cidadania – NIAC/UFRJ. Autores: Miriam Krenzinger Azambuja Guindani; Aline Silveira de Assis; Bárbara Zilli Haanwinckel, et. Al. Serviço Social e Movimentos Sociais: a extensão universitária como instrumento de formação profissional e política. Autores: Rosângela Cavalcante da Silva; Nívia Cristiane Pereira da Silva, Janiely Macedo de Vasconcelos, et. Al. A relação entre Pesquisa e Extensão na formação dos(as) Assistentes Sociais. Autores: Mércia Rocha da Cruz; Rita de Cássia Pereira Esquivel; Jussiana Silva dos Santos Rebouças. A extensão universitária: o Polo Avançado do Núcleo de Conciliação das Varas de Família e a formação profissional do

¹⁹ O trabalho foi desconsiderado para análise por não abordar extensão universitária.

		assistente social em Manaus/AM. Autores: Roberta Justina da Costa.
2016 Olinda/PE	15º CBAS: “80 anos do Serviço Social no Brasil – a certeza na frente, a história na mão”	O Estágio Supervisionado em Serviço Social: Um relato de vivência no Projeto de Extensão do Núcleo Sociojurídico do Centro Universitário Estágio da Amazônia em Boa Vista-RR. Autores: Maria G. A. Lopes; Neilza Dos S. F. De Oliveira; Nathanne A. R. Costa.
		Serviço Social e Extensão Universitária: 35 Anos do Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU/Ufpa). Autores: Roselene De S. Portela Et Al.
		Questão Social e suas refrações: Ações de Extensão Universitária fomentando a Economia Solidária. Autores: Fabio J. Gavirachi Et Al.
		Adolescência e Sexualidade: Relato De Experiência Do Projeto De Extensão Saúde E Cidadania. Autores: Rosilea C. Werner Et Al.
		A Extensão Universitária no processo de Formação Profissional em Serviço Social. Autores: Andréia A. R. C. Liporoni; Nayara H. D. Oliveira; Maria C. Piana
		Direito Humano à Alimentação Adequada no Espaço Universitário: Perspectivas de um Projeto de Extensão do Curso de Serviço Social. Autores: Wanda G. Hirai Et Al.
		Políticas de equidade em Saúde: Uma experiência de Extensão em Serviço Social. Autoras: Maria C. T. Leite; Rosangela M. Dos Santos.
		Extensão Universitária como espaço de integração social de convivência da pessoa idosa: Experiência no Projeto de Extensão Ulbra/Cidadã Associação De Moradores do bairro São Bernardo. Autores: Cristina B. De Medeiros; Odete R. Mioto; Rita L. Rosa.
		A contribuição da extensão universitária para o acesso e garantia de direitos. Autores: Tatiana Reidel; Anely Marmitt; Isadora D. Pereira.
		Serviço Social e Educação Ambiental: A experiência no projeto de extensão serviço social e educação ambiental do Centro Universitário Estácio Da Amazônia. Autores: Erika S. Costa; Lady M. L. De Brito.
		Assessoria em Serviço Social: A experiência do Projeto “Assessoria Via Extensão Universitária ESS-UFRJ”. Autores: Elaine M. Moreira Et Al.
		Expressões Do Serviço Social Na Atuação Da Extensão No Ifce. Autores: Patrícia F. De Freitas; Maria J. B. De Souza. Foi Eliminado. Trata De Uma Experiencia Profissional Na Pro Reitoria De Extensão

		Direitos sexuais são direitos humanos! A experiência de um projeto de extensão. Autora: Ana Paula C. P. Nunes.
		A extensão universitária no processo de formação profissional: Experiências a partir do projeto “O Serviço Social na Clínica-Escola de Fisioterapia”. Autores: Eliane L. Silva Et Al.
		Projeto de Extensão Arte e Crítica Social: A questão social no cinema. Autores: Sambara P. F. Ribeiro Et Al.

✓ Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social

Quadro Sintético dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (2002 a 2018)		
Ano / Local de Realização	Edição / Tema	Publicações
2002 Juiz de Fora/MG	VIII ENPESS: “Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão”	O trabalho doméstico infantil na perspectiva de um projeto de extensão. Autoras: Rosângela Helena Pezoti E Maria Manoela Valença.
2004 Porto Alegre/RS	IX ENPESS: “Os desafios da produção do conhecimento em Serviço Social”	A importância do tripé universitário, Ensino, Pesquisa e Extensão para a construção do respeito à diversidade sexual na formação do profissional de Serviço Social. Autores: Sérgio Aboud Marcelo; Ricardo Prata.
		A prática docente do Serviço Social no programa de extensão Universitária para a terceira idade da UFPI. Autora: Maria Do Rosário De Fátima E Silva
		A relação entre Ensino, Pesquisa e Extensão na graduação: A experiência do curso de Serviço Social da UCPEL. Autores: Fernanda Fonseca Da Fonseca; Vini Rabassa Da Silva.
		Assessoria e Serviço Social: A articulação entre Ensino, Pesquisa e Extensão. Autora: Andréa Gonzaga De Oliveira.
2006 Recife/PE	X ENPESS: “Crise Contemporânea, emancipação política e emancipação humana”	Desafios ao processo de formação profissional no contexto da Universidade Neoliberal: Reflexões a partir das (im) possibilidades da política de extensão. Autora: Maria Helena Elpídio Abreu. (P.359-366)
		Projeto De Extensão: Exclusão Social E Poder Local: O Enfrentamento Da Exclusão Social Pelo Poder Municipal (Prefeitura De Mesquita) Autoras: Juliana Barros Galvão – UFRJ;

		Marenilse Saturnino Da Silva; Paula Daniele Batista Pereira Dutra; Tatiane Natal Martins; Vanessa Ramos De Carvalho.(P.2408-2415)
2008 São Luís/MA	XI ENPESS: “Trabalho, políticas sociais e projeto ético-político profissional do Serviço Social: resistência e desafios”	A Realidade Social-Econômico-Política E Cultural: Uma Pesquisa Realizada Com As Famílias Das Crianças E Adolescentes Atendidos Na Instituição Henri Pestalozzi – Fernandópolis/Sp, A Partir Do Projeto De Extensão A Comunidade Do Curso De Serviço Social Da Fef Denominado “Arte De Educar”. Autores: Luciane M. Dinardi; Eliane M. De M. Amicucci. Pesquisa E Extensão Sobre A Perspectiva Interdisciplinar: A Experiência De Estágio Do Núcleo Agrário Terra E Raiz. Autores: Raquel S. Sant’ana Et Al. Pesquisa E Extensão Numa Perspectiva Interdisciplinar: A Experiência De Estágio Do Núcleo Agrário Terra E Raiz. Autores: Raquel S. Sant’ana Et Al. (Verificar conteúdo; aparentemente, embora com códigos diferentes e pequena alteração no título, trata-se do mesmo artigo). Mesmo Artigo. Tem Duplicidade Políticas Urbanas e Habitação: uma Construção Interdisciplinar Pautada Na Indissociabilidade Ensino/Pesquisa/Extensão. Autores: Gabriela L. Icasuriaga; André C. Mendes; Valéria P. Da Silva.
2010 Rio de Janeiro/RJ	XII ENPESS: “Crise do Capital e Produção do Conhecimento na Realidade Brasileira: pesquisa para quê, para quem e como?”	A prática do Assistente Social em Projetos Socioambientais: Uma experiência de extensão universitária junto aos moradores da travessa dos Palmares, Cruz Das Armas- João Pessoa-PB. Autores: Valéria Costa Aldeci De Oliveira, Alinne Medeiros Dos Santos, Ellaila Andrius De Moraes Soares, Flaviane Araujo Programa Atividade Curricular de Extensão (PACE): Avaliação de impactos sociais na temática Educação. Autores: Tayná Castro Penâranda, Márcia Perales Mendes Silva. Grupo De Trabalho De Serviço Social Na Educação: Uma Experiência De Articulação Entre Ensino, Pesquisa, Extensão E Projeto Político Profissional. Autores: Marcela Mary José Da Silva. Núcleo De Pesquisa E Extensão Favela E Cidadania: Trajetória E Perspectivas Do Faci-Ufrj. Autor/Apresentador: Fatima Cabral Marques Gomes.
2012 Juiz de Fora/MG	XIII ENPESS: “Serviço Social, acumulação capitalista e lutas sociais: o desenvolvimento em questão”	Extensão Universitária e Políticas Públicas: a atuação da Universidade Federal de Sergipe nas décadas de 1970 e 1980. Autores: Maria da Conceição Almeida Vasconcelos; et. Al. Ações Afirmativas, Educação e Trabalho: mapeamento e interlocução com grupos de pesquisa e extensão das principais Universidades do Rio de Janeiro. Autores: Camila da Silva Antonio; Leda Beatriz Tavares Barroso. Os desafios da participação da família no espaço escolar e o papel da extensão universitária. Autores: Jurema Alves Pereira O fortalecimento do Serviço Social da Universidade Federal do Pará: uma articulação do Programa Integrado de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão – PROINT. Autores: Valeria Torres Castro, Naiara Farias Sardinha, et. Al. Educação em Direitos Humanos: uma perspectiva de Extensão Universitária. Autores: Miriam Krenzinger Azambuja Guindani; Gisele Ribeiro Martins, et. Al.

		Extensão Universitária e Serviço Social: uma experiência de formação profissional no contexto amazônico. Autores: Janaina Souza de Almeida; et. Al. O Serviço Social do MAC: uma experiência de Ensino, pesquisa e extensão. Autores: Miriam Krenzinger Azambuja Guindani; Aline Silveira de Assis; Bárbara Zilli Haanwinckel, Gisele Ribeiro Martins. Questão Agrária e Juventude: uma aproximação da realidade cearense a partir do projeto de extensão “juventude e cooperação agrícola. Autores: Evelyne Medeiros Pereira, Kamila Silva Pires, Sheila de Sousa Teodósio. Pesquisa e Extensão Universitária: desafios para a formação profissional. Autores: Darlania Pinheiro Leandro, Patrícia Karla Ferreira e Silva; et. Al. A extensão universitária no curso de Serviço Social: as ações do PROEXT na Copercida. Autores: Mariane Costa Moreira, Marília Gabriela de Oliveira; et. Al.
2014 Natal/RN	XIV ENPESS: “Lutas Sociais e Produção do Conhecimento – Desafios para o Serviço Social no Contexto de Crise do Capital”	A dimensão investigativa da extensão universitária e a política de proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente. Autoras: Eugênia A. Cesconeto; Luciana V. N. Oliveira; Carmen L. B. Bordin. As Contribuições da Extensão Universitária À Formação Em Serviço Social e ao Projeto Ético-Político Profissional. Autora: Anita P. Ferraz. Desvelar da Extensão Universitária como campo de estágio: Desafios na instituição privada. Autoras: Maira K. V. Moya; Tatiana D. Bruno; Roberta V. Moreno. O que a Universidade pode aprender a partir de uma experiência de extensão com Movimentos Sociais?. Autora: Katia I. Marro. (Mesa Coordenada) Projeto de Extensão Arte e Crítica Social: O Cinema como Experiência Pedagógica. Autores: Renata P. Rocha Et Al. Serviço Social e Extensão Universitária para idosos: Uma proposta de inclusão social. Autora: Fabiana S. De Almeida.
2016 Ribeirão Preto/SP	XV ENPESS: "20 anos de diretrizes curriculares, 70 de ABEPSS e 80 de Serviço Social no Brasil. Formação e Trabalho profissional - reafirmando as diretrizes curriculares da ABEPSS" (Consulta por título e palavra-chave)	Violências e Serviço Social: Reflexões do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão Da FAPSS-SP acerca da violência simbólica no cotidiano do trabalho profissional. Autores: Sandra Eloiza Paulino Et Al. Movimentos Sociais e Serviço Social: Uma Experiência de Extensão Universitária com o Movimento Dos Trabalhadores Sem Teto. Autoras: Sabrina Dias; Thaís Gomes. Assessoria na Extensão Universitária. Análise do Projeto: “Assessoria Via Extensão Universitária ESS-UFRJ”. Silvina Galizia Et Al. A contribuição da Extensão Universitária para a formação profissional do Assistente Social, a partir da relação geração/realidade regional/políticas públicas. Jeanete Liasch Martins De Sá; Gabriela Do Nascimento Barbosa; Laís De Fátima De Godoy. Políticas Lgbt e o Cenário Contemporâneo: Apontamentos Sobre Duas Experiências De Extensão No Estado Do Rio De Janeiro. Autor: Guilherme Silva De Almeida. (Mesa Temática Coordenada: serviço social, políticas públicas e diversidade sexual e de gênero) Serviço Social, Extensão Universitária e Diversidade Sexual e de Gênero: Reconstruindo Histórias A Partir Da Produção De Um Documentário. Bruna Andrade Irineu; Mariana Meriqui Rodrigues. Extensão Universitária: Espaço de atuação e formação em Serviço Social. Juciele De Carvalho Costa; Salette Marinho De Sá.

		Marcha Aos Sonhos: Comunicação Visual Na Extensão Universitária Junto A Juventude Sem Terra. Autoras: Maiara Batista Thiago Lopes; Lara Rodrigues Caputo; Nízia Amaral Dos Santos. (Mesa Temática Coordenada: questão agrária, ambiental e lutas sociais; desafios contemporâneos para o MST)
		Apontamentos sobre a interdisciplinaridade enquanto Diretriz da Extensão Universitária - Uma visão a partir do núcleo interdisciplinar de ações para cidadania da Universidade Federal Do Rio De Janeiro. Autores: Amanda Neder Ferreira, et Al.
2018 Vitória/ES	XVI ENPESS: “Em tempos de radicalização do capital, lutas, resistências e Serviço Social”	A importância da extensão na formação do assistente social: experiência com usuários de Crack. Autores: Fernanda Luma Guilherme Barboza, Irene Ferreira Guilherme Barbosa, Aline Batista de Paula.
		Formação profissional continuada: uma experiência de extensão universitária em Serviço Social. Autores: Edilene Bertelli, Virgínia M. Rodrigues, Vtória Bosse Brinhosa, et. Al.
		Movimento Sociais e Serviço Social: reflexões a partir de uma experiência de extensão universitária. Autores: Maria Clariça Ribeiro Guimarães; Maria Aparecida Elias; Cosma Caldas de Figueiredo.
		O trabalho no setor de calçadista em Franca: grupos de extensão universitária com trabalhador/a(s) e ou acidentado/a(s) do setor calçadista. Autores: Edvania Ângela de Souza Lourenço; Gabriela da Silva Cintra.
		“Porque somos mulheres, pobres e negras”: Um balanço sobre o Projeto de Extensão Oficinas sobre Direitos Sexuais e Reprodutivos: “Meu corpo, minhas regras” em Recife- PE. Autores: Tatiane Michele Melo de Lima, Léia Geneses de Souza, et. Al.
		A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na pós-graduação: vivência no grupo de pesquisa PRAPES – Unesp/Franca. Autores: Ana Joice da Silva Perarp, Ester Massaroi Rêa, et. Al.
		Serviço Social, Mulheres e Universidade: A contribuição da extensão universitária para as ações de combate a violência na UFPB. Autores: Kíssia Wendy Silvia de Sousa, Maria Gabriela Florencio Ferreira, et. Al.
		O serviço Social na extensão rural: tensões e contradições. Autores: Maria Flávia Andrade Araújo Lisboa.²⁰

²⁰ O trabalho foi desconsiderado na análise por não se tratar de extensão universitária.